

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA -
AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS

Rosa de Souza Oliveira

**EXPECTATIVAS DE JOVENS QUE VIVEM EM
ASSENTAMENTO: UM ESTUDO SOBRE A TRÍADE
TRABALHO-EDUCAÇÃO-FAMÍLIA**

Belém
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS

Rosa de Souza Oliveira

**EXPECTATIVAS DE JOVENS QUE VIVEM EM
ASSENTAMENTO: UM ESTUDO SOBRE A TRIÁDE
TRABALHO-EDUCAÇÃO-FAMÍLIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Orlando Nobre Bezerra de Souza

Belém

2006

Oliveira, Rosa de Souza

Expectativas de jovens que vivem em assentamento: um estudo sobre a tríade trabalho-educação-família/
Rosa de Souza Oliveira. – Belém, PA: UFPA – Centro de Ciências Agrárias: Embrapa Amazônia Oriental,
2006. Orientada pelo Prof. Dr. Orlando Nobre Bezerra de Souza.
153 f.:il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará – Curso de Pós-Graduação em Agriculturas
Amazônicas.

1. Agricultura familiar. 2. Assentamento. 3. Reforma agrária. I. Título.

CDD 630.9811

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS

Rosa de Souza Oliveira

EXPECTATIVAS DE JOVENS QUE VIVEM EM
ASSENTAMENTO: UM ESTUDO SOBRE A TRÍADE
TRABALHO-EDUCAÇÃO-FAMÍLIA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Data: 05/09/2006

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Orlando Nobre Bezerra de Souza
(orientador)

Prof^a. Dra. Ivany Pinto Nascimento (examinadora
externa)

Prof. Dr. Iran Pereira Veiga Júnior (examinador
interno)

Prof^a. Dra. Ney Cristina Monteiro de Oliveira
(suplente)

Belém
2006

A minha avó, Procópio Avelar (*in memoriam*), que em vida não mediu esforços para sustentar seus filhos por meio do trabalho na agricultura.

Ao meu pai, Irineu Rodrigues (*in memoriam*), *expressão de luta*.

A minha mãe, Maria Izabel, *representação de esperança*.

Aos meus irmãos Luis Carlos (*in memoriam*), *significação de força de vontade*; Ivan, Vera, Sueli, Oneide, Marinete, Maria José, Elcilene, Miguel e Ana Maria, *tradução de caminhada*.

Dedico

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida.

À Universidade Federal do Pará, ao Centro de Ciências Agrárias, ao Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Oriental, ao Curso de Mestrado em Agriculturas Amazônicas, à Agência de Desenvolvimento da Amazônia e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela oportunidade de formação acadêmica e pesquisa de campo.

Ao orientador, Prof. Dr. Orlando Nobre, pela confiança, incentivo, liberdade, direcionamento e contribuição na materialização deste estudo.

À co-orientadora, Prof^a. Dra. Ivany Nascimento, pelo respeito, incentivo, carinho, compreensão, dedicação e alegria, fundamentais para o desvelar desta elaboração.

Ao Prof. Dr. Iran Veiga, pelas contribuições no exame de qualificação que possibilitaram a construção deste trabalho.

À Prof^a. Dra. Ney Cristina Monteiro de Oliveira, pela compreensão no desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores Gutemberg Guerra, Orlando Nobre, Iran Veiga, Nazaré Angelo-Menezes, Heribert Schimitz, Delma Pessanha, Socorro Kato, Osvaldo Kato, Tatiana Sá, Laura Angélica, Miriam de Oliveira e Ima Vieira, pelas informações prestadas no campo da agricultura familiar.


A minha mãe e irmãos, pelo incentivo, compreensão, dedicação e amor que dispuseram ao longo desta caminhada.

Aos companheiros, Nilton Silva, Giovana Gonçalves, Arquimedes Leopoldino, Romier Sousa, Cleyce Sousa, Márcio Carvalho, Gleicilene Brasil, Lélia Oliveira, Acácio Moreira, Maria José Chagas, Elielson Rabelo, Rosiane Pimentel, Fernando Favacho e Gilson Costa, pelo incentivo e pelas informações proporcionadas, assim como aos colegas de turma, Soraia Soares, Dulcilene Castro, Elizabeth Raiol, Fabiano Bringel, Margareth Monteiro (*in memoriam*), José Sebastião Romano, Ana Paula Souza, Barto Lopes, Valter Paixão, Loraine Lauris e Eduardo Lauande, pelo caminhar, informações, alegrias e perseverança durante o transcorrer do Curso de Mestrado.

À juventude do assentamento e seus familiares (em especial aos trinta jovens deste estudo), aos professores (especialmente a Maria da Conceição) e aos agentes de saúde do Projeto de Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, pelas informações prestadas, pela companhia e alegrias compartilhadas.

À Cooperativa Agrícola Livre União de São Francisco do Pará (COOLIVRE), à Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Modelo (APRUCOM), à Associação dos Produtores Rurais Unidos da Vila Modelo (APRUMO), ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Francisco do Pará (STTR), ao Instituto Agroecológico da Amazônia (IAAM), ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), bem como a Vicente Souza do Laboratório de Sensoriamento Remoto da Secretaria Executiva de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), a Tonildes Ataíde e a Sorlange Souza, pelas informações prestadas.

À Sueli Miranda e Márcia Valéria de Oliveira, professoras do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA), pelo carinho, apoio e confiança, assim como à Vera Fadul, Osmarina Barbosa, Rodrigo Rodrigues, Thais Amorim, Kuézia Apolaro e Letícia Nina, pela dedicação aos alunos e, aos prestativos Douglas Pantoja e Cláudio Furtado; enfim a todos que fizeram parte de *mais um momento intenso em minha vida*.



Viver cada momento intensamente faz a vida valer apenas. Assim posso dizer, neste momento, que ter escrito este trabalho com a escala da realidade proporcionou um tempo pleno em minha vida.

Rosa Oliveira (2006)

SUMÁRIO

		p.
	RESUMO	i
	ABSTRACT	ii
	LISTA DE FIGURAS	iii
	LISTA DE QUADROS	v
	LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	vii
	INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1	PERSPECTIVAS SOBRE JUVENTUDE	35
1.1	JUVENTUDE: REVELANDO CONCEPÇÕES, PROTAGONISMO E IMPORTÂNCIA	36
1.2	JUVENTUDE NO CONTEXTO DE ASSENTAMENTO RURAL E A TRÍADE TRABALHO-EDUCAÇÃO-FAMÍLIA	48
1.2.1	Caracterização sócio-cultural e econômica de famílias que vivem em áreas de assentamentos rurais	48
1.2.2	Assentamento Luiz Lopes Sobrinho: memória do passado, revelação do presente e construção do futuro	52
CAPÍTULO 2	EXPECTATIVAS DE JOVENS DO ASSENTAMENTO LUIZ LOPES SOBRINHO QUANTO AO TRABALHO, À EDUCAÇÃO E À FAMÍLIA	80
2.1	A TRÍADE TRABALHO-EDUCAÇÃO-FAMÍLIA	81
2.2	OS SIGNIFICADOS DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO	84
2.3	EXPECTATIVAS EVOCADAS PELOS JOVENS	87
2.3.1	Expectativas evocadas quanto à Família	87
2.3.2	Expectativas evocadas quanto à Educação	89
2.3.3	Expectativas evocadas quanto ao Trabalho	93
2.4	OS SENTIDOS DAS EXPECTATIVAS	99
2.4.1	Realização ou desejo de constituir família por meio de compromisso conjugal com ou sem a presença de filhos	100
2.4.1.1	Realização ou desejo de constituir família, ter uma (um) companheira (o) e filhos	101
2.4.1.2	Desejo de constituir família, não ter uma companheira (o) e ter filhos	102

		p.
2.4.2	Realização ou desejo de transmitir/transformar valores e regras sociais obtidos na família e educação escolar direcionada para a sua aspiração	103
2.4.2.1	Realização ou desejo de transmitir valores e regras sociais	103
2.4.2.2	Desejo de transformar valores e regras sociais	104
2.4.2.3	Conseguir trabalho/emprego/formação profissional	105
2.4.2.4	Adquirir conhecimento	106
2.4.3	Realização ou desejo profissional	107
2.4.3.1	Atividade Agropecuária	107
2.4.3.2	Atividade distinta da agropecuária	108
CAPÍTULO 3	LEIS, PROJETOS, PROGRAMAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES PARA A JUVENTUDE	110
3.1	LEIS, PROJETOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PERTINENTES À TEMÁTICA JUVENIL	111
3.2	AÇÕES QUE ENVOLVERAM JOVENS DO ASSENTAMENTO	121
	APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS	126
	REFERÊNCIAS	128
	APÊNDICES	138

RESUMO

O presente estudo procurou compreender as expectativas de jovens que vivem no assentamento Luiz Lopes Sobrinho, localizado no Município de São Francisco do Pará. É uma pesquisa caracterizada como quantitativa e qualitativa, uma vez que os dados tiveram tratamento estatístico e interpretativo com base na análise de conteúdo. O Método Probabilístico Aleatório Estratificado foi utilizado para a seleção da amostra. Os instrumentos de coleta de dados foram os seguintes: observação direta e entrevista por meio de formulário e de roteiro. O corpus da pesquisa se constituiu no discurso de trinta jovens do gênero masculino ou feminino, na faixa etária de 15 a 24 anos e inseridos em uma família de origem ou de reprodução. As aproximações conclusivas revelaram que a produção da juventude desse assentamento, em geral, nutre expectativas de exercer atividades distintas da agropecuária, com a finalidade de melhorar sua condição de vida; deseja transmitir valores e regras sociais, objetivando dar continuidade aos saberes adquiridos na família de origem; espera conseguir um trabalho/emprego/formação profissional, buscando um sentido a própria existência, bem como quer constituir família, ter uma (um) companheira (o) e filhos com a finalidade de reproduzir o modelo de família vigente. Essas esperanças, em seu conjunto, reportam para a esfera de políticas que possibilitem desenvolvimento rural.

PALAVRAS CHAVE: agricultura familiar, assentamento de reforma agrária, juventude rural, expectativas.

ABSTRACT

The present study tried to understand the young expectations that live in the establishment Luiz Lopes Sobrinho, located in the Municipal District of San Francisco of Pará. It is a research characterized as quantitative and qualitative, once the data had statistical and interpretative treatment with base in the content analysis. The Stratified Random Probability Method was used for the selection of the sample. The instruments of collection of data were the following ones: the direct observation and the interview through form and of itinerary. The corpus of the research was constituted in the speech of thirty young of the gender masculine or feminine, in the age group from 15 to 24 years and that they belong an origin family or of reproduction. The conclusive approaches revealed that the youth production of that establishment, in general, nurtures expectations of exercising activities different from the farming, with the purpose of improving their life condition; it wants to transmit values and social rules, aiming at to give continuity to the you know acquired in the origin family; it hopes to get a work/employment/professional formation, looking for a sense the own existence, as well as wants to constitute family, to have a companion and children with the purpose of reproducing the model of effective family. Those hopes, in this group, moderate for the sphere of politics that make possible rural development.

KEY WORDS: family agriculture, land reform establishment, rural youth, expectations.

LISTA DE FIGURAS

		p.
Figura 1-	Planta da área do Projeto de Assentamento Luiz Lopes Sobrinho	25
Figura 2-	Localização do Município de São Francisco do Pará	26
Figura 3-	Casas construídas pela Empresa Paracrevea e reformadas com o recurso do Crédito Habitação (Oliveira, 2006)	53
Figura 4-	Escola Municipal de Ensino Fundamental Provisória Vila Modelo (Oliveira, 2006)	54
Figura 5-	Escola Municipal de Ensino Fundamental José Malcher (Oliveira, 2006)	56
Figura 6-	Prédio onde funcionará o Posto de Saúde (Oliveira, 2006)	57
Figura 7-	Número de jovens de ambos os gêneros que saíram do assentamento em relação ao total de jovens que moravam no assentamento	57
Figura 8-	Local de nascimento dos sujeitos da amostra	59
Figura 9-	Casa de Oração Deus é amor, localizada dentro do assentamento (Oliveira, 2006)	60
Figura 10-	Igreja Católica Santíssima Trindade, localizada dentro do assentamento (Oliveira, 2006)	60
Figura 11-	Igreja Católica Menino Jesus, localizada próximo ao assentamento (Oliveira, 2006)	60
Figura 12-	Número de família por tipo de acordo com gênero	62
Figura 13-	Predominância do gênero nas famílias dos jovens	63
Figura 14-	Grau de escolaridade dos sujeitos da amostra	63
Figura 15-	Grau de escolaridade dos jovens da amostra que estudam	64
Figura 16-	Grau de escolaridade dos jovens da amostra que deixaram de estudar	64
Figura 17-	Área implantada com a cultura do milho (Oliveira, 2006)	67
Figura 18-	Área implantada com a cultura da pimenta-do-reino (Oliveira, 2006)	67
Figura 19-	Jovem em sua atividade de corte de seringueira para a coleta de látex (Oliveira, 2005)	69
Figura 20-	Ensacamento do caupi (Oliveira, 2003)	69
Figura 21-	Descascamento de mandioca para o processo de fabricação de farinha (Sousa, 2004)	69
Figura 22-	Igarapé onde mulheres do assentamento lavam roupa (Oliveira, 2006)	70
Figura 23-	Quintal de um estabelecimento agrícola familiar (Oliveira, 2006)	70
Figura 24-	Distribuição de frequência relativa da renda familiar dos jovens, ano de 2004	73
Figura 25-	Conciliação estudo-trabalho considerando o gênero masculino	74
Figura 26-	Conciliação estudo-trabalho considerando o gênero feminino	75
Figura 27-	Igarapé da Passagem, lugar de encontro e de lazer de jovens do assentamento (Oliveira, 2006)	75
Figura 28-	Jovens em seu espaço lúdico (Oliveira, 2005)	76
Figura 29-	Praça da Vila Granja Marathon, espaço de distração e de socialização entre jovens do assentamento (Oliveira, 2006)	76

Figura 30-	Constituição de família de acordo com o gênero masculino	88
Figura 31-	Constituição de família de acordo com o gênero feminino	89
Figura 32-	Expectativa profissional dos jovens da amostra	96
Figura 33-	Açude existente no assentamento Luiz Lopes Sobrinho (Oliveira, 2006)	124

LISTA DE QUADROS

	p.
Quadro 1- Categorias elaboradas para as expectativas quanto ao trabalho-educação-família	29
Quadro 2- Identificação do número de jovens do assentamento Luiz Lopes Sobrinho	31
Quadro 3- Identificação do número de jovens entrevistados por estrato	31
Quadro 4- Caracterização dos jovens da amostra	31
Quadro 5- Festas/festividades que jovens do assentamento costumam freqüentar	61
Quadro 6- Escolaridade dos sujeitos da amostra em função do gênero	65
Quadro 7- Atividade exercida de acordo com o gênero	66
Quadro 8- Lista de nomes científicos de espécies vegetais	68
Quadro 9- Renda familiar do ano de 2004 disposta em ordem decrescente	72
Quadro 10- Outras atividades que jovens do assentamento costumam participar	77
Quadro 11- Atividades que jovens do assentamento deixaram de participar	78
Quadro 12 - Freqüência de evocação dos elementos da tríade considerando a ordem de importância anunciada pelas jovens	81
Quadro 13- Freqüência de evocação dos elementos da tríade considerando a ordem de importância anunciada pelos jovens do gênero masculino	82
Quadro 14- Entendimento sobre família de acordo com o gênero	84
Quadro 15- Entendimento sobre educação de acordo com o gênero	85
Quadro 16- Entendimento sobre trabalho de acordo com o gênero	86
Quadro 17- Realização ou pretensão de casar de acordo com o gênero	87
Quadro 18- Realização ou pretensão de gerar filhos de acordo com o gênero	88
Quadro 19- Valores e regras sociais obtidos no núcleo familiar de acordo com o gênero	89
Quadro 20- O que mais gosta (gostava) na escola que estuda (estudava) de acordo com o gênero	90

Quadro 21– O que menos gosta (gostava) na escola que estuda (estudava) de acordo com o gênero	91
Quadro 22– Condição de estudo de acordo com o gênero	91
Quadro 23– Expectativas quanto ao ensino escolar de acordo com o gênero	92
Quadro 24– Expectativa profissional de acordo com o gênero	95
Quadro 25– Plano de ação para continuar os estudos de acordo com os sujeitos da amostra que não estudam	98
Quadro 26– Plano de ação para atingir a atividade almejada de acordo com o gênero	99
Quadro 27– Categorias e subcategorias do eixo temático trabalho-educação-família	100
Quadro 28– Motivo de compromisso conjugal de acordo com o gênero	101
Quadro 29– Motivos de escolha da profissão de acordo com o gênero	108

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC – Análise de Conteúdo

AIDS – Acquired Immunodeficiency Syndrome (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)

APRUCOM – Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Modelo

APRUMO – Associação dos Produtores Rurais Unidos da Vila Modelo

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES – Assessoria Técnica Social e Ambiental

BA – Bahia

BCN – Banco de Crédito Nacional

CEB – Câmara de Educação Básica

CEFET - PA – Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará

CFR's – Casas Famílias Rurais

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNE – Câmara de Educação Básica

CNEC – Conferência Nacional por uma Educação do Campo

CNJ – Conselho Nacional de Juventude

CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura

COOLIVRE – Cooperativa Agrícola Livre União de São Francisco do Pará

DST – Doença Sexualmente Transmissível

EAFC – Escola Agrotécnica Federal de Castanhal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EFA's – Escolas Famílias Agrícolas

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental

ENERA – Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária

FASE – Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional

FETAGRI - PA – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará

FETAG's da Amazônia – Federações dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura dos Estados da Amazônia Legal

GT's – Grupos de Trabalho

GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit und Entwicklung (Agência de Cooperação Técnica Alemã)

GO – Goiás

IAAM – Instituto Agroecológico da Amazônia

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará

IIDAC – Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

IPEA – Instituto da Pesquisa Econômica Aplicada

LTDA – Limitada

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MG – Minas Gerais

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

OIJ – Organização Ibero-Americana da Juventude

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG's – Organizações Não Governamentais

PA – Pará

PETI – Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

PNERA – Primeira Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária

PJPS – Projeto Juventude e Participação Social

PNPE – Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os jovens

POLIS – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Públicas Sociais

PPA – Plano Pluri Anual

PROAMBIENTE – Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Produção Familiar Rural da Amazônia

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

RJ – Rio de Janeiro

SECTAM – Secretaria Executiva de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente

SA – Sociedade Anônima

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SP – São Paulo

SR – Superintendência Regional

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

UNB – Universidade de Brasília

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

INTRODUÇÃO

Os jovens brasileiros, na faixa etária de 15 a 24 anos, somam 34,1 milhões de pessoas, correspondendo a 20,1% do total da população que é de 169.799.170 milhões; em áreas rurais vivem 5,9 milhões de jovens (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2000), ou seja, 3,5% do total da população do Brasil.

Em que pese diferenças de idade, de pensamentos, de sentimentos e de ações entre os jovens, existem, principalmente, conflitos gerados pelas desigualdades sociais e econômicas que se traduzem em falta de oportunidades, impossibilitando a realização de suas expectativas. Neste sentido, este estudo teve como objetivo compreender as expectativas de jovens que vivem no assentamento Luiz Lopes Sobrinho quanto ao trabalho, à educação e à família. Vale destacar que a palavra expectativa significa esperança em realizar o que se deseja tanto no tempo presente quanto no tempo futuro.

A educação, a família e o trabalho direcionam a vida de uma pessoa, perpassando pela relação consigo e com o outro (CATÃO apud NASCIMENTO, 2002). Em outro estudo, realizado por Nascimento (2002) com adolescentes de escolas públicas de São Paulo, a tríade educação-trabalho-família constituiu-se no eixo central de construções dos projetos de vida daqueles adolescentes.

Para a autora citada, os projetos de vida são “aspirações, desejos de realizações, que se projetam para o futuro visto como uma visão antecipatória de acontecimentos, cuja base reside em uma realidade construída na interseção das relações que o sujeito estabelece com o mundo” (NASCIMENTO, Op. cit., p. 128). Essa pesquisadora acrescenta que o projeto de vida se organiza na coexistência da vida no tempo passado e no tempo presente, isto quer dizer, que as experiências anteriores somadas com as vivências do momento constituem bases para a dimensão da vida futura.

Quanto ao meu contato com a juventude do assentamento Luiz Lopes Sobrinho, este teve início durante um trabalho de assistência técnica realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)/Superintendência Regional (SR) 01¹ no ano de 2002.

¹ A SR 01 do INCRA funciona em Belém.

Cabe ressaltar que durante o serviço de assistência técnica, o trabalho era em equipe e consistia, por exemplo, em: a) elaborar projetos de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF Grupo A²; b) orientar os agricultores sobre a apicultura (criação de abelhas), a suinocultura (criação de suínos), a criação de galinha caipira, o cultivo de pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.), entre outras criações e cultivos; c) participar de reuniões com associações, cooperativa e grupos específicos, quais sejam: APRUMO, APRUCOM, COOLIVRE, grupo de mulheres denominado “Mulheres na Luta” e d) acompanhar jovens em atividade educativa como a capoeira que consiste em um “jogo atlético individual, com sistema de ataque e defesa” (FERREIRA, 2001, p.129).

Em resumo, essa experiência foi plena de vivências e aprendizagens, sobretudo, para quem realiza esse tipo de trabalho. Neste sentido, em virtude de minha formação ser na área de agronomia, cabe destacar que é dever e tarefa deste profissional, educar e educar-se e desenvolver trabalho de ordem técnica e humanista (FREIRE, 1977).

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2004, p.6), os princípios e diretrizes que orientam atualmente a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) envolvem “o uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural”. O desenvolvimento rural segundo Martinho (2005, p.1) caracteriza-se pela:

melhoria das condições de vida das pessoas residentes nas áreas e regiões rurais, através de processos sociais que respeitem e articulem os seguintes princípios: eficiência econômica, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, sustentabilidade, participação democrática e responsabilidade cívica.

As ações da ATER devem:

privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar e estimular o uso sustentável dos recursos locais [...] (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, 2004, p.6).

² O PRONAF Grupo A é o primeiro crédito produtivo para os beneficiários da reforma agrária; objetiva a estruturação da unidade produtiva.

A partir da experiência mencionada, naquele momento percebi que as atividades agrícolas se constituíam, cada vez menos, em uma opção de trabalho e de vida pelos filhos dos agricultores.

Diante do exposto, este estudo³ resultou da preocupação levantada anteriormente, bem como da orientação obtida por meio do Curso de Mestrado em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental.

Nas produções teóricas que fazem parte da materialização desta investigação, ressalta-se, primeiramente, que a divisão do território brasileiro em sesmarias⁴ para doze capitães donatários marcou o começo de processos vivenciados na realidade brasileira, do período colonial até hoje, quais sejam: a situação fundiária e o êxodo rural. O regime sesmarial foi “um dos responsáveis pela latifundização das terras brasileiras”, resultando numa estrutura fundiária distorcida (MARQUES, 1998, p.163).

Na década de cinquenta, a situação fundiária começou a ser questionada no Brasil pelos partidos políticos e movimentos sociais⁵, principalmente, com relação à concentração da propriedade da terra e à existência de latifúndios improdutivos (RUA; ABRAMOVAY, 2000). As pesquisadoras, citadas anteriormente, acenam que nas duas décadas subseqüentes, sessenta e setenta, a preocupação com a questão fundiária chegou em setores mais amplos da sociedade e das elites governamentais. Esses setores consideravam o desequilíbrio socioeconômico como um dos fatores gerado pela diferença na distribuição de terra.

Quanto ao êxodo rural, o Brasil a partir da década de quarenta teve um fluxo de migração de trabalhadores do campo intensificado, principalmente, para cidades do sudeste do País como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais que rapidamente se industrializavam (GARCIA JR., 1989). Salim (1992, p.119) expõe que a migração é:

fenômeno complexo essencialmente social e com determinações múltiplas, apresenta interações peculiares com as heterogeneidades de uma formação histórico-social concreta. Assim, diante da pluralidade das relações sociais ou dos diversos contextos sociais onde se verificam processos de mudança, a migração tende a assumir feições

³ Ver cronograma de atividades realizadas no APÊNDICE A, p. 139.

⁴ Conforme Ferreira (2001), denomina-se sesmaria a área de terra que os reis de Portugal cediam para ser cultivada.

⁵ Segundo Doimo (1995, p.39) “até o início dos anos sessenta, falar em movimento social significava referir-se à suposta virtualidade revolucionária do proletariado – entendido como classe determinada pelas relações capitalista de exploração do trabalho pelo capital e acreditar em sua organização racional [...]”.

próprias, diferenciadas e com implicações distintas para os indivíduos ou grupos sociais que a compõem e a caracterizam.

Outro exemplo de fluxo migratório ocorreu na década de noventa. De acordo com dados do IBGE (apud GOIS, 2004), entre 1991 e 2000, 27,2 % dos cinco mil e quinhentos e sete (5.507) municípios brasileiros, tais como: São Caetano do Sul (SP), Ilhéus (BA), Nilópolis (RJ) e Teófilo Otoni (MG), perderam moradores que migraram para outras localidades com melhores condições de vida. Contrariamente a esses dados, os municípios localizados no Norte e no Centro-Oeste foram os que mais cresceram em população, “a mancha de cidade com alto crescimento demográfico é quase a mesma do arco do desmatamento, das cidades próximas à Floresta Amazônica” (PEREIRA apud GOIS, 2004, p. 1).

Na Região Norte, por exemplo, de quatrocentos e quarenta e nove (449) municípios, podem ser citados os localizados no Estado do Pará, tais como: Medicilândia, Novo Progresso, Pacajá, Rurópolis, Senador José Porfírio, Trairão, Uruará e Vitória do Xingu, bem como, no Estado do Tocantins, destacam-se: Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e Araguatins. Os estados da Região Norte com os maiores números de municípios são: o Estado do Pará com cento e quarenta e três (143) e o Estado do Tocantins com cento e trinta e nove (139).

Outra questão a considerar, diz respeito ao êxodo nas regiões de predomínio da agricultura familiar. Segundo Abramovay et al. (1998, p. 15 e 16), a partir de um estudo realizado no Sul do País, mais especificadamente, de uma pesquisa envolvendo cinquenta e três (53) famílias do Município de Saudades (Oeste de Santa Catarina), explanam que:

o êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar atinge hoje as populações jovens com muito mais ênfase que em momentos anteriores. Ao envelhecimento acopla-se, mais recentemente, um severo processo de masculinização da juventude.

O envelhecimento corresponde ao estado de uma pessoa tornar-se com idade avançada. De acordo com o IBGE (2004) existe um índice de envelhecimento. No Brasil, esse índice variou de 10,49 no ano de 1980 para 19,77 no ano de 2000; na Região Norte, de 6,09 foi para 9,77 e no Estado do Pará, de 6,84 atingiu 10,35 – o que representa um aumento do número de pessoas com idade avançada nas regiões citadas.

Quanto a masculinização, os pesquisadores Camarano e Abramovay (1999) reportam-se à determinação de um índice denominado “grau de masculinização”, dado pela razão de sexo, isto é, pela relação entre o número de homens pelo número de mulheres.

Diante do exposto, a relevância deste estudo se inscreve para acrescentar e ampliar o leque de compreensões sobre a juventude presente na agricultura familiar, mais especificadamente, a que vive nos assentamentos rurais. Em outras palavras, sua importância reside no fornecimento de reflexões para todos aqueles que de alguma maneira trabalham com a categoria juventude, entre eles, antropólogos, pedagogos, psicólogos, sociólogos, profissionais de ciências agrárias e tantos outros que buscam contribuir das mais diversas maneiras para a melhoria das condições de vida no espaço rural.

O eixo central deste estudo partiu do seguinte problema: quais as expectativas de jovens que vivem no assentamento Luiz Lopes Sobrinho quanto ao trabalho, à educação e à família.

O objetivo geral centrou-se em compreender as expectativas de jovens que vivem no assentamento Luiz Lopes Sobrinho quanto ao trabalho, à educação e à família. Os objetivos específicos foram: a) caracterizar jovens do assentamento na dimensão sócio-cultural e econômica (local de origem, compromisso conjugal⁶, existência de filhos, predominância do gênero na composição dos membros da família, nível educacional escolar, atividade de trabalho, renda familiar e lazer); b) analisar as esperanças de jovens do assentamento em relação à tríade trabalho-educação-família e c) identificar iniciativas (ações, projetos e programas) em prol das expectativas desses jovens.

⁶ O termo refere-se tanto a jovens que estão casados no cartório e/ou religioso quanto a jovens que estão casados por outros meios distintos dos que foram mencionados.

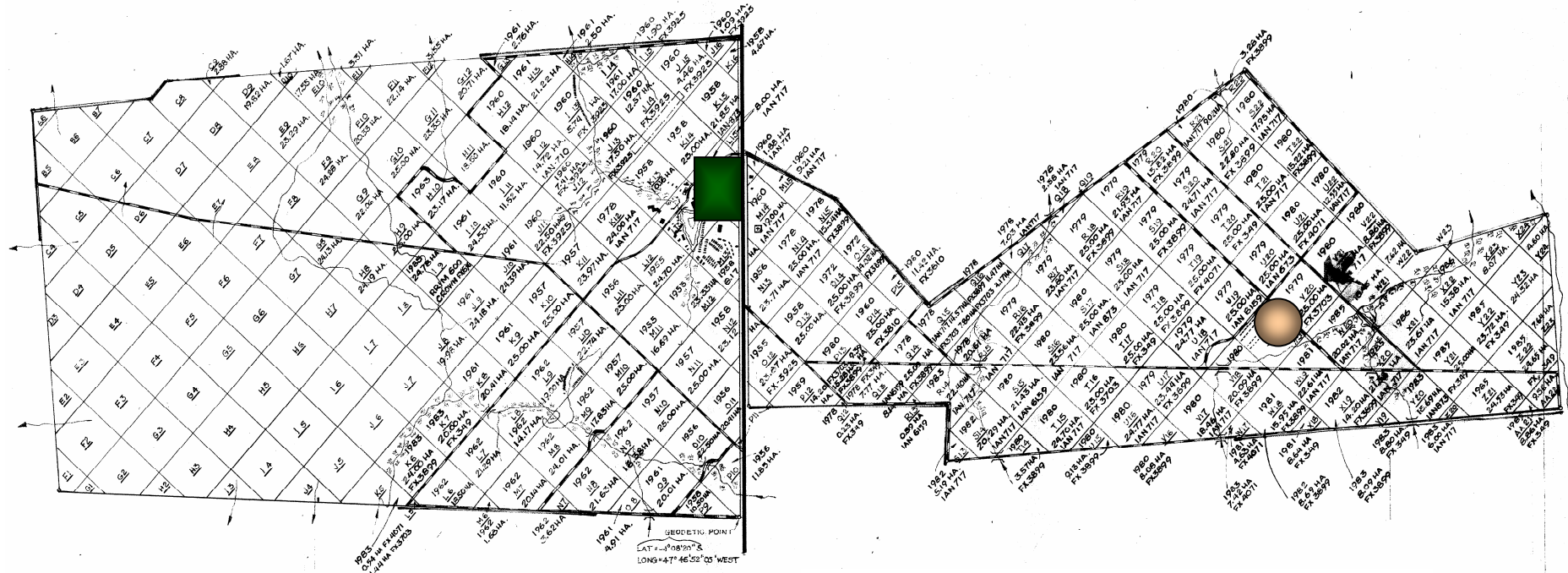
O *LOCUS* DA PESQUISA

O Projeto de Assentamento Luiz Lopes Sobrinho (ver **Figura 1**, p.25) foi o *locus* da pesquisa. Este assentamento localiza-se no Município de São Francisco do Pará⁷ (ver **Figura 2**, p.26). O acesso ao Luiz Lopes Sobrinho é feito pelo seguinte trecho: BR 316 (sentido Belém - Castanhal) – Rodovia PA 320 (sentido Castanhal – sede de São Francisco do Pará) – PA 242 (sede de São Francisco do Pará - Igarapé-Açu). O assentamento dista 7 km da sede do município e 100 km da capital do Estado.

O Município de São Francisco do Pará pertence a Mesorregião do Nordeste Paraense e a Microrregião Bragantina. A sede Municipal possui as referidas coordenadas geográficas: 01°10'03" de Latitude Sul e 47°47'45" de Longitude Oeste de Greenwich. Limita-se ao Norte com o Município de Curuçá e Marapanim, ao Sul e a Oeste com o Município de Castanhal e a Leste com o Município de Igarapé-Açu (IDESP apud SOUSA, 2002). Apresenta uma extensão territorial de 474 Km² (SEPLAN/ESTATÍSTICA apud FERREIRA, 2003).

Os solos são, na maioria, Latossolo Amarelo Textura Média e Concrecionário Laterítico, além da existência de solos Hidromórficos. A vegetação representativa é de origem secundária. O braço direito do rio Marapanim é o principal acidente hidrográfico, serve de limite natural à oeste com Castanhal. O Clima é quente e úmido do tipo **Am**, de acordo com a classificação de Kôppen; possui temperatura que varia entre 21° C e 31° C, com média de 26° C; a precipitação está em torno dos 2.200 mm anuais; a umidade relativa do ar varia entre 78% e 93% e a estação chuvosa abrange os meses de dezembro a maio e a menos chuvosa de junho a novembro (IDESP apud ALMEIDA, 2000).

⁷ O Município de São Francisco do Pará teve sua origem vinculada à extinta Estrada de Ferro de Bragança. Uma estação localizada no km 95 foi implantada no percurso Belém-Bragança, formando em seu entorno um povoado conhecido por Vila São Francisco ou Vila Augusto Montenegro. O povoado foi oficialmente criado em 05 de novembro de 1903. Em 30 de dezembro de 1943 foi assinada a lei de criação do município pelo governador Magalhães Barata com a denominação de Anhangá que, posteriormente, em virtude do nome Anhangá, na língua tupi, significar diabo e fantasma foi alterada para São Francisco do Pará em 1961 (GOVERNO DO PARÁ, 2004).



Fonte: Adaptado da Empresa Paracrévea Borracha Vegetal S. A. (1989)

CONVENÇÃO:



-  Localização da Vila Granja Marathon
-  Localização da Vila Modelo

Figura 1- Planta da área do Projeto de Assentamento Luiz Lopes Sobrinho

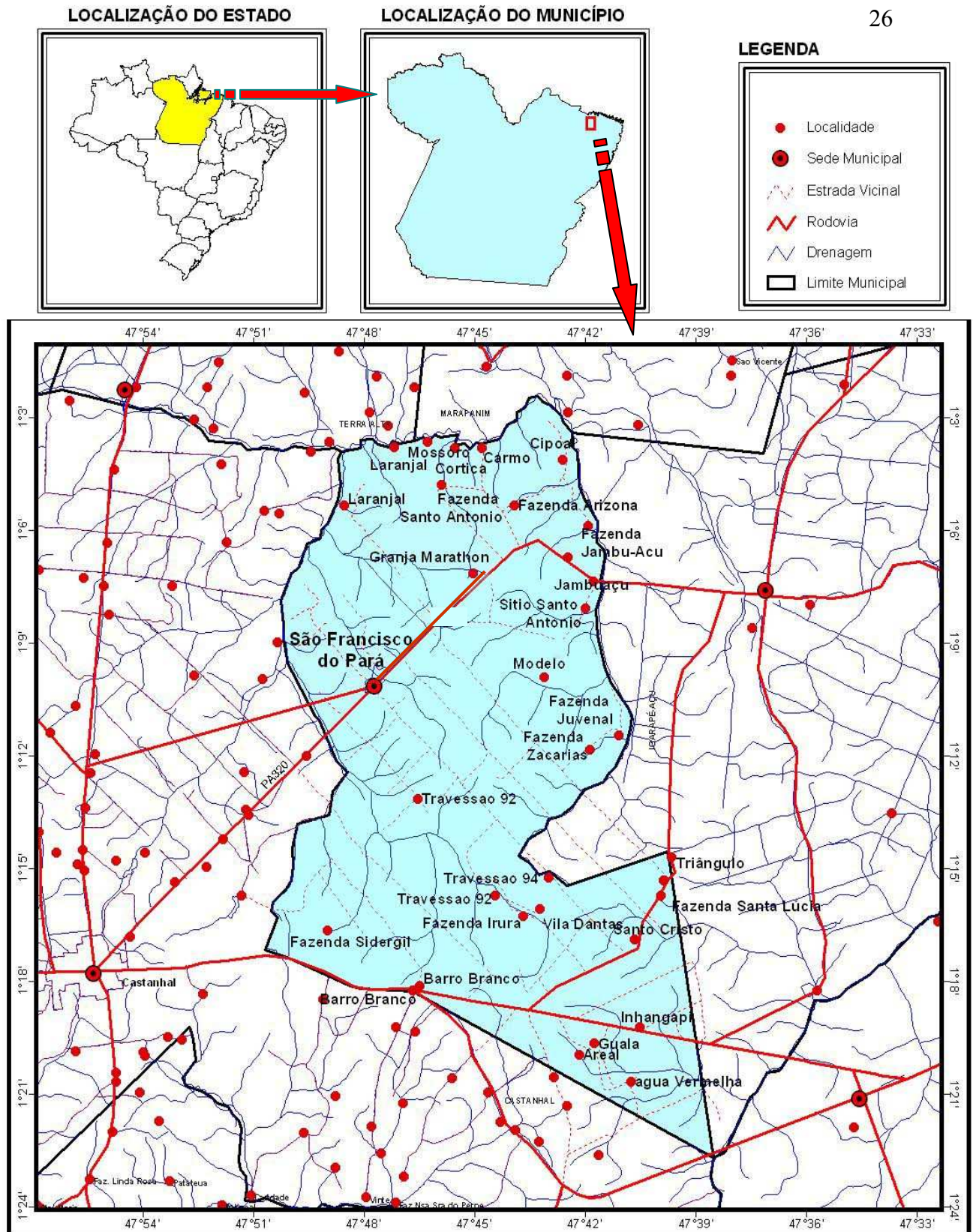


Figura 2- Localização do Município de São Francisco do Pará
Fonte: Adaptado do Laboratório de Sensoriamento Remoto da SECTAM (2005)

O DELINEAMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa baseou-se numa análise por meio dos eixos quantitativo e qualitativo, uma vez que os dados tiveram tratamento estatístico e interpretativo com base na análise de conteúdo, método descrito mais adiante. Esses dois eixos se complementam e ampliam o campo de compreensão de um estudo.

O eixo quantitativo possibilitou o levantamento de dados a partir das seguintes variáveis: contagem de jovens que saíram do assentamento e condição socioeconômica dos jovens investigados (tipo de família, existência de filhos, nível educacional escolar, atividade de trabalho e renda familiar, entre outras).

Quanto ao eixo qualitativo, esse tornou possível obter informações da condição sócio-cultural dos jovens da amostra (por exemplo, local de origem, socialização, conhecimentos adquiridos, etc.), de suas expectativas quanto ao trabalho, à educação e à família, bem como de ações em prol das expectativas desses jovens.

A pesquisa qualitativa possui as seguintes características: obtenção de fonte direta de dados, predominância da descrição dos dados coletados, dedica-se mais intensamente ao processo em detrimento do produto, a atenção especial por parte de quem está realizando o estudo volta-se para o significado dado pelas pessoas às coisas e à vida, ou seja, revela a perspectiva dos participantes a partir de sua realidade e contexto e há tendência de processo indutivo na análise dos dados (BOGDAN; BIKLEN apud LUDKE; ANDRÉ, 1986). As autoras Lüdke e André (1986, p.13) explanam que “entre as várias formas que pode assumir uma pesquisa qualitativa, destacam-se a pesquisa do tipo etnográfico e o estudo de caso”.

Este trabalho assumiu a forma de um estudo de caso. Ressalta-se que essa forma de pesquisa visa: a) a descoberta de novas informações à medida que o estudo se desenvolve, fundamenta-se no pressuposto de que o conhecimento é inacabado, que está constantemente fazendo-se e refazendo-se; b) enfatiza a interpretação do contexto, ou seja, apresenta o objeto de estudo a partir de seu contexto; c) objetiva mostrar uma determinada situação em seus diversos aspectos; d) apresenta várias fontes de informação; e) revela experiência de outrem e possibilita que o leitor possa ampliar a compreensão de um estudo relacionando as informações obtidas com dados de situações semelhantes, a partir de sua experiência pessoal; f) procura retratar diferentes pontos de vista existentes em uma situação social, fundamenta-se no pressuposto de que a realidade pode ser vista de várias perspectivas e, g) apresenta linguagem e forma mais acessível em relação a outros relatórios.

O estudo de caso compreende três fases, quais sejam: primeira fase – aberta ou exploratória, segunda fase – mais sistemática e terceira fase – análise e interpretação sistemática dos dados e confecção do relatório (NISBET; WATT apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Para os autores citados, essas três fases se superpõem em diversos momentos, não sendo possível delimitar suas fronteiras.

Com base nas características supracitadas, este estudo compreendeu uma situação singular, por analisar as expectativas da juventude do assentamento Luiz Lopes Sobrinho a partir de sua condição sócio-cultural e econômica, o que reporta a inferências em particular. Além disso, preencheu os seguintes critérios: o problema foi pesquisado no universo dos jovens, procurando retratar seu cotidiano; foram utilizadas várias fontes de informação, a saber: jovens, agentes de saúde, professores e lideranças, entre outras; suscitou opiniões variadas a respeito do assunto, uma vez que cada pessoa tem sua própria opinião e, surgiram aspectos novos que puderam ser incorporados neste trabalho. A seguir, são apresentados os procedimentos realizados para esta elaboração.

Fase aberta ou exploratória

A fase aberta ou exploratória compreendeu os seguintes procedimentos: a) o levantamento de referencial teórico; b) o estabelecimento de contato prévio com agricultores e lideranças do assentamento por meio de reuniões com a associação APRUMO e a cooperativa COOLIVRE para apresentar os objetivos desta pesquisa; c) os objetivos deste trabalho foram apresentados no 5º Congresso promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco do Pará (STR)⁸ e d) os informantes deste estudo foram identificados, quais sejam: jovens, agentes de saúde, professores, lideranças, etc.

⁸ Vale mencionar que o STR passou a ser denominado de Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de São Francisco do Pará após esse Congresso.

Fase de delimitação do estudo

Esta fase consistiu na seleção de aspectos relevantes, a saber: recorte do estudo, método para a seleção do tamanho da amostra⁹, técnicas e instrumentos para coleta e para análise dos dados.

O objeto deste estudo configurou-se nas expectativas quanto ao trabalho, à educação e à família, uma vez que essa tríade faz parte dos projetos de vida dos jovens do assentamento.

Para a investigação das expectativas foram elaboradas as seguintes categorias: a) Realização ou desejo profissional; b) Realização ou desejo de transmitir/transformar valores e regras sociais obtidos na família e Educação escolar direcionada para a sua aspiração e c) Realização ou desejo de constituir família por meio de compromisso conjugal com ou sem a presença de filhos, conforme pode ser visualizado no **Quadro 1**.

Tríade Temática	Categorias elaboradas
Trabalho	Realização ou desejo profissional
Educação ¹⁰	Realização ou desejo de transmitir/transformar valores e regras sociais obtidos na família Educação escolar direcionada para a sua aspiração
Família	Realização ou desejo de constituir família por meio de compromisso conjugal com ou sem a presença de filhos

Quadro 1- Categorias elaboradas para as expectativas quanto ao trabalho-educação-família.

Conforme Laraia (2002), as categorias são princípios de juízos e raciocínios que, freqüentemente, estão presentes na linguagem, sem necessariamente estar explícitos. Na opinião de Pádua (2004, p.84), “as categorias são empregadas para se estabelecer classificações e trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de conceitos capazes de abranger todos estes aspectos”.

⁹ A noção de amostra está no sentido de ser um subconjunto da população investigada, bem como o tamanho da amostra refere-se ao “número de indivíduos que a compõem” (BISQUERRA; SARRIERA; MARTINEZ, 2004, p.78).

¹⁰ As duas categorias mencionadas neste eixo temático foram elaboradas com base no referencial de Nascimento (2002).

Quanto à definição dos jovens a serem investigados, dois critérios de inclusão foram destacados: a) faixa etária de 15 a 24 anos, tendo por referência a concepção de juventude da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e b) inserção em uma família de origem ou de reprodução, haja vista que estar inserido nesse espaço pode exercer incentivo para que a juventude pense sobre trabalho-educação-família; utilizou-se o referencial de Prado (1981, p.13) para entender que a “família de origem é aquela de nossos pais; família de reprodução é aquela formada por um indivíduo com outro adulto e os filhos dela decorrentes”.

Segundo Gaskell (2002, p.71) “há um limite máximo ao número de entrevistas que é necessário fazer, e possível de analisar”. Para cada pesquisador, este limite está na faixa entre 15 e 25 entrevistas individuais. Neste sentido, selecionou-se 10% do total de jovens do assentamento.

O método de amostragem utilizado para a constituição da amostra foi o Probabilístico Aleatório Estratificado. Esse método se baseia no princípio da *equiprobabilidade*, ou seja, os “sujeitos” têm a mesma probabilidade de pertencerem à amostra¹¹. Conforme Bisquerra, Sarriera e Martinez (2004), esse método consiste nos seguintes procedimentos: a) divisão da população em estratos; b) realização da amostragem para cada estrato e c) identificação do número de indivíduos de cada estrato pela afixação proporcional, ou seja, o número de indivíduos é obtido em função da proporção de indivíduos de cada estrato. Os referidos autores acrescentam: “recomenda-se utilizar métodos probabilísticos sempre que possível, pois são os que mais garantem a representatividade da amostra” (BISQUERRA; SARRIERA; MARTINEZ, 2004, p. 19).

Sendo assim, para a seleção do tamanho da amostra realizou-se primeiramente, por meio de fichas de visitas dos agentes de saúde às famílias, um levantamento do número de jovens que residiam na Vila Modelo e na Vila Granja Marathon.

No período da coleta de dados foram registrados trinta e seis (36) jovens do gênero feminino e cinquenta (50) jovens do gênero masculino morando na Vila Modelo, bem como noventa e seis (96) jovens do gênero feminino e cento e dezessete (117) do gênero masculino vivendo na Vila Granja Marathon, perfazendo um total de duzentos e noventa e nove (299) jovens, conforme pode ser visualizado no **Quadro 2** a seguir.

¹¹ Um exemplo prático deste método pode ser obtido em CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil**. 13ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1995. 224p.

Estrato por vila	Estrato por gênero		Nº Total
	Feminino	Masculino	
Vila Modelo	36	50	86
Vila Granja Marathon	96	117	213
Nº Total	132	167	299

Quadro 2- Identificação do número de jovens do assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Após a aplicação do Método Probabilístico Estratificado para um percentual de 10% de jovens, a amostra resultou nas seguintes quantidades de jovens entrevistados por estrato: quatro (4) jovens do gênero feminino e cinco (5) do gênero masculino da Vila Modelo e, nove (9) do gênero feminino e doze (12) do gênero masculino da Vila Granja Marathon, perfazendo um total de trinta (30) jovens, conforme pode ser examinado no **Quadro 3**.

Estrato por vila	Estrato por gênero		Nº Total
	Feminino	Masculino	
Vila Modelo	4	5	9
Vila Granja Marathon	9	12	21
Número Total	13	17	30

Quadro 3- Identificação do número de jovens entrevistados por estrato.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Em síntese, os entrevistados da população jovem vivem no assentamento Luiz Lopes Sobrinho, pertencem a uma família de origem ou de reprodução e estão na faixa etária de 15 a 24 anos, conforme pode ser visualizado no **Quadro 4**.

Jovens da amostra que vivem no assentamento de acordo com o gênero	Tipo de Família	Faixa Etária			Total
		15-18	19-21	22-24	
Masculino	Origem	3	5	5	13
	Reprodução	-	1	3	4
Feminino	Origem	3	2	1	6
	Reprodução	2	4	1	7
Número Total					30

Quadro 4- Caracterização dos jovens da amostra.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Convenção: - (não existe)

É importante mencionar que antes da realização das entrevistas, que aconteceram em intervalos separados, aplicou-se testes pilotos com seis jovens; o objetivo foi de ajustar tanto o roteiro quanto o formulário. De um modo geral, a coleta de dados foi realizada no assentamento Luiz Lopes Sobrinho de 2004 a 2006; totalizou 87 dias em campo.

Para o auxílio na coleta e registro dos dados, os seguintes procedimentos foram utilizados envolvendo técnicas e instrumentos:

- a) Observação direta: teve por objetivo verificar as atividades dos jovens no assentamento; registraram-se informações consideradas de interesse em diário de campo. De acordo com Gaskell (2002), na observação participante há uma maior amplitude e profundidade de informações;
- b) Entrevista estruturada: visou obter informações sobre aspectos sociais, culturais e econômicos dos jovens da amostra. Essa entrevista foi realizada individualmente por meio de formulário, organizado com perguntas fechadas e abertas em torno da dimensão Presente; totalizou 37 questões (ver APÊNDICE B, p.140-149). Conforme Pádua (2004), o formulário geralmente é usado para identificar um conjunto de questões que um entrevistador faz para o entrevistado por meio de perguntas e anotações e,
- c) Entrevista semi-estruturada: teve por finalidade obter informações a respeito das expectativas dos jovens. Essa entrevista foi realizada individualmente por meio de um roteiro construído com perguntas fechadas e abertas em torno das dimensões: Passado, Presente e Futuro; envolveu três grupos: Grupo A (Temática Trabalho), Grupo B (Temática Educação) e Grupo C (Temática Família); totalizou 40 questões (ver APÊNDICE C, p.150 e 151). Segundo Pádua (2004, p.71), o roteiro da entrevista é “uma lista dos tópicos que o entrevistador deve seguir durante a entrevista. Isso permite uma flexibilidade quanto à ordem ao propor as questões, originando uma variedade de respostas ou mesmo outras questões”.

Além das indagações aos jovens da amostra, outras entrevistas semi-estruturadas também foram realizadas por meio de roteiro, bem como levantamentos e registros fotográficos. Essas atividades foram destacadas a seguir:

- a) Entrevista semi-estruturada: direcionada a cinco professores do assentamento (três professoras conjuntamente e outros dois professores individualmente). A finalidade foi de obter dados a respeito das escolas que os jovens frequentavam como, por

- exemplo, o nome da escola, a estrutura escolar e as atividades desenvolvidas pelos jovens; totalizou sete questões (ver roteiro de entrevista no APÊNDICE D, p. 152);
- b) Levantamento junto às entidades representativas dos agricultores do assentamento: teve por objetivo identificar a participação juvenil nas associações, na cooperativa e no sindicato;
 - c) Levantamento junto ao Banco da Amazônia: para saber sobre o Pronaf Jovem Rural;
 - d) Levantamento junto ao coordenador do Pré-Pólo do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE): para verificar a inserção de jovens nesta iniciativa (ver roteiro de entrevista no APÊNDICE E, p.153);
 - e) Registro fotográfico: para mostrar as principais atividades em torno do qual os jovens concentram suas vidas;
 - f) Levantamento junto aos agentes de saúde: com a finalidade de identificar o número de jovens que não estavam mais morando no assentamento, para onde foram morar e que atividades poderiam estar desempenhando.

Fase de análise e interpretação dos dados e confecção do relatório

Os dados coletados foram tratados no *Microsoft Excel 2000*, bem como foram analisados e interpretados tendo por referencial a Análise de Conteúdo (AC). Esse método pode ser utilizado em diversos domínios. O uso da AC vem ampliando significativamente, por sua aplicabilidade em diversos campos e condições de pesquisa. A AC é indicada no estudo das “motivações, atitudes, valores, crenças, tendências” (RODRIGUES; LEOPARDI, 1999, p.22).

A Análise de Conteúdo constitui-se de várias técnicas, entre elas, a Análise Temática. Neste estudo, a AC teve por base o referencial de Minayo (apud RODRIGUES; LEOPARDI, 1999) e consistiu em descobrir os núcleos de sentido que compõem os discursos dos sujeitos da amostra. Desta forma, os seguintes procedimentos foram realizados: a) Leitura flutuante: consistiu na leitura do material disponível para o estudo, tais como objetivos e teorias; b) Constituição do “corpus da pesquisa”: constituição das respostas dos sujeitos da amostra; c) Classificação e agregação dos dados em categorias: consistiu na classificação e no agrupamento das respostas em função dos sentidos, finalizando com um título à categoria e d) Tratamento e interpretação: os dados foram tratados e interpretados considerando o referencial teórico-metodológico, as categorias elaboradas e as categorias que emergiram das falas dos jovens da amostra.

Diante do exposto, os seguintes referenciais foram fundamentais para a elaboração do conhecimento proposto: Minayo (apud RODRIGUES; LEOPARDI, 1999); Lüdke e André (1986); Prado (1981); Bisquerra, Sarriera e Martinez (2004); Gaskell (2002); Pádua (2004); Laraia (2002) e, Rodrigues e Leopardi (1999). Além das produções teóricas identificadas, a seguir, em cada capítulo. Para tanto, este estudo possui a seguinte estrutura:

O **CAPÍTULO 1, PERSPECTIVAS SOBRE JUVENTUDE**, trata de concepções que orientaram a construção do objeto de pesquisa, tais como: juventude, trabalho, educação e família. Nesta perspectiva, os seguintes referenciais foram fundamentais: OIT (apud ABRAMO; FREITAS; SPOSITO, 2000); Zagury (2004); Laraia (2002); Carneiro (2005); Nascimento (2002); Abramovay et al. (1998); Guigou (1968); Rua e Abramovay (2000); Neves (2001); Navarro (2002); Durston (apud CARNEIRO, 2005); Arnauld de Sartre (2002); Silvestro et al. (2001); Sahlins et al. (apud LARAIA, 2002); Davis (1968); Silva (2002); Schmitdt, Marinho e Rosa (1998); IBGE (apud RIZZINI; RIZZINI; HOLANDA, 1996); Brandão (1995); Abramovay et al. (2002) e Sousa (2002).

No **CAPÍTULO 2, EXPECTATIVAS DE JOVENS DO ASSENTAMENTO LUIZ LOPES SOBRINHO QUANTO AO TRABALHO, À EDUCAÇÃO E À FAMÍLIA**, foram abordadas as expectativas de jovens do assentamento em direção ao trabalho, à educação e à família. Para esta elaboração, interlocuções foram realizadas com os seguintes teóricos: Abramo e Branco (2005); Carneiro (2005); Zagury (2004); Abramovay et al. (2002); Nascimento (2002); Torres (2002); Rua e Abramovay (2000); Arnauld de Sartre (2002); Abramovay et al. (1998); Sperry (1997) e Guigou (1968), bem como foram utilizadas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (apud RIZZINI; RIZZINI; HOLANDA, 1996).

No **CAPÍTULO 3, LEIS, PROJETOS, PROGRAMAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES PARA A JUVENTUDE** foram identificadas leis, projetos, programas, políticas públicas e ações que podem auxiliar o processo de produção da juventude, bem como de suas expectativas. As produções teóricas principais deste capítulo foram: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2006); Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura - CONTAG (2003); Ehlers (1999); Kolling, Nery e Molina (1999); Rua e Abramovay (2000); Programa de Desenvolvimento da Produção Familiar Rural - PROAMBIENTE (2003) e, Melo e Vigário Júnior (2003).

E **APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS**, diz respeito a uma síntese das respostas aos questionamentos deste estudo.

CAPÍTULO 1 PERSPECTIVAS SOBRE JUVENTUDE

“O real não está na saída nem na chegada,
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.

(Guimarães Rosa)

Este capítulo visa apresentar concepções que auxiliaram a construção do objeto de estudo, tais como: juventude, cultura, agricultura familiar, assentamento, trabalho, educação e família, bem como revelar aspectos da condição sócio-cultural e econômica de jovens do assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

1.1 JUVENTUDE: REVELANDO CONCEPÇÕES, PROTAGONISMO E IMPORTÂNCIA

“Ser jovem é viver uma fase da vida em que se constrói os degraus da vida”.

(Jovem do gênero feminino, 18 anos)

Em todas as partes do mundo, a juventude se manifesta no espaço-tempo como uma mescla¹² de um passado que “já não é”, de um presente que “está sendo” e de um futuro que “ainda não é” num contínuo “estar sendo”.

Na perspectiva de que os jovens se manifestam no espaço-tempo, existem especialistas e organizações que discutem o tema juventude em diversas áreas do conhecimento, a saber: biologia, sociologia, psicologia, antropologia, pedagogia, etc., então há diversos critérios de definição e delimitação da juventude.

Autores como Novaes (2000, p.46) afirma: “biologicamente, o jovem¹³ é aquele que, em tese, está mais longe da morte [...] mais predisposto à vida, tem o gosto pela aventura, tem maior curiosidade pelo novo. Em conseqüência, tem um lado mais propenso ao revolucionário”.

Outros especialistas como Zagury (2004) se reporta à juventude como uma fase do desenvolvimento humano, uma fase singular que requer direitos e deveres específicos, uma etapa da vida nas sociedades ocidentais. Essa pesquisadora acrescenta que há períodos em que alguns jovens querem estar rodeados de amigos; outros preferem estar por um longo tempo no quarto, chegando a falar pouco ou quase nada com as pessoas que fazem parte de seu círculo de amizade. Além disso, buscam identidade e despertam para preocupações sociais.

Para uma melhor compreensão da palavra identidade, citada anteriormente, pode-se mencionar que, no sentido expresso por Bustos (2005), é um conjunto de significações que varia de acordo com os atores de uma situação, é um sentido percebido e dado por cada ator sobre si mesmo e sobre os outros. Reitera De Luca (2002, p.10) que a identidade se produz pela relação de alteridade, que “a constituição do ‘eu’ acontece em relação com o ‘outro’ mediada pelos valores, pela história, pela cultura”.

¹² Nesta mistura, as expressões “já não é” e “ainda não é” foram mencionadas por Gonzáles (apud PÂMPOLS, 2004), assim como “está sendo” foi declarada por Freire (1999).

¹³ De acordo com Pâmpols (2004), os jovens correspondem a um modelo de juventude da sociedade pós-industrial.

Vale mencionar que a palavra cultura traz na sua origem a noção de território, pois etimologicamente de origem latina significava: eu moro, habito, trabalho, cultivo a terra, surgindo a partir daí a idéia de cultura enquanto projeto: eu morarei, habitarei, trabalharei e cultivarei a terra. Ao longo da história essa palavra vai incorporando significados e, um deles está na concepção¹⁴ de cultura enquanto um plano anterior aos acontecimentos do momento (SANTOS, 2001).

Nessa linha de raciocínio, Sahlins et al. (apud LARAIA, 2002, p. 59) explanam: “culturas são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos”. Para esses teóricos, “esse modo de vida nas comunidades inclui tecnologias e modo de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas e assim por diante” (SAHLINS et al. apud LARAIA, 2002, p. 59).

Conforme Geertz (1989, p.93), na “discussão antropológica recente, os aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura, os elementos valorativos, foram resumidos sob o termo ‘ethos’, enquanto que os aspectos cognitivos, existenciais foram designados pelo termo ‘visão de mundo’”.

De acordo com Davis (1968, p.29), “o processo pelo qual o ser humano absorve uma cultura, ou possivelmente várias culturas durante o seu período de vida denomina-se socialização”. O autor citado acrescenta:

a socialização não é simplesmente o processo de aprendizagem dos conhecimentos específicos da tecnologia, língua e organização social, porém igualmente implica a aprendizagem dos comportamentos culturais definidos por uma determinada sociedade (1968, p. 29).

Voltando ao quadro de concepções sobre juventude, outros estudiosos reportam-se a uma fase marcada por processos, tais como “partida da família de origem, definição e início da vida profissional e formação de outra família” (FREITAS; PAPA, 2003, p. 153).

Para a OIT (apud ABRAMO; FREITAS; SPOSITO, 2000), a juventude caracteriza-se por dois períodos, quais sejam: adolescência e juventude propriamente dita. O ponto de partida da adolescência inicia-se aos 15 anos de idade e estende-se até os 19 anos; aos 20 anos há início de uma nova fase que vai até 24 anos. Ou seja, a juventude apresenta-se

¹⁴ De acordo com o entendimento de Ferreira (2001, p.171), concepção é “ato ou efeito de conceber, gerar ou formar idéias”.

delimitada em função da idade cronológica. No que diz respeito à adolescência, Nascimento (2002, p. 16) afirma ser “uma criação social”.

O Brasil juntamente com mais vinte países pertencentes à América do Sul e América Central, além da Espanha e Portugal fazem parte da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ) que adota a faixa etária de 15 a 29 anos. Outras organizações consideram distintas faixas etárias como, por exemplo, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) trabalham com 10 a 24 anos, bem como a Assembléia Geral das Nações Unidas e o Instituto da Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) delimitam a faixa etária de 15 a 24 anos (BRASIL, 2004).

Já para o Projeto Juventude que está vinculado ao Instituto Cidadania, a fase juvenil significa uma etapa da vida de profundas transformações (orgânicas, psicológicas e sociais). Ou melhor, a juventude é idealmente:

o tempo em que se completa a formação física, intelectual, psíquica, social e cultural, processando-se a passagem da condição de dependência para a de autonomia em relação à família de origem. A pessoa torna-se capaz de produzir (trabalhar), reproduzir (ter filhos e criá-los), manter-se e prover a outros, participar plenamente da vida social, com todos os direitos e responsabilidades. Portanto trata-se de uma fase marcada centralmente por processos de definição e de inserção social (PROJETO JUVENTUDE, 2004, p. 10).

Em se tratando da discussão sobre a temática juventude pelos próprios jovens, no III Fórum Social Mundial que ocorreu no ano de 2003 no Rio Grande do Sul, o tema “A Juventude pelos Jovens” foi discutido em um dos grupos de trabalho, formado por jovens do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e Maranhão. Dentre os comentários que foram mencionados por esse grupo, um diz que: “em cada geração surgem diversas juventudes, que expressam anseios e identidades diversificadas” (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2003, p. 5). Outras duas explanações podem ser visualizadas a seguir:

Quando se fala em juventude, é importante destacar que esta não pode ser compreendida como uma categoria única ou universal, mas como categoria variável, construída historicamente e que depende de aspectos culturais e sociais para se manifestar (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2003, p. 5)

A juventude se constrói exatamente na relação entre gerações diferentes, pois cada geração tem uma sensibilidade diferenciada, influenciada pelos processos históricos e culturais de seu tempo. Assim pertencer a uma determinada geração, é partilhar de linguagens específicas, o que imprime à juventude um caráter de recusa à ordem social vigente (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2003, p. 5).

O grupo de trabalho obteve a seguinte conclusão: ser jovem “é ser flexível e disposto a mudanças e novidades, numa busca ininterrupta por conhecer, lutar e escolher seus direitos [...]” (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2003, p. 8 e 9).

Reflexões sobre juventude

A juventude é delimitada e possui características próprias em função de determinada sociedade, de uma teoria ou de um ponto de vista, perpassando por diversas áreas do conhecimento, a exemplo das noções com ênfase nos aspectos biológico, psicológico, social e cultural. Enquanto etapa da vida, independentemente de um indivíduo ter ou não consciência desta fase, a juventude não pode ser vista apenas como uma passagem para a vida adulta, haja vista que isto implicaria em não dar o seu devido valor e reconhecimento enquanto sujeitos protagonistas de seu tempo. O protagonismo juvenil diz respeito à atuação do jovem como ator principal em ações que visem a resolução de problemas de bem comum que ocorrem, por exemplo, na escola, na comunidade ou na sociedade (IIDAC; UNICEF, 2002).

Na história do Brasil, a juventude esteve presente de forma positiva. Notadamente, essa categoria é inicialmente percebida relatando fatos do modo de vida de quem fazia parte da sociedade brasileira, por meio de uma lente distinta da convencional, tendo em vista que durante quatrocentos anos o País foi interpretado a partir de um ponto de vista europeu (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004).

Esses autores acrescentam que as referências históricas das regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul serviram de base para que a juventude pudesse ser identificada sendo a categoria protagonista de vários movimentos, tais como o movimento abolicionista no século XIX.

No século seguinte, XX, os jovens estiveram atuando em movimentos estudantis, políticos e culturais. No movimento denominado “A Semana de Arte Moderna” que ocorreu no ano de 1922, participaram artistas e escritores, dentre eles: Anita Malfatti, Menotti del Picchia, Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Heitor Vila-Lobos.

Até o final da década de 1960, os jovens atuavam junto a movimentos classistas até o momento de serem interrompidos pela ação do golpe militar de 1964. Na década de 70 e 80, protagonistas de práticas contra o racismo, destacando-se o movimento juvenil *hip-hop*.

A cultura *hip hop* possui um forte aspecto social. Esse movimento tenta passar uma mensagem da realidade vivenciada na periferia ou favela onde as bases desta cultura são a atitude e a conscientização. Os participantes dessa cultura agem sobre a realidade vivenciada para transformá-la. A diversão por meio da dança, bem como da música, da arte e da poesia podem ser observadas nesse movimento. Usam vestimentas (roupas de número maior que o tamanho real) e a linguagem é própria do grupo como, por exemplo, a palavra “alicate” que significa uma pessoa que interrompe uma conversa para saber o que está sendo falado (PROTESTO..., 2006).

Na década de 90, destacou-se o movimento juvenil presente no Movimento dos Sem-Terra – MST, bem como o movimento que se formou no Fórum Social Mundial no ano de 2001, em Porto Alegre.

Sendo assim, diversos são os exemplos que marcam o protagonismo juvenil na história da sociedade brasileira. Especificadamente quanto à produção teórica que coloca em relevo a juventude rural, esta é limitada. Mesmo a bibliografia que existe específica sobre os jovens, na maioria, retrata os que vivem nos centros urbanos. Esta invisibilidade ou negação deve-se a “uma visão urbana da noção de juventude sustentada na percepção da existência de um espaço cultural propriamente juvenil e do adiamento das responsabilidades e dos papéis dos adultos” (DURSTON apud CARNEIRO, 2005, p.244).

O estudo sobre a juventude rural se faz importante enquanto campo de construção de possibilidades para o direcionamento de políticas públicas mais eficazes. Na opinião de Carneiro (2005, p.247), nos estudos que abordam esta temática “uma das questões que têm recebido atenção especial é o desejo dos jovens de permanecerem ou não no campo e as condições de realização desses desejos e de suas aspirações profissionais”.

A juventude rural, na visão de Carneiro, é uma “categoria fluida, imprecisa, variável e extremamente heterogênea” (Op. cit., p. 244), bem como é “categoria socialmente construída e que se caracteriza pela transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento do ciclo vital” (Op. cit., p.245). Para essa pesquisadora existe dificuldade tanto em delimitar quanto em definir a categoria juventude rural, tendo em vista as imprecisões a respeito do que se denomina por rural.

Nesta linha de raciocínio, Abramovay et al. (1998, p.37) explicam que “não existe uma definição universalmente aceita para os limites de idade em que se encontra a juventude”. Para esses autores, a principal característica desta fase é uma certa naturalização da continuidade do modo de vida dos pais. Já na opinião de Rua e Abramovay (2000), a

juventude rural caracteriza-se por ser um momento de diversas fases que são semelhantes às vivenciadas pelos jovens urbanos.

Na ótica de Guigou (1968), jovens rurais é todo jovem entre 16 e 24 anos de idade. Sendo o período de 16 a 18 anos caracterizado pelo fim da adolescência, da inserção em grupos de amigos e do momento de afirmação de si no espaço social. Neste período as jovens fazem suas escolhas pelo trabalho e há a espera do seu casamento. De 19 a 21 anos, o serviço militar e a escolha definitiva da profissão marcam este momento para os jovens do gênero masculino e momento de casamento para as jovens. De 22 a 24, período da constituição de um lar onde decidem ficar ou sair da localidade¹⁵. Vale destacar que a profissão, em um sentido sociológico, apresenta uma dimensão política, organizar-se em defesa de interesses, identitária e econômica, adquirir saber técnico (DUBAR; TRIPIER apud ARNAULD DE SARTRE, 2002).

Diante da necessidade de entendimento do que se denomina por “rural”, surgida nas explanações anteriores, uma breve noção a respeito dos espaços rural e urbano será mencionada a seguir.

O teórico Badouin (1979) aponta três critérios de diferenciação entre o espaço rural e o espaço urbano, quais sejam: concentração, funções específicas e funcionamento do espaço. No primeiro critério, o espaço urbano constitui-se de um forte espaço de aglomeração de atividades e de pessoas enquanto que no espaço rural a densidade de localização das atividades e de pessoas é muito mais fraca ou menor.

Esse primeiro critério remete a um segundo critério, qual seja, a função do espaço rural está primordialmente ligada à produção agrícola e abriga, portanto, atividades agrícolas. Ou mesmo, as atividades agrícolas fazem intervir o fator terra, o que se supõe a existência de uma certa extensão de solo. Para Gliessman (2001, p.209) “o solo é um componente complexo, vivo, dinâmico e em transformação do ecossistema”. Segundo Vieira et al. (2000, p.133) “dos recursos naturais renováveis, o solo é o que suporta a cobertura vegetal, sem a qual os seres vivos, de uma maneira geral, não poderiam existir”. Em relação às outras atividades, essas não fazem intervir o fator solo como suporte, por isso, elas têm necessidade de uma superfície menor.

O terceiro elemento de diferenciação tem traços de funcionamento do espaço. A diferença de funcionamento dos dois espaços pode ser distinguida quando se leva em consideração a distinção entre atividades fundamentais de atividades induzidas.

¹⁵ De acordo com Albaladejo e Veiga (apud SOUSA, 2002), a localidade tem um sentido de espaços sociais e geográficos articulados.

As atividades fundamentais geram rendimento primário para a região em que são exercidas. Uma região produz determinado bem manufaturado ou determinado produto agrícola e vende em outras regiões. No entanto, se recebe um certo rendimento que é seguido de despesa para seus beneficiários. Essa despesa está em função da existência na região de um certo número de atividades comerciais de serviços ou outros, no caso em questão, atividades induzidas.

A diferença de funcionamento entre os espaços rural e urbano se exprime na relação entre atividades fundamentais e induzidas. Dentro do espaço urbano, o coeficiente de indução, dado pela relação entre atividades induzidas/atividades fundamentais, é elevado, ou seja, um volume de atividades fundamentais relativamente baixo provoca o aparecimento de um volume relativamente importante de atividades induzidas. Nas cidades cerca de dois terços da população ocupam-se de empregos destinados a satisfazer as necessidades de seus cidadãos. Nesse caso, a proporção é de duas atividades induzidas para uma fundamental, esse fenômeno é percebido em termos de posto de serviço.

Ao contrário do espaço urbano, no espaço rural as atividades induzidas são relativamente fracas em relação às fundamentais. Os indivíduos realizam parte importante de suas despesas nos centros urbanos.

Portanto, existe um certo número de critérios de diferenciação entre os dois espaços. Essa diferenciação não significa separação de um espaço urbano de um espaço rural. Precisamente, as atividades destacadas dentro de cada espaço comprovam a existência de certas influências e interdependência entre os dois espaços. Em certos casos, parece difícil compreender o funcionamento do espaço rural sem levar em consideração sua relação com o espaço urbano. Geralmente, o modelamento do espaço rural se explica pela influência oriunda do espaço urbano.

Acrescenta-se a esses elementos de diferenciação desses dois espaços, a paisagem, o tempo e a cultura. De um modo geral, no espaço urbano há ausência de áreas verdes, tais como vegetação primária (mata) e secundária (capoeira), bem como de recursos hídricos (açudes, igarapés, etc); o solo está na maioria coberto por uma camada de asfalto e o grande número de construções dificulta a passagem do ar. A população, principalmente jovem, costuma, entre outras atividades, ir ao shopping, consultar internet, estar inserida em grupos (religioso, virtual, de estudos, de entretenimento, etc), ir a escola e/ou ao trabalho, freqüentar festas, ver televisão e ouvir música enquanto que no espaço rural, os jovens aproveitam parte de seu tempo de forma semelhante aos jovens do espaço urbano, no entanto, há outras

atividades de diferenciação, tais como tomar banho nos igarapés, disputar campeonatos de futebol e passar mais tempo na companhia da família.

Outra referência sobre a diferenciação desses espaços está na produção teórica de Carneiro (1998, p.1). Para essa pesquisadora, o espaço rural caracteriza-se por ser “heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola”.

Neste estudo, as noções sobre esses dois espaços estão no sentido de uma construção social, o que se pode mencionar que a categoria juventude está presente no espaço rural, assim como inserida na agricultura familiar. Destaca-se que a “unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, 1993, p.15) caracteriza a agricultura familiar. Reitera Mourão (2000, p.131) que a produção familiar “se constitui nas relações entre o grupo familiar e a base material de sua existência, no geral constituída de um lote rural, o qual denomina-se *estabelecimento*, formando assim um sistema família-estabelecimento agrícola”. Segundo Ehlers (1999, p.135) no Brasil “existem hoje cerca de 6,5 milhões de estabelecimentos familiares”.

Conforme Neves (2001, p.3), a agricultura familiar é “uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais mediante engajamento político”. Sobre esta noção Navarro expõe:

a introdução da noção de agricultura familiar, indicando um conjunto social de interesses próprios, padrões de sociabilidade diferenciados e um *modus operandi* específico no mundo rural, é provavelmente a mais extraordinária mudança político-institucional nos anos recentes, pois vem abrindo novas e promissoras possibilidades de ação política e de intervenção no campo brasileiro, inclusive novos espaços de demanda social e de estruturação de inovadoras formas de organização (2002, p. 275).

Atualmente a categoria juventude está em pauta nacional, pois vem despertando o interesse de estudiosos e entidades no assunto. Nacionalmente estão sendo realizados fóruns, encontros, seminários, audiências públicas, conferências e pesquisas sobre juventude. De acordo com o Projeto Juventude (2004, p.8):

os jovens ocupam o centro de questões que comovem o país, tanto no que diz respeito aos problemas gerados pelo agravamento das desigualdades, como no que se refere à esperança de novos caminhos para nossa evolução social, com valores e padrões ético superiores aos que predominam hoje.

Conforme Silva (2002, p.98), “os estudos sobre juventude vêm se configurando numa importante preocupação entre pesquisadores e profissionais de várias áreas, uma vez que apontam para questões de âmbito sociocultural, educacional e econômico”.

Em uma pesquisa realizada pela autora, citada anteriormente, com jovens rurais do Estado de MG (na faixa etária de 15 a 25 anos), a estudiosa verificou a atribuição de sentido às vidas desses jovens mediante a intersecção do seguinte eixo: expectativas – frustrações - conflitos sociais.

Em outra pesquisa, “Pesquisa Nacional Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas¹⁶” houve o envolvimento de 8.000 jovens do Sul, Sudeste, Nordeste e Norte (informação verbal)¹⁷. Conforme Silva e Viana (2005, p. 3), essa pesquisa teve como objetivo “uma descrição abrangente sobre as formas e sentidos da participação dos jovens de 15 a 24 anos como forma de compreender e contribuir com as discussões sobre o papel desse segmento etário no processo de consolidação da democracia brasileira”.

Nos grupos de diálogo da Região Metropolitana de Belém, surgiram, na fase inicial, temas/questões em resposta a pergunta central: *o que mais te preocupa no Brasil?*. Entre os quais podem ser citados: emprego/trabalho/falta de oportunidade/desemprego; educação e, desigualdade social/exclusão. Esses temas/questões emergiram em 3º, 4º e 5º lugar, respectivamente. Já nos comentários finais dos grupos, emergiram nas falas dos jovens a busca por atenção e por investimento em educação. Portanto, a pesquisa obteve como um dos seus resultados as seguintes preocupações: lazer, emprego, trabalho, experiência e aparência.

Outras discussões e estudos sobre juventude podem ser acrescentados. Por exemplo, no ano de 2003 e 2004, ocorreram vários debates sobre um Plano Nacional e um Estatuto para a Juventude. Para a efetivação deste plano foi instalada no dia 7 de abril de 2003, em Brasília, uma Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude.

¹⁶ Pesquisa coordenada no período de 2004 e 2005 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e pelo Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Públicas Sociais (POLIS), além de uma rede de entidades parceiras.

¹⁷ Palestra proferida por SILVA, Lúcia Izabel. **Juventude e democracia**: participação, esferas e políticas públicas. Belém, 29 nov. 2005.

Essa Comissão realizou várias atividades, entre as quais: a criação de seis grupos de trabalho¹⁸; a realização da Semana Nacional do Jovem (23 a 26 de setembro); viagens de estudo para Espanha, Portugal e França; encontros estaduais¹⁹ e, uma Conferência Nacional de Juventude (BRASIL, 2004).

Dada a importância que a juventude vem despertando nacionalmente, a discussão sobre esta temática também está em pauta no Município de São Francisco do Pará onde este estudo foi realizado. O STR deste município promoveu, nos dias 23 e 24 de abril de 2005, o seu 5º Congresso. Entre outras temáticas foi discutido o tema juventude rural. Vale lembrar que o STR de São Francisco do Pará passou a denominar-se Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR).

Atualmente o STTR conta em sua estrutura organizacional com uma secretaria para tratar de assuntos relativos aos jovens rurais – a Secretaria de Administração e Jovens – bem como com as seguintes secretarias: Secretaria Geral; Secretaria de Finanças e Assalariado; Secretaria Agrícola e Agrária e Secretaria de Assistência Social e da Mulher.

Quanto às expectativas do segmento juvenil, estas se produzem num contexto de condição juvenil. Conforme o Projeto Juventude (2004, p.10), “a condição juvenil é dada pelo fato de os indivíduos estarem vivendo um período específico do ciclo de vida, num determinado momento histórico e cenário cultural”. Desta forma, as expectativas geradas são influenciadas por processos pelo qual o jovem passou em sua história de vida (processos culturais, sociais, etc).

A pesquisadora Abramo (2005, p. 45) acena para os aspectos inerentes a condição juvenil, tais como a “relação de dependência/independência da família de origem, situação matrimonial, condição de maternidade/paternidade, atividades nas quais suas vidas estão centradas (escola, trabalho, lazer)”.

¹⁸ Os grupos de trabalho foram: o jovem, o desporto e o lazer; o jovem e o trabalho; o jovem, a educação e a cultura; o jovem: saúde, sexualidade e dependência química; o jovem: família, cidadania, consciência religiosa, exclusão social e violência e, o jovem como minoria: deficiente, afro-descendente, mulher, índio, homossexual, jovem do semi-árido e jovem rural.

¹⁹ Nos encontros, os grupos temáticos foram: desporto e lazer; trabalho, educação e cultura; saúde e sexualidade; cidadania e segmentos jovens específicos como afrodescendente, portador de deficiências, rural e homossexuais.

Na pesquisa intitulada “As Representações Sociais do Projeto de Vida dos Adolescentes” no campo psicossocial das adolescências²⁰, Nascimento (2002) verificou que a tríade Educação/Família/Trabalho fez parte de projetos de vida de jovens do gênero masculino e feminino. Os jovens dessa pesquisa estavam na faixa etária entre 15 e 24 anos e estudavam numa escola pública localizada no centro de São Paulo.

Em outra pesquisa, realizada por Zagury (2004) com jovens urbanos e rurais entre 14 e 18 anos²¹, os resultados obtidos com relação à temática da família apontaram que o casamento ainda continua sendo desejado e incluído nos planos de vida dos jovens. Em alguns casos, o casamento está na centralidade do projeto de vida das jovens, por falta de outra oportunidade (RUA; ABRAMOVAY, 2000). A reflexão proposta por Zagury (2004) corrobora a posição sobre casamento expressa por Rua e Abramovay (2000).

Em resultados de estudos com jovens rurais do Rio Grande do Sul, Carneiro (apud SILVA, 2002) acena que é forte o compromisso moral dos jovens investigados para com as suas famílias, por existir um reconhecimento que varia em função da ajuda familiar.

Em um trabalho realizado por Sperry (1997), com agricultores e filhos de agricultores entre 11 e 20 anos de idade que residiam no Município de Silvânia (GO), os jovens destacaram o desejo e a esperança de se estabelecerem como agricultores ou de estarem integrados a atividade agrícola.

As aspirações da juventude rural também podem ser observadas em trabalhos como de Silvestro e Cortina (1998) no sul do Brasil. No que se refere ao aspecto do trabalho, esses estudiosos identificaram que os destinos desejáveis da juventude diferenciam-se, ou seja, os jovens do gênero masculino e feminino possuem, respectivamente, o desejo de desenvolver atividade agrícola e distinta da mesma.

As pesquisas, mencionadas anteriormente, são exemplos de que o trabalho, a educação e a família estão presentes e entrelaçados na vida da juventude. Neste sentido, considerando a temática família, os pais nutrem esperanças de que os filhos possam ficar próximos.

²⁰ O campo psicossocial comporta as dimensões: histórico-social, sócio-cognitiva e sócio-afetiva. Tendo como base o referencial de Nascimento (Op. cit.), a dimensão sócio-histórica caracteriza-se por um período (dos anos cinquenta aos dias atuais) que, por exemplo, marcou a história da sociedade brasileira através de relações e acontecimentos sociais; a dimensão sócio-cognitiva caracteriza-se pela delimitação de um campo: o representacional (pensamentos, reflexões, discussões e concepções) e, a dimensão sócio-afetiva caracteriza-se pelas relações dos adolescentes com o mundo social em função de seus desejos e ações, assim como do contrário, ou seja, do mundo social para com os adolescentes, considerando seus desejos e perspectivas.

²¹ Esta pesquisa foi realizada em sete capitais (Belém, Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte, Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo) e nove cidades do interior (Cariús, Jucás, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Divinópolis, Juiz de Fora, Viçosa, Santa Cruz do Sul e Itu).

Em um trabalho realizado por Arnauld de Sartre (2002) em frente pioneira amazônica, o autor chegou a evidências de que o desejo dos pais em relação aos filhos casados, por exemplo, é de que seus filhos pudessem ter o próprio lote, que continuassem a ajudá-los na roça, que ficassem perto geograficamente e, que mesmo morando na cidade, deveriam ter o próprio lote ou mesmo serem os proprietários dos meios de produção para que não dependessem de patrão. O autor citado acrescenta que os jovens são fontes de esperança pelos motivos de virem a reproduzir a família e conseqüentemente, de maneira geral, os valores da agricultura familiar.

A lógica da família vai estar exercendo influência sobre os filhos, ou seja, os agricultores possuem o hábito de influenciar os jovens a permanecer com a família, tendo em vista que sua ausência acarretará transformações na propriedade, tendendo ao desaparecimento pela morte dos progenitores (MENDRAS apud SPERRY, 1997). Reiteram Rua e Abramovay (2000, p.211):

ao lado da preocupação com as oportunidades de emprego para os filhos, destaca-se o fato de que os adultos sonham com a permanência dos jovens nos assentamentos, com a superação das forças que os obrigam a migrar. Acreditam que, no campo, os jovens têm todas as condições de trabalho e possuem tudo de que necessitam além de poder contribuir para o 'crescimento' da comunidade.

Por assentamento rural, mencionado na explanação anterior, Bittencour et al. (apud RUA; ABRAMOVAY, 2000, p.50), expõe:

variam quanto aos processos históricos pelos quais foram constituídos: por ocupação e desapropriação de terras privadas, por ocupação de terras públicas, por transferência e reassentamento de populações afetadas por projetos governamentais etc. Variam ainda, quanto ao tempo de existência, composição das parcelas e características dos solos e do clima, atributos da população assentada, proximidade de núcleos urbanos, acesso ao mercado etc.

As autoras Rua e Abramovay (2000, p.188 e 189) acrescentam que os assentamentos se diferenciarem enquanto:

um novo padrão de comunidade rural. Entre suas características mais significativas destaca-se a permanência, uma condição estratégica em termos de políticas públicas. Entretanto, a própria permanência dos assentamentos só se sustentará com políticas que superem a forte tensão entre os incentivos a ficar - que afetam especialmente os adultos - e os estímulos a sair, que atingem particularmente os jovens, com destaque para as moças.

Em outro estudo, Sperry (1997, p.7) constatou que:

apesar de quererem que os filhos continuem no campo, os agricultores preferem que esta decisão seja assumida por eles, e esteja vinculada a possibilidades de um trabalho rentável. Estão conscientes da falta de atrativos para lazer e recreação nas comunidades, e preocupa-se que esse possa ser um motivo para afastá-los.

Então, questiona-se quais as expectativas da juventude que vive em assentamento rural? Neste sentido, para uma análise mais aprofundada sobre este assunto, tomou-se por base, em específico, a juventude do Projeto de Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, antes, porém é necessário contextualizar, de forma geral, aspectos sócio-culturais e econômicos da população que vive nessas áreas, o que pode ser observado na próxima seção.

1.2 JUVENTUDE NO CONTEXTO DE ASSENTAMENTO RURAL E A TRÍADE TRABALHO-EDUCAÇÃO-FAMÍLIA

“Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta [...] e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação”.

(A águia e a galinha, Leonardo Boff)

1.2.1 Caracterização sócio-cultural e econômica de famílias que vivem em áreas de assentamentos rurais

Em 5.595 assentamentos instalados pelo INCRA desde 1985 há 2.549.605 pessoas vivendo nesses espaços; os jovens com menos de 18 anos de idade atingem 1,1 milhão. Do total de pessoas, na Região Norte, estão assentadas 41,85%; no Nordeste, 33,06%; no Centro-

Oeste, 14,22%; no Sudeste, 5,54% e no Sul, 5,33%. Especificadamente na Região Norte, existem 1.082 assentamentos e 167.932 famílias, totalizando uma população de 842.303 pessoas assentadas (MEC/INEP; INCRA, 2006).

As características quanto às famílias assentadas, à disponibilidade de água/energia elétrica, à distribuição de créditos, à produção agropecuária e aos serviços de saúde foram mencionadas tendo por referência informações obtidas em Leite et al. (2004) enquanto que os serviços educacionais foram destacados a partir de dados do MEC/INEP e INCRA (2006).

Famílias assentadas

Quanto às formas de organização, as famílias assentadas se inserem em diferentes organizações sociais, tais como grupos de igreja, associação, associação esportiva e cooperativa. Anterior ao período de moradia no assentamento, as famílias ocupavam-se com o trabalho agrícola na zona rural da própria região de localização do assentamento em que moram; na relação trabalho/produção, as categorias que se destacaram, dentre outras, foram: o posseiro, o arrendatário e o assalariado.

Considerando a noção de Varella (s.d) sobre posseiro e arrendatário, o primeiro possui imóvel tornando-o produtivo, mas não é proprietário do mesmo, é um trabalhador rural sem vinculação empregatícia e, o segundo é trabalhador rural que tem consciência de que a terra não lhe pertence, tendo posse sobre a mesma por meio de um acordo bilateral de vontades entre a figura que tem o direito de usar a terra e o arrendatário. Com relação ao assalariado, de acordo com Schmidt, Marinho e Rosa (1998) é um trabalhador rural, uma pessoa que trabalha na agricultura e recebe salário.

Água e energia elétrica

A fonte fornecedora de água, predominantemente, foi o poço, a nascente, o rio e o açude. Quanto à disponibilidade de energia elétrica, esta infra-estrutura não atingiu a maioria dos lotes nos assentamentos.

Distribuição de créditos

Os créditos de instalação ou implantação que se destacaram foram: fomento agrícola, habitação e alimentação.

Produção agropecuária

Em termos nacionais destacaram-se o milho, a mandioca, o feijão, o arroz, o algodão e a banana²². A criação de animais centrou-se nas aves e no gado bovino.

Serviços de saúde

Os serviços de saúde mais evidentes foram na sede do próprio município, em municípios vizinhos ou em cidades que são pólos regionais, o que revela fragilidade quanto a este serviço nos projetos de assentamento.

Serviços de educação escolar

Quanto à educação escolar há 32,1% de assentados de reforma agrária analfabetos; 5,8% da população juvenil entre 7 e 14 anos de idade estão fora da escola, subindo para 23,4% dos jovens entre 15 e 17 anos de idade; 26,9% das escolas oferecem somente o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Séries e 5,8% ofertam o Programa Educação para Jovens e Adultos (MEC/INEP; INCRA, 2006).

Quanto às aspirações da juventude rural, em resultados de pesquisa de Rua e Abramovay (2000), essas autoras, após terem entrevistado jovens de assentamentos localizados na Bahia, Ceará, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo apontam que o trabalho, a educação e a saúde fazem parte dos sonhos para o futuro de homens e mulheres. Explanam ainda que:

os jovens mencionam sonhos de natureza mais pessoal, frequentemente relacionados com o estudo e a vida profissional: querem estudar agronomia, ser médicos, veterinários, estudar administração, ser secretários, sargentos, entender de computação; algumas jovens desejam tornar-se professoras, estudar direito ou análise de sistemas. Muitos dos jovens afirmam que seu sonho é permanecer no assentamento, porém exercendo uma profissão valorizada, como engenheiro ou advogado (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 213).

De acordo com o IBGE (apud RIZZINI; RIZZINI; HOLANDA, 1996, p.205), o trabalho é definido como sendo:

²² Os nomes científicos das referidas culturas podem ser identificados no **Quadro 8**, p. 68.

um exercício de ocupação econômica remunerada em dinheiro, mercadorias, produtos ou somente em benefícios; sem remuneração, exercida normalmente durante pelo menos 15 horas por semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que tenha uma atividade econômica ou a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou sem remuneração, exercida normalmente durante pelo menos 15 horas por semana, como aprendiz, estagiário, etc.

No que se refere à educação, conforme Brandão (1995, p.10), “é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade”. Desta forma, a educação está presente na vida de cada um, desde o nascimento, no aprender e no ensinar; ela não ocorre exclusivamente na escola. Em outras palavras, “da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender” (BRANDÃO, 1995, p.10).

No artigo 1º da Lei Nº 9.394/96, a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais²³ e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (CURY, 2002, p.85).

Nos projetos de vida dos jovens que vivem em assentamentos rurais, destaca-se também a família. A família é “o lócus da estruturação psíquica dos indivíduos, é um espaço social onde as gerações se defrontam de forma direta [...]” (ABRAMOVAY et al., 2002, p.74).

A partir desta caracterização geral, enfoca-se, a seguir, o contexto de produção da juventude do assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

²³ Para esta noção cf. DOIMO, Ana Maria. Movimento social: a crise de um conceito. In: _____. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará: ANPOCS, 1995. cap.1, p.37-50.

1.2.2 Assentamento Luiz Lopes Sobrinho: memória do passado, revelação do presente e construção do futuro

A história de ocupação da área do Projeto de Assentamento Luiz Lopes Sobrinho teve início por volta de 1935. Na época, existia no local um plantio de cana-de-açúcar (*Saccharum* spp.) e um engenho denominado “Granja Eremita”. Nesse engenho trabalhavam moradores de vilas próximas, bem como migrantes de origem nordestina.

Em 1955, a área onde ficava o engenho foi comprada pela Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Vegetal LTDA. Vale destacar que a Goodyear permaneceu com essa denominação até o ano de 1975, ano em que mudou de razão social para Paracrevea Borracha Vegetal S. A. (SOUSA, 2002).

O autor citado explana que ao término dos incentivos fiscais por parte do Governo Federal, a Paracrevea Borracha Vegetal S.A. buscou financiamento para um projeto de ampliação do seringal²⁴ na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). No entanto, mesmo com o financiamento liberado pela SUDAM, a Paracrevea entrou em crise em dois períodos, a saber: em 1989, com a queda do preço da borracha no mercado interno e, posteriormente, em 1993, com a queda de produtividade dos seringais. Após essas crises, a Paracrevea entregou a propriedade ao Banco de Crédito Nacional (BCN) para quitação de dívidas.

Com esses acontecimentos, a empresa passou a demitir funcionários em grande escala, deixando de pagar inclusive os direitos trabalhistas. A partir desse momento, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São Francisco do Pará assumiu um relevante papel como mediador na luta pela conquista da área.

Em 1995, o patrimônio da empresa foi vendido para Odilon Claro de Oliveira Júnior que, na época, residia em São Paulo. O proprietário tinha um projeto para a área, qual seja: a implantação da bovinocultura (criação de bovinos).

Em 1996, o STR de São Francisco do Pará e a COOLIVRE realizaram uma greve de ocupação da área²⁵. Nesse processo de ocupação, ajudaram cerca de trezentas famílias, entre trabalhadores e demitidos da empresa, além de famílias dos arredores; o envolvimento dessas pessoas é justificado por suas histórias de ligação com a terra.

²⁴ Área de coleta de látex da seringueira (*Hevea brasiliensis* (Willd. Ex Akr. Juss.) Muell. & Agr.).

²⁵ Nessa época já existiam instalações físicas na referida área, a exemplo de casas e escolas.

Posteriormente a esse processo, o Projeto de Assentamento Luiz Lopes Sobrinho foi criado por meio da Portaria do INCRA/SR 01 N° 82, de 6 de agosto de 1998. O referido assentamento possui uma área geográfica de quatro mil e quatrocentos e sessenta e três hectares e setenta e oito ares (4.463, 78 ha). As famílias assentadas pelo INCRA estão distribuídas em dois núcleos habitacionais, quais sejam: Vila Granja Marathon e Vila Modelo, constituindo-se em uma comunidade, cujo sentido que melhor se aplica, considerando seu processo histórico, é a que a define enquanto:

conjunto de grupos e subgrupos de uma mesma classe social, que têm interesses e preocupações comuns sobre condições de vivência no espaço de moradia e que, dadas as suas condições fundamentais de existência, tendem a ampliar continuamente o âmbito de repercussão dos seus interesses, preocupações e enfrentamentos comuns (SOUZA, 1993, p.68).

No assentamento existem recursos naturais (600 ha de resquício de vegetação primária (mata), vegetação secundária (capoeiras), igarapés, açudes e córregos); estradas; casas, em sua maioria, de alvenaria (ver **Figura 3**); sistema de abastecimento de água encanada e energia elétrica.



Figura 3- Casas construídas pela Empresa Paracrevea e Reformadas com o recurso do Crédito Habitação (Oliveira, 2006)

No ano de 2005, os agricultores em reunião com o INCRA decidiram dividir a área considerada de exploração agropecuária em 15 ha por família, mas até o momento de finalização deste estudo ainda não foi dividida. Essa decisão foi apontada como um problema por um dos jovens da amostra. Neste caso, em virtude da perda de garantia do trabalho na terra, em um futuro próximo, esse jovem deverá procurar um outro meio de vida, pois o

mesmo já possui família e não é cadastrado. Gasques e Conceição (apud RUA; ABRAMOVAY, 2000, p.40) afirmam: “hoje se estima que mais de quatro milhões de famílias formam a demanda potencial de terras para a Reforma Agrária”.

Segundo Abramovay et al. (1998, p.19), os conflitos geracionais na agricultura familiar “vão aparecer na relação direta de uma geração para outra”. No sentido demográfico, a geração designa um conjunto de pessoas com um fato em comum: terem nascido num mesmo período de tempo (DIAS, 2006).

Outros problemas também foram levantados pelos jovens, quais sejam: a falta de liberdade, de dinheiro, de casa própria, de oportunidade de emprego fixo e de saúde; a pressão em ter que tomar decisão e a influência de drogas. Uma das jovens questionou o fato de se dar oportunidade de emprego à juventude, mas ao mesmo tempo há a exigência de experiência. A seguir, apontam-se aspectos das condições de vida no assentamento, assim como, os serviços disponibilizados às famílias assentadas.

Educação

No assentamento existem crianças e jovens que estudam nas seguintes escolas: Escola Municipal de Ensino Fundamental Provisória Vila Modelo, Escola Municipal de Ensino Fundamental José Malcher e Escola Municipal de Ensino Fundamental Valter Bangham. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Provisória Vila Modelo, conforme pode ser visualizada na **Figura 4**, localiza-se no assentamento. Essa escola ainda não tem um nome definido, por isso, recebeu essa denominação.



Figura 4- Escola Municipal de Ensino Fundamental Provisória Vila Modelo (Oliveira, 2006)

A referida escola funcionou de 1998 até 2005 de 1ª a 4ª Séries, em regime multisseriado. O regime multisseriado funciona quando o número total de estudante não consegue formar uma turma, então em uma única sala são ministradas duas séries. No ano de 2006, cada série passou a funcionar em sala separada, melhor dizendo, funcionam atualmente no horário da manhã a 1ª e 3ª Séries enquanto que a 2ª e a 4ª Séries funcionam no horário da tarde.

Quanto ao conteúdo curricular, esse abrange as disciplinas de matemática, português, ciências, história, geografia e educação artística. Além dessas séries, existem ainda duas turmas de alfabetização²⁶ e, duas turmas de supletivo, 1ª e 2ª Etapas²⁷, apoiadas pelo Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Valter Bangham²⁸, localizada no assentamento, funcionam as seguintes séries pela manhã: a Educação Infantil para crianças de 4 a 6 anos e o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Séries, bem como, é ministrada, no período da noite, a 1ª e 2ª Etapas do EJA e a alfabetização de adultos. Em regime regular funcionam a 1ª e 2ª Séries, ou seja, em salas separadas e a 3ª e 4ª Séries em regime multisseriado.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Malcher, localizada próximo ao assentamento, funciona o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Séries em regime multisseriado, ou melhor, a 2ª e a 3ª Séries são ministradas em uma mesma sala de aula pelo horário da manhã e a 1ª e 4ª Séries funcionam também em uma única sala pela parte da tarde. A referida escola pode ser visualizada na **Figura 5** a seguir.

²⁶ A turma de alfabetização funciona por um período de seis meses e é promovida por um projeto do Banco do Brasil de São Francisco do Pará.

²⁷ A 1ª Etapa compreende a 1ª e 2ª Séries do Ensino Fundamental e, a 2ª Etapa, a 3ª e 4ª Séries do Ensino Fundamental.

²⁸ Essa escola funciona a mais de 45 anos.



Figura 5- Escola Municipal de Ensino Fundamental José Malcher (Oliveira, 2006)

Em geral, essas escolas possuem a seguinte estrutura física: sala de aula, banheiro, espaços de recreação e de alimentação, além de uma secretaria. Quanto à merenda escolar, a alimentação é distribuída regularmente pela Prefeitura de São Francisco do Pará em períodos de 15 ou 20 dias.

As atividades que os alunos desenvolvem junto aos pais concentram-se nas datas comemorativas, tais como: dia das mães, dia da bandeira, dia sete de setembro, dia das crianças e encerramento das aulas. Na maioria das atividades, quem quase sempre comparece é a mãe.

Quando a juventude do assentamento quer dar continuidade aos estudos, os jovens têm que se deslocar para a sede do Município de São Francisco do Pará contando com um ônibus cedido pela Prefeitura desse município.

Serviços médicos e de assistência técnica

As famílias que vivem no assentamento contam com uma equipe de quatro agentes de saúde, uma enfermeira e um médico. O médico e a enfermeira atendem em períodos determinados. Atualmente existe a estrutura de um posto de saúde que está por ser concluído, conforme pode ser observado na **Figura 6** a seguir. As famílias contam ainda com o serviço de Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) do INCRA para a orientação da produção agropecuária.



Figura 6- Prédio onde funcionará o Posto de Saúde (Oliveira, 2006)

Nesse espaço de moradia, de convivência e de trabalho, constatou-se que setenta e um jovens (32 mulheres e 39 homens), ver **Figura 7**, saíram para outras localidades, na maioria, próximas, tais como: Igarapé-Açu, Jambu-Açu, Agrocasa²⁹, Km 98, sede de São Francisco do Pará, Castanhal, Marapanim, Santa Izabel, Santa Maria do Pará, Aurora do Pará, Tailândia, Moju e Belém.

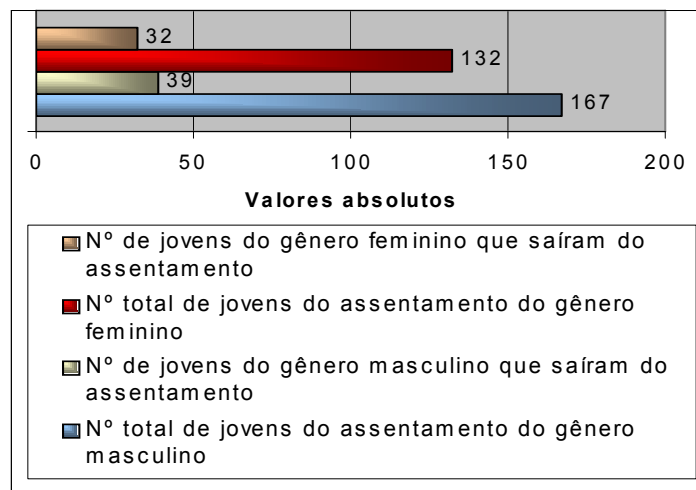


Figura 7- Número de jovens de ambos os gêneros que saíram do assentamento em relação ao total de jovens que moravam no assentamento

²⁹ Área localizada próxima ao assentamento onde cinquenta e uma famílias estão acampadas esperando a desapropriação da terra pelo INCRA.

De acordo com informações dos agentes de saúde, as razões de saída de jovens do assentamento foram, na maioria, semelhantes entre mulheres e homens. Os seguintes motivos foram identificados: afetivo, habitacional, de trabalho e profissional. No que se refere ao trabalho e profissão, as jovens saem para desempenhar o serviço doméstico e atividades ligadas ao setor comercial, bem como fazer cursos na área desejada. Com relação aos jovens do gênero masculino, esses foram trabalhar na atividade agrícola, na agroindústria e no comércio.

Os pesquisadores Camarano e Abramovay (2004) destacam a determinação de um índice denominado “grau de masculinização”, obtido pela razão de sexo, isto é, pela relação entre o número de homens pelo número de mulheres. Considerando esse índice, no assentamento, ao final da pesquisa, a razão entre o número de homens e o número de mulheres, na faixa etária de 15 a 24 anos, atingiu 1, 28, ou seja, há 1, 28 homens para cada mulher. Em termos percentuais existem 12% a mais de homens em relação ao total de mulheres. Esses valores refletem parte de um processo maior, qual seja: a masculinização do meio rural.

No meio rural europeu, por exemplo, a masculinização provoca o ‘célibat paysan’ que motiva o aparecimento de agências matrimoniais a procurarem esposas para jovens agricultores que não conseguem formar núcleo familiar em seu meio (BOURDIEU apud ABRAMOVAY et al., 1998). Segundo Abramovay et al. (Op.cit., p.73), o “processo de masculinização do meio rural pode, evidentemente, comprometer a reprodução da agricultura familiar e acelerar ainda mais o êxodo juvenil”.

Outra consequência da saída de jovens do meio rural é o processo de envelhecimento tal como observou Guigou (1968, p.83) por meio de estudos realizados na Europa. Eis o que o autor citado verificou:

dois dados aparecem com intensidade nos campos europeus e influenciam profundamente as relações entre gerações, no seio da família rural. No espaço de menos de dez anos, o número de jovens, de 16 a 24 anos, trabalhando no setor agrícola, diminuiu cerca de 25%. Além disso, e sempre ao mesmo tempo, acentuava-se o fenômeno latente, em todo o mundo rural, do ‘envelhecimento’ dos chefes da exploração agrícola.

O estudioso reporta-se à escolha de um outro modo de vida por parte de jovens que habitam no espaço rural e ao processo de envelhecimento da gestora ou gestor do estabelecimento familiar. Quanto aos jovens deste estudo, a seguir, podem ser observadas suas principais características.

Família

Os jovens de ambos os gêneros possuem um espaço histórico-cultural comum a de seus pais. Por exemplo, quanto ao local de origem, todos nasceram no Estado do Pará (34% em Castanhal, 31% em São Francisco do Pará, 13% em Igarapé-Açu, 7% em Capanema, 3% em Curuçá, 3% em Tomé-Açu, 3% em Terra Alta, 3% em Belém e 3% em São Domingos do Capim), conforme pode ser examinado na **Figura 8**. Ou seja, são originados da Mesorregião do Nordeste Paraense.

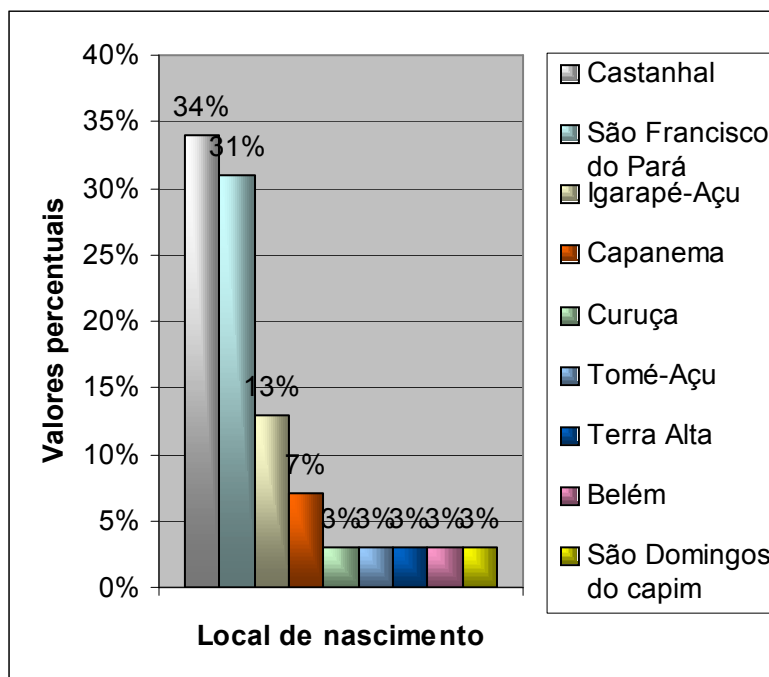


Figura 8- Local de nascimento dos sujeitos da amostra

Dos municípios mencionados pelos jovens, a maior parte é também o local de nascimento de seus pais, ou melhor, seus genitores nasceram nos Estados do Ceará, Maranhão e, principalmente, no Estado do Pará (mais especificadamente em Tomé-Açu, São Francisco do Pará, Igarapé-Açu, Terra Alta, Curuçá, Castanhal, Belém, Peixe-Boi, Timboteua, Santa Maria do Pará, Primavera, Marapanim e Maracanã).

O agricultor que vive no assentamento “caracteriza-se por uma história de luta coletiva, buscando seu reconhecimento social. Relaciona-se com o mercado, mas tem como prioridade a produção para o seu sustento e de sua família” (SOUSA, 2002, p.20). A família no entendimento desse autor é “fonte básica de força de trabalho, havendo contratação de mão-de-obra esporádica (Op.cit, p.20)”.

O saber prático dos pais foi apreendido pelos jovens por meio de suas vivências e experiências em comum, pois passaram a fazer parte de sua cultura pelo processo de socialização. A socialização desses jovens iniciou na família de origem e, posteriormente, por meio da participação em grupos, tais como o escolar, o religioso e o de amigos. A seguir, podem ser observadas as imagens da igreja evangélica (ver **Figura 9**) e da igreja católica (ver **Figuras 10 e 11**) que jovens de ambos os gêneros têm o hábito de frequentar.



Figura 9 - Casa de Oração Deus é amor, localizada dentro do assentamento (Oliveira, 2006)



Figura 10- Igreja Católica Santíssima Trindade, localizada dentro do assentamento (Oliveira, 2006)



Figura 11 - Igreja Católica Menino Jesus, localizada próximo ao assentamento (Oliveira, 2006)

Além de atividades religiosas, os jovens costumam também freqüentar festas que acontecem tanto dentro do assentamento quanto em seus arredores, conforme datas festivas identificadas no **Quadro 5**.

Festa/Festividade	Mês	Local
Festa da Borracha	Janeiro	Sede de São Francisco do Pará
Festival do Cupuaçu	Fevereiro	Castanhal
Festa dos Trabalhadores	Maio	Assentamento Luiz Lopes Sobrinho (São Francisco do Pará)
Festa das Flores	Maio	Jambu-Açu (São Francisco do Pará)
Festa da Tia Tereza e Festa dos Coroas	Junho	Igarapé-Açu
Festival do Mingau	Julho	Timboteua
O povo vai à praça	Julho	Sede de São Francisco do Pará
Festa da Vaquejada	Setembro	Igarapé-Açu
Festa do Tetéia	Setembro	Assentamento Luiz Lopes Sobrinho (São Francisco do Pará)
Festa da Cerveja, Festival do Maracujá e Festa do Beiju	Outubro	Igarapé-Açu
Festa de Final de ano	Dezembro	Assentamento Luiz Lopes Sobrinho (São Francisco do Pará)

Quadro 5- Festas/festividades que jovens do assentamento costumam freqüentar.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Deste modo, há uma rede de relações sociais estabelecida com jovens de outras localidades, principalmente, por meio das festas e de campeonatos de futebol que costumam participar. Em outras palavras, os jovens do assentamento sofrem tanto influência cultural da própria localidade (Município de São Francisco do Pará) quanto de localidades próximas (Município de Igarapé-Açu, localizado a 14 Km do assentamento e Município de Castanhal, distante 30 Km do assentamento).

Acrescenta-se ainda a influência exercida pelos meios de comunicação de massa (rádio e televisão). A influência desses meios de comunicação ocorre freqüentemente, uma vez que gostam de escutar música e dançar, bem como ver televisão. O estudioso Jerzild (1967, p.519), expõe:

na sua luta pela autocoerência, os indivíduos percebem e interpretam os acontecimentos que observam à luz das suas concepções [...]. As coisas que escolhem para ouvir e para ver – e para não ouvir e não ver – serão influenciadas pelo seu desejo de manter crenças e atitudes que formaram anteriormente.

Quanto ao estabelecimento de compromisso conjugal, a maior parte dos entrevistados (19 jovens ou 63% da amostra) não possui compromisso; os mesmos ainda estão convivendo com a família de origem. Os outros 11 jovens ou 37% já possuem compromissos, assim como filhos, constituindo, dessa forma, uma família de reprodução (ver **Figura 12**). É importante salientar que 4 jovens ou 13% da amostra, que já constituíram família de reprodução, ainda moram na casa de seus pais.

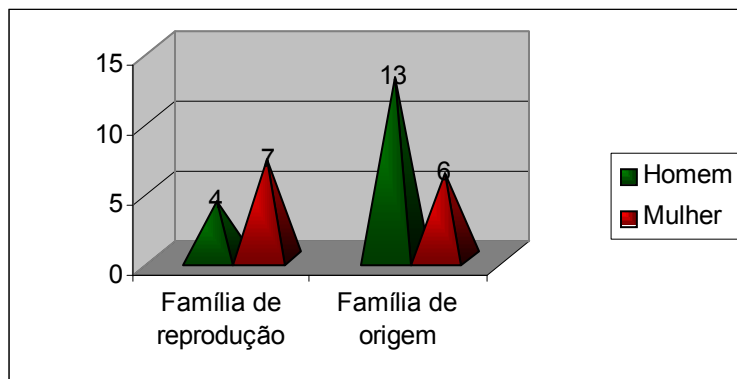


Figura 12- Número de família por tipo de acordo com gênero

Contrariamente à “passagem da condição de dependência para a de autonomia em relação à família de origem” (PROJETO JUVENTUDE, 2004, p. 10), os jovens que vivem no assentamento, na maioria, dependem da família de origem para prover seu sustento, uma vez que 23 jovens ou 77% ainda moram com seus pais. Assim, a juventude do assentamento tal como afirma Abramo (2005, p. 67), que se baseou nos resultados da Pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, é “vívica centralmente no seio da família de origem, contando com sua estrutura material e afetiva”.

Os jovens do assentamento, geralmente, estão na companhia de suas famílias através dos passeios, dos encontros religiosos, do trabalho, do descanso, das refeições, das distrações (brincadeiras, conversas, leituras, festas e jogos de bola) e reuniões. Em outras palavras, estão inseridos numa “rede de relacionamentos familiares”.

O gênero masculino predomina na família de dezoito jovens da amostra, o feminino na família de seis jovens e não há predominância na família de outros seis jovens, ou seja, variou da ausência de predominância a predominância do gênero masculino ou feminino, conforme pode ser visualizado na **Figura 13** a seguir.

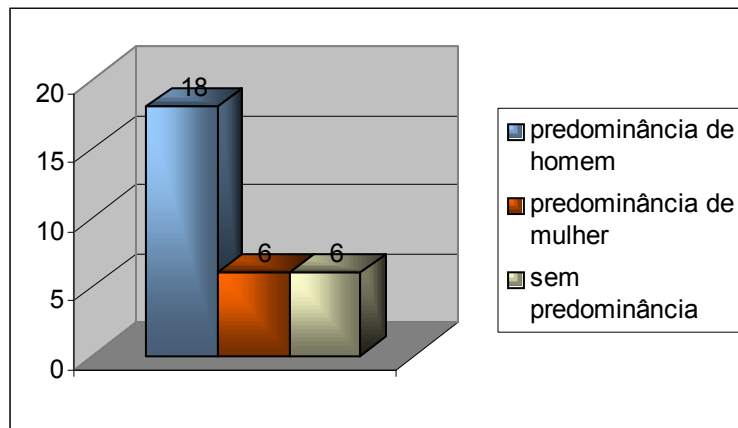


Figura 13- Predominância do gênero nas famílias dos jovens

No que se refere à predominância do gênero na família, os dados obtidos foram semelhantes aos resultados de pesquisa de Rua e Abramovay (2000) ao estudarem assentamentos rurais nos Estados do Rio Grande do Sul e Ceará, ou seja, o gênero masculino predominou nas famílias.

Nível educacional escolar

Quanto ao ensino escolar, 40% ou 12 jovens da amostra possuem o ensino fundamental e 60% ou 18 jovens têm o ensino médio, ou seja, o nível educacional escolar variou do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, o que pode ser observado na **Figura 14**. Dos entrevistados, apenas três jovens citaram ter frequentado cursos de formação, quais sejam: computação, administração e reflorestamento.

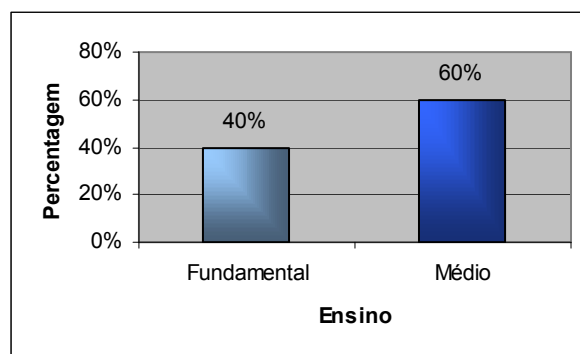


Figura 14- Grau de escolaridade dos sujeitos da amostra

Atualmente, 50% ou 15 jovens da amostra analisada estão estudando, 13% ou 4 jovens estão estudando no Ensino Fundamental e 37% ou 11 jovens no Ensino Médio, conforme pode ser visualizado na **Figura 15** a seguir. Quando esses jovens foram indagados a respeito do motivo de estudar, responderam diversas causas, dentre elas, por considerar o estudo importante, com o estudo é possível obter responsabilidade, por ter vontade de aprender e por querer ter diversos desejos alcançados, tais como: se formar, ter um emprego fixo fora da agricultura, ter dinheiro, melhorar de vida e ter os sonhos realizados. Portanto, de modo geral, querem possibilitar um futuro melhor para si.

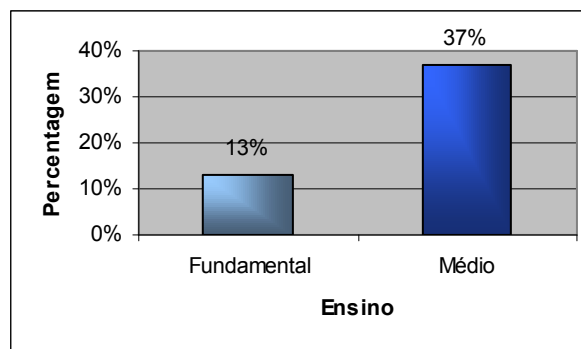


Figura 15– Grau de escolaridade dos jovens da amostra que estudam

Os outros 50% ou 15 jovens deixaram de estudar (27% ou 8 jovens pararam de estudar no Ensino Fundamental e 23% ou 7 jovens no Ensino Médio), conforme **Figura 16** a seguir. Os motivos de terem parado de estudar foram os seguintes: por não ter vontade de aprender, não ter paciência de estudar, não ter condições financeiras para continuar os estudos, falta de interesse pelos estudos, não conseguir conciliar os estudos com o trabalho devido trabalhar durante o dia todo, ter que cuidar dos filhos pequenos e por já ter concluído o Ensino Médio.

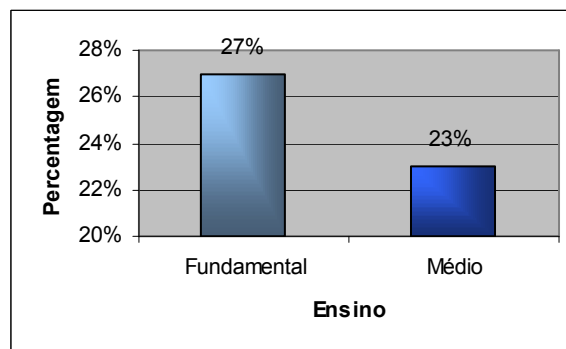


Figura 16- Grau de escolaridade dos jovens da amostra que deixaram de estudar

As respostas dadas pelos jovens canalizam para motivos de ordem socioeconômica, tais como a situação financeira. Esses motivos levam ao adiamento de seus projetos de vida para um futuro distante. Uma solução seria a existência de uma creche, o que poderia amenizar, por exemplo, a situação de quem quer estudar e não tem onde deixar o filho para ser cuidado.

De modo geral, a escolaridade dos jovens em função do gênero atingiu os seguintes números: três mulheres estudam no Ensino Fundamental e quatro no Ensino Médio; três mulheres pararam de estudar no Ensino Fundamental e três no Ensino Médio. Em relação aos jovens do gênero masculino, um estuda no Ensino Fundamental e sete no Ensino Médio; cinco pararam de estudar no Ensino Fundamental e quatro no Ensino Médio, conforme pode ser observado no **Quadro 6**.

Gênero	Número de jovens que estudam		Número de jovens que pararam de estudar	
	Ensino Fundamental	Ensino médio	Ensino Fundamental	Ensino médio
Feminino	3	4	3	3
Masculino	1	7	5	4
Total	4	11	8	7

Quadro 6- Escolaridade dos sujeitos da amostra em função do gênero.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Trabalho e renda familiar

Quanto à atividade econômica, a maioria dos sujeitos da amostra (19 jovens ou 63%) tem uma ocupação a partir do que consideram trabalho³⁰; os outros 11 jovens ou 37% avaliaram que não trabalham. Isto se deve ao fato desses jovens não receber recurso financeiro ao final de um determinado período de tempo; exceção de uma jovem que mencionou o serviço doméstico enquanto trabalho mesmo não recebendo para praticar tal atividade.

Das atividades mencionadas, emergiram as seguintes: cultivo; cultivo e extração de látex; extração de látex; cultivo, criação e extração de látex; serviço doméstico e ajudante de pedreiro, conforme pode ser visualizado no **Quadro 7** a seguir. Outras atividades ou serviços também foram identificados como, por exemplo, cortar cabelo e ensinar, além da venda da força de trabalho para terceiros dentro ou fora do assentamento.

³⁰ Este assunto será retomado no capítulo 2.

Atividade ou Serviço	Frequência de resposta		Total
	Feminino	Masculino	
Cultivo	3	6	9
Cultivo e extração de látex	-	4	4
Extração de látex	-	3	3
Cultivo, extração de látex e criação	-	1	1
Serviço doméstico	1	-	1
Ajudante de pedreiro	-	1	1
Total	4	15	19

Quadro 7- Atividade exercida de acordo com o gênero.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Convenção: - (não existe)

Os jovens trabalham no assentamento em seus afazeres diários³¹, gostando ou não do que fazem. Parte do que consomem com alimentos, produzem através do trabalho na atividade agrícola; a outra parte vem da compra de mercadorias de estabelecimentos comerciais existentes dentro ou fora do assentamento, bem como da ajuda fornecida por parentes ou algum conhecido para o provimento da alimentação (há doação ou mesmo troca de produtos alimentícios).

De maneira geral, aprenderam o trabalho que desenvolvem hoje por meio da orientação, da observação e da repetição, pois, no caso do serviço doméstico e da atividade agrícola, acompanharam seus pais nos afazeres diários desde pequenos. Conforme Davis (1968, p.30), “os árduos processos de imitação, identificação, competição, cooperação e outros métodos de aprendizagem social” é comportamento adquirido, portanto, comportamento cultural.

Essa aprendizagem realizou-se através de uma rede de parentesco e vizinhança. A rede de parentesco no assentamento envolve tanto os parentes por laço consanguíneo como pessoas que consideram como tal enquanto que a rede de vizinhança diz respeito a pessoas próximas por laços de afeição.

Em resumo, aqueles jovens compartilham o sustento do grupo doméstico³², fortalecendo uma rede de apoio familiar. Conforme Silvestro et al. (2001, p.25), “não existe atividade econômica onde as relações familiares tenham tanta importância como na agricultura”.

³¹ Nestes afazeres diários, o termo cultivo refere-se à produção vegetal, assim como, o termo criação refere-se à produção animal.

³² O termo grupo doméstico está sendo utilizado no sentido de ser um grupo de produção e consumo vinculado a um estabelecimento agrícola.

Quanto ao trabalho desenvolvido pelos jovens na atividade agrícola, os mesmos trabalham junto a sua família³³ e seus parentes ou outros conhecidos. Assim, a família utiliza estratégias que estão inseridas numa “rede de trabalho” como, por exemplo, a troca de dia, o mutirão, a diária e a empreita para garantir o sustento familiar.

Dentro dessas estratégias, a troca de dia diz respeito à ajuda gratuita efetuada por uma pessoa a outra com a finalidade de realização de uma atividade com reciprocidade. Os demais termos (mutirão, diária e empreita) têm o mesmo sentido expresso por Ferreira (2001), ou seja, o mutirão significa auxílio gratuito de um grupo de pessoas em prol de um objetivo; a diária é pagamento por dia de trabalho e a empreita é a realização de atividade por outrem com pagamento previamente negociado.

As atividades agrícolas estão em função da quantidade de mão-de-obra disponível e são as mais diversificadas possíveis; requer uma dinâmica acelerada por parte dos jovens para produzir, beneficiar e comercializar produtos, tais como: os cultivos do caupi, da mandioca, do milho (ver **Figura 17**), do arroz, do mamoeiro, do maracujazeiro, do limoeiro, da pimenta-do-reino (ver **Figura 18**) e das hortaliças (maxixe, abóbora, melancia e pimentinha), acrescenta-se ainda nas atividades de trabalho desenvolvidas pelos jovens, a coleta de látex da seringueira. Os nomes científicos das culturas mencionadas podem ser identificados no **Quadro 8**, p.68.



Figura 17- Área implantada com a cultura do milho (Oliveira, 2006)



Figura 18- Área implantada com a cultura da pimenta-do-reino (Oliveira, 2006)

³³ Pode ser a família de origem ou de reprodução ou mesmo as duas juntas.

Nome Comum	Nome Científico
Abacaxizeiro	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merrill
Abóbora	<i>Curcubita</i> spp.
Arroz	<i>Oryza sativa</i> L.
Bananeira	<i>Musa</i> spp.
Batata doce	<i>Pomoea batatas</i> (L.) Lam.
Cafeeiro	<i>Coffea arabica</i> L.
Cana-de-açúcar	<i>Saccharum</i> spp.
Caupi, feijão de corda	<i>Vigna unguiculata</i> (L.) Walp
Cupuaçuzeiro	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Willd. Ex Spreng) Schum
Feijão	<i>Phaseolus vulgaris</i> L.
Laranjeira	<i>Citrus sinensis</i>
Limoeiro	<i>Citrus aurantifolia</i>
Mamoeiro	<i>Carica papaya</i> L.
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i> Crantz
Maracujazeiro	<i>Passiflora edulis</i> Sims.
Maxixe	<i>Cucumis anguria</i>
Melancia	<i>Citrullus</i> spp.
Milho	<i>Zea mays</i> L.
Pimenta-do-reino	<i>Piper nigrum</i> L.
Pimentinha	<i>Capsicum</i> spp.
Seringueira	<i>Hevea brasiliensis</i> (Willd. Ex Adr. Juss.) Muell. & Agr.

Quadro 8- Lista de nomes científicos de espécies vegetais.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Os referidos serviços são realizados juntamente com a família em uma única área, apesar de existir agricultor (a) que explora mais de uma área. Nas **Figuras 19, 20 e 21** podem ser visualizadas algumas atividades que faz parte do cotidiano dos jovens no assentamento. Vale mencionar que a palavra cotidiano está no sentido expresso por Bustos (2005), ou seja, menor unidade de espaço-tempo com sentido.



Figura 19- Jovem em sua atividade de corte de seringueira para a coleta de látex (Oliveira, 2005)



Figura 20- Ensacamento do caupi (Oliveira, 2003)



Figura 21- Descascamento da mandioca para o processo de fabricação de farinha (Sousa, 2004)

Algumas jovens além do trabalho na atividade agrícola também se ocupam dos afazeres da casa, de lavar roupa no igarapé (ver **Figura 22**), de varrer o quintal (ver **Figura 23**) e de cuidar dos filhos ou irmãos.



Figura 22- Igarapé onde mulheres do assentamento lavam roupa (Oliveira, 2006)



Figura 23- Quintal de um estabelecimento agrícola familiar (Oliveira, 2006)

As famílias também costumam criar aves (galinha, pato, peru) e suíno, sendo importante ressaltar que, de um total de duzentos e vinte e três famílias, quatro possuem criação bovina. Na agricultura familiar, como bem menciona Silvestro et al. (2001, p. 280):

os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho – auxiliando a conduzir os animais, acompanhando os pais em algumas tarefas, ajudando na casa – desde muito cedo. Aos poucos vão assumindo atribuições de maior importância e chegam a adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento.

Os motivos que os jovens têm de trabalhar está vinculado ao sentimento do gostar, à falta de outra opção para se manter, à obtenção de independência financeira e material em relação aos pais, ao costume, à ajuda em termos financeiros e materiais (roupa, calçado, etc.) a si próprio e à família, à prestação de serviços, por ser uma obrigação e um dever.

Quanto a gostar do trabalho diário, dos quinze jovens que trabalham, onze responderam que gostam, por querer ganhar dinheiro ou querer ganhar alguma coisa na vida dignamente e por ser de costume, ou seja, por realização financeira, material e por fazer parte de sua cultura. Alguns consideraram o serviço de corte de seringueira tranqüilo e rentável, o

que pode ser identificado na fala de um dos jovens: “...*é serviço maneiro, está dando uma renda boa; o produto está num bom preço...*” (masculino, 22 anos).

Os outros quatro jovens que trabalham, do gênero masculino, ou gostam parcialmente ou não gostam. Segundo esses informantes é devido ser pesado, ter que acordar cedo e ser obrigado. Em relação às quatro mulheres que mencionaram trabalhar (tanto no serviço doméstico quanto na agricultura), responderam que gostam de trabalhar devido ser um meio de sobrevivência e uma ocupação, o que pode ser constatado na fala seguinte: “...*É do que vivo e tenho que gostar, senão trabalhar não tenho como sobreviver...*” (feminino, 24 anos).

Quanto à situação econômica dos sujeitos da amostra, utilizou-se como referência a renda familiar (RF)³⁴ do ano de 2004, conforme pode ser observado no **Quadro 9**, p.72. A RF foi obtida a partir das atividades desenvolvidas pelos membros do grupo doméstico. A seguinte fórmula foi utilizada, adaptada de material consultado:

$$RF = RA + SP + OR$$

A RA corresponde à renda agrícola; o SP a subsídios do PRONAF-A³⁵ e OR a outras rendas. Com a renda familiar se pode avaliar a totalidade dos recursos que a unidade familiar disponibiliza para garantir o sustento de seus membros. A RA³⁶ foi obtida pela fórmula abaixo:

$$VAL = PB - CI - D$$

O VA corresponde ao Valor Agregado Líquido; o PB ao Produto Bruto; o CI ao Consumo Intermediário e o D à Depreciação. Para o cálculo do PB utilizou-se o valor total do que foi produzido para o consumo e para a venda multiplicado pelo preço. No CI incluíram-se insumos, tais como sementes, fertilizantes e alimentação animal, dentre outros, e serviços obtidos de outros agentes econômicos.

Os insumos e serviços estão relacionados com a produção vegetal e animal e foram transformados integralmente no processo produtivo. A D correspondeu à fração do valor do capital fixo (por exemplo, enxada e terçado) que foi descontada durante o ano de 2004; o que foi obtida pela fórmula a seguir:

³⁴ Para a referida noção utilizaram-se informações da disciplina Economia e Gestão do Estabelecimento Agrícola, ministrada pela professora Lecir Peixoto durante o Curso de Especialização em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (DAZ 1999/2000; 7ª promoção). Esse curso era vinculado ao Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar do Centro Agropecuário - UFPa.

³⁵ Linha de crédito rural do grupo A disponibilizada para assentados de reforma agrária (SILVA, 2004).

³⁶ A RA foi calculada para cada sujeito da amostra.

Valor Novo – Valor Residual

Vida Útil

Sujeitos da Amostra	Renda Agrícola	Outras Rendas	Renda Familiar	Nº de pessoas na família
1	31.734,59	2.400,00	34.134,59	7
18	3.660,80	13.200,00	16.860,80	4
17	3.660,80	13.200,00	16.860,80	4
3	5.797,60	9.492,00	15.289,60	6
21	7.399,70	7.410,00	14.809,70	5
22	7.399,10	7.410,00	14.809,10	5
15	4.638,20	8.337,60	12.975,80	12
19	8.719,00	3.750,00	12.469,00	5
8	7.218,70	4.200,00	11.418,70	8
9	5.729,80	5.400,00	11.129,80	7
10	5.729,80	5.400,00	11.129,80	7
11	5.729,80	5.400,00	11.129,80	7
13	1.0286,00	-	10.286,00	3
2	1.578,29	8.010,00	9.588,29	6
20	4.163,60	5.220,00	9.383,60	7
16	1.873,30	7.384,00	9.257,30	5
25	791,10	7.668,00	8.459,10	6
5	3.310,20	3.900,00	7.210,20	5
24	1.837,60	5.160,00	6.997,60	4
6	6.183,60	660,00	6.843,60	4
14	6.558,50	-	6.558,50	3
7	1.693,00	4.380,00	6.073,00	6
27	4.206,00	-	4.206,00	4
28	317,10	3.768,00	4.085,10	3
23	184,10	1.565,00	3.389,10	3
26	2.588,00	-	2.588,00	2
30	1.108,30	1.140,00	2.248,30	7
4	230,00	1.920,00	2.150,00	3
29	1.716,70	300,00	2.016,70	4

Quadro 9- Renda familiar do ano de 2004 disposta em ordem decrescente.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Convenção: - (não existe)

Para o cálculo da renda agrícola, os seguintes produtos foram contabilizados: pimenta-do-reino, mamão, milho, mandioca, macaxeira, hortaliças, frutíferas presentes no quintal (espaço ao redor da casa de moradia), galinhas e látex.

As outras rendas foram obtidas do Programa Nacional Bolsa-Escola³⁷, do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família³⁸, do Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI)³⁹, de aposentadoria, de pensão, de diária (realizada tanto para a obtenção de recurso financeiro quanto para ganhar produto agrícola), de empreita, de ensino e de corte de cabelo.

Os valores identificados no quadro anterior foram agrupados em seis intervalos, quais sejam: 1000 - 3440; 3441 - 7000; 7001 - 11000; 11001 - 14000; 14001 - 18000 e acima de 18000 (ver **Figura 24**).

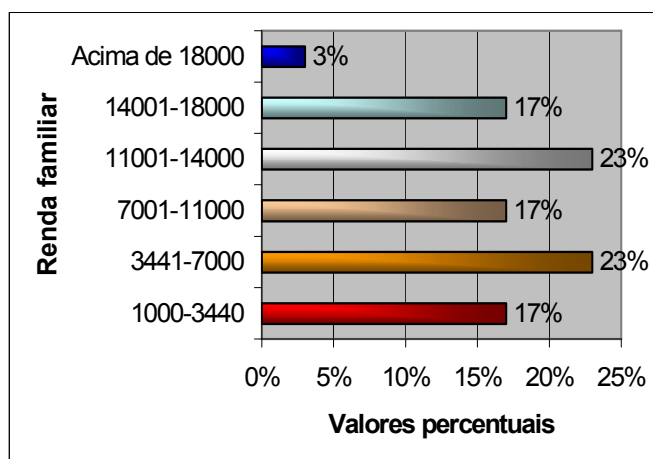


Figura 24- Distribuição de frequência relativa da renda familiar dos jovens, ano de 2004

Com base na **Figura 24**, verificou-se que a renda familiar anual desses jovens apresentou variações que os colocam em condições econômicas desiguais. Considerando que a soma dos salários mínimos do ano de 2004 foi de R\$ 3.440,00; 17% apresentaram renda familiar abaixo do mínimo necessário para a sua sobrevivência (R\$ 1.000,00 a R\$ 3.440,00).

³⁷ A proposta, criada em 2001, tem como objetivo conceder o benefício monetário mensal de R\$ 15,00/aluno às famílias com renda per capita mensal inferior a R\$ 90,00 em troca da manutenção dos alunos nas escolas. Esses alunos devem estar na faixa etária de 6 a 15 anos de idade e freqüentando o Ensino Fundamental (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC, 2005).

³⁸ Destinado às famílias com renda per capita mensal de até R\$ 100,00 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2005).

³⁹ Criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 37/2004 (PROGRAMA PARA PREVENÇÃO E ELIMINAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI, 2005).

A estudiosa Neves (1995, p. 28), expõe:

a imposição de patamares reduzidos de reprodução, dado o rendimento alcançado pela unidade de produção, tem sido contraposta pela vinculação dos membros da família ao mercado de trabalho agrícola ou de outros setores produtivos, através inclusive da migração.

A mesma autora acrescenta que:

o uso amplo de trabalhadores assalariados em substituição ao trabalho familiar constitui uma das estratégias de reprodução desse produtor sob tais condições de produção social; ou constitui uma das alternativas de reprodução dessa forma de organização social do trabalho, em que pelo menos um dos membros da família ou proprietário dos meios de produção está vinculado diretamente ao processo produtivo (NEVES, 1995, p. 28).

As outras rendas contribuíram tanto quanto a renda agrícola para o sustento do grupo doméstico. O recurso financeiro obtido é destinado para a compra, por exemplo, de alimentos (arroz, óleo, café e açúcar, entre outros), produtos de higiene pessoal, roupas, sapatos, material escolar, material de construção, bicicleta, som e ferramentas, assim como, para pagamentos de tarifas de água e de energia, para pagamento de dívidas em tabernas e para serviços contratados eventualmente. Considerando que o número de membros/família dos jovens variou de 2 a 12 pessoas, então, os gastos estão em função da necessidade de recursos financeiro e material por grupo.

Conciliação estudo – trabalho e outras atividades

Considerando o estudo e o trabalho, verificou-se que o maior percentual (47%) do total de homens da amostra apenas trabalha (ver **Figura 25**). Em relação às jovens, o maior percentual encontrado também apenas trabalha (ver **Figura 26**).

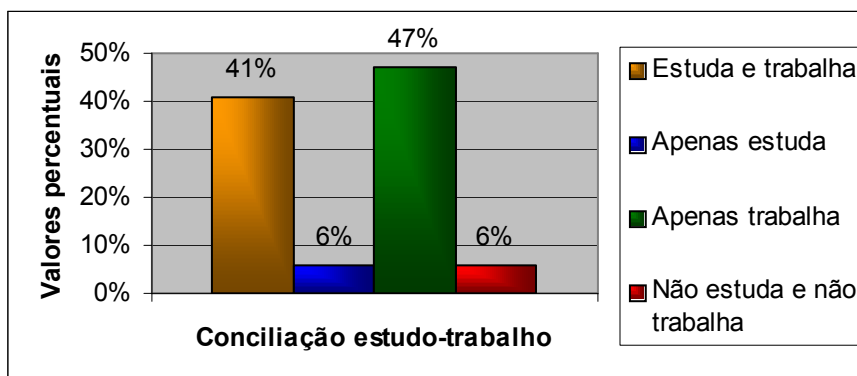


Figura 25- Conciliação estudo-trabalho considerando o gênero masculino

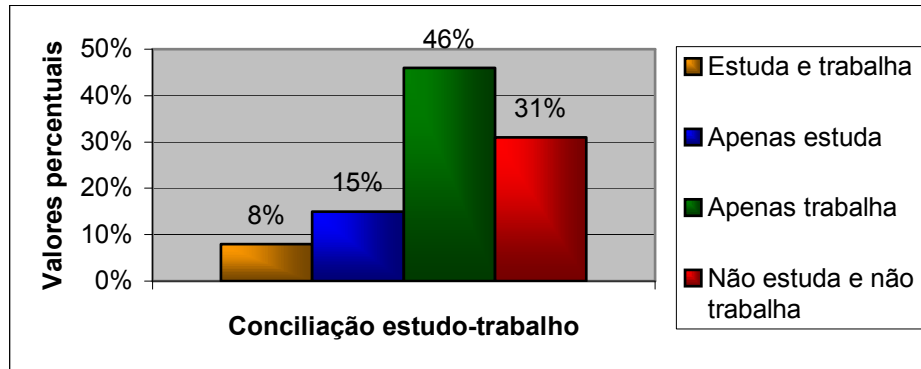


Figura 26- Conciliação estudo-trabalho considerando o gênero feminino

No geral, os jovens se ocupam de outros afazeres além de estudar e trabalhar, tais como: assistir programação de televisão (novela e comédia, por exemplo), brincar com os filhos e/ou irmãos, refletir sobre a vida, jogar (bola, bilhar e tênis de mesa), fazer física, passear de bicicleta, tomar banho nos igarapés (ver **Figura 27**), namorar, ouvir música, dançar, dormir, viajar, freqüentar reuniões, participar de palestras, ler, ficar próximo da família, ir ao culto da igreja evangélica: Deus é amor, Assembléia de Deus, Assembléia de Deus Missionária e Quadrangular, bem como ir à missa da igreja católica (Santíssima Trindade e Menino Jesus). De acordo com os próprios jovens, essas atividades correspondem ao que mais gostam de fazer em suas vidas.



Figura 27- Igarapé da Passagem, lugar de encontro e de lazer de jovens do assentamento (Oliveira, 2006)

Vale frisar que a distração por meio de atividades de lazer se faz presente no dia a dia dos jovens, um exemplo é o jogo de futebol (ver **Figura 28**).



Figura 28- Jovens em seu espaço lúdico (Oliveira, 2005)

Outro espaço que a juventude gosta de ficar está localizado em uma praça no centro da Vila Granja Marathon (ver **Figura 29**). Os mesmos utilizam esse espaço em maior frequência durante a noite e nos finais de semana para conversas e brincadeiras. Desta forma, os jovens criam espaços de convivência e de socialização.



Figura 29- Praça da Vila Granja Marathon, espaço de distração e de socialização entre jovens do assentamento (Oliveira, 2006)

Quanto a participarem das organizações representativas dos assentados (sindicato, cooperativa e associações), durante esta pesquisa não foi identificado nenhum registro de inserção do segmento juvenil nessas organizações.

No **Quadro 10**, a seguir, estão outras atividades inseridas na disponibilidade do tempo desses jovens e no **Quadro 11** estão atividades que deixaram de participar.

Tipo de organização que participa	Dias de encontro	Tempo dedicado/reunião	Atividade desenvolvidas no grupo	Tempo de participação	Motivos de participar
Grupo de jovens evangélicos	De domingo a sábado com exceção de segunda-feira	1,5 a 3 horas	Louvor a Deus, meditação, cânticos, oração, evangelização, gincana, lazer em Igarapé	5 meses a 18 anos	Sentir-se bem no conjunto de jovens, gostar de escutar a palavra de Deus, buscar a presença de Deus, sentir-se útil, desenvolver a vida, conhecer a verdade
Círculo de oração	Terça-feira, quinta-feira e domingo	30 min	Oração	8 meses	Servir a Deus
Catequese (igreja católica)	Terça-feira e domingo	1,5 horas	Aula de catequese, cânticos, louvor, reza, brincadeiras	8 anos	Gostar de ajudar
Time de futebol	De domingo a Sábado	De 45 min a 4 horas	Jogo de bola no assentamento, em Maracanã, em Igarapé-Açu, em Castanhal e em Marituba	1 a 8 anos	Gostar de aprender, conhecer, possibilitar desenvolvimento, distração
Grupo de moradores			Quadrilha maluca, peça teatral		Gostar de participar

Quadro 10- Outras atividades que jovens do assentamento costumam participar

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Tipo de organização que participaram	Dias de encontros	Tempo dedicado/reunião	Atividades desenvolvidas no grupo	Tempo de participação	Motivos de ter parado de freqüentar
Grupo de jovens católicos	Domingo a sábado	1,5 a 3 horas	Cânticos, reza, leitura e discussão de tema bíblico, meditação na palavra, brincadeiras, peça teatral, palestras sobre drogas, gênero e fumo	1 a 3 anos	Término do grupo
APRUMO	Todo último sábado do mês	1 a 3 horas	Secretária		
Grupo de jovens evangélicos	Domingo, terça-feira, quinta-feira e sábado	2 a 3 horas	Cânticos de hino, aula de comunicação,	8 meses a 1 ano	Término do grupo em virtude do dirigente proibir os jovens de freqüentarem outras igrejas evangélicas além do fato de não poder jogar bola

Quadro 11- Atividades que jovens do assentamento deixaram de participar

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Acrescenta-se que os jovens do assentamento, assim como outros jovens, possuem o gosto pelo estar em grupo (os mais diferentes possíveis), estar na “moda”, participar de festas, demonstrar força física, cultivar o corpo, valorizar a aparência e utilizar seu código próprio, entre muitos outros gostos comuns a essa categoria.

Na opinião de Carneiro (2005, p. 245), a juventude rural “tem ampliado suas referências de padrão de vida com a introdução de novas necessidades e desejos decorrentes do estreitamento das fronteiras culturais entre campo e cidade”.

Conforme Laraia (2002, p.28) “o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são

assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura”.

Nesta perspectiva, considerando que a visão de mundo é proporcionada por um espaço histórico-cultural, os jovens foram indagados sobre o que acham de si mesmos e o que seus colegas dizem a seu respeito. Os mesmos identificaram-se enquanto pessoas especiais, com qualidades e defeitos; coincide com a opinião dos próprios colegas. De acordo com Jersild (1967), os atributos fazem parte da personalidade de um indivíduo. Esse autor acrescenta que:

a personalidade do adolescente inclui todos os seus traços mensuráveis, capacidades, temperamentos e disposição [...]. Do ponto de vista do próprio adolescente o ‘centro’ da sua personalidade é formado por todas as idéias e atitudes que estão incorporadas à sua concepção de si próprio (1967, p. 515).

Quanto às noções destacadas pelos jovens do assentamento sobre o que entendem por juventude, os seguintes aspectos positivos foram mencionados: estado biológico, estado emocional, busca, disposição e atitudes. Noções que se aproximam da concepção de juventude do Grupo de Trabalho que se reuniu no III Fórum Social Mundial, bem como da Pesquisa Nacional “Perfil da juventude brasileira”. Na pesquisa citada anteriormente, de um total de 3.501, 74% dos jovens afirmaram ter mais pontos positivos que negativos em ser jovem (ABRAMO; BRANCO, 2005).

Os jovens do assentamento pensam em realizar suas expectativas, tais como: ter família, estudar, conseguir um bom emprego, melhorar de vida financeiramente, poder sustentar os filhos, aproveitar a vida, ter felicidade, crer em Deus, ter salvação, ser melhor enquanto pessoa, se divertir, construir a vida com responsabilidade e ter um futuro melhor.

Em síntese, ter noções à luz de estudos já realizados sobre juventude, cultura, trabalho, educação e família, auxiliaram a compreensão da caracterização sócio-cultural e econômica que delinea a produção da juventude que vive no assentamento Luiz Lopes Sobrinho. Esses jovens são mulheres e homens com pluralidade de direitos e, essencialmente, repletos de expectativas, assunto que será tratado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 EXPECTATIVAS DE JOVENS DO ASSENTAMENTO LUIZ LOPES SOBRINHO QUANTO AO TRABALHO, À EDUCAÇÃO E À FAMÍLIA

Deixa-me arriscar o molde talvez incerto
deixa-me arriscar o barro talvez impróprio
na oficina onde ganham forma e paixão
todos os sonhos que antecipam o futuro [...]

(As lições de uma escola: uma ponte para
muito longe..., Ademar Ferreira dos
Santos)

Neste capítulo, pretende-se analisar as expectativas de jovens do assentamento Luiz Lopes Sobrinho quanto ao trabalho, à educação e à família, tríade temática que alicerça o problema deste estudo. Para tanto, foram realizadas inferências a partir dos discursos dos jovens investigados.

2.1 A TRÍADE TRABALHO-EDUCAÇÃO-FAMÍLIA

“Cada um de nós compõe a sua história
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz
De ser feliz”.

(Tocando em frente, Almir Sater/Renato Teixeira)

Com o objetivo de compreender as expectativas de jovens que vivem no Projeto de Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, que estão na faixa etária de 15 a 24 anos, procurou-se a princípio saber qual seria a ordem de importância das palavras trabalho, educação e família para os sujeitos da amostra, assim como os motivos da respectiva ordem de importância.

De acordo com a frequência⁴⁰ de evocação dos elementos da tríade, ou seja, conforme a mensagem que foi dita ou não dita pelo sujeito⁴¹ da amostra, constatou-se que para as jovens a família está em 1º lugar, apareceu com frequência 10, seguida de educação com frequência 9 e por último trabalho com frequência 8, conforme pode ser visualizado no **Quadro 12** a seguir. Com base nessa frequência, pode-se inferir que a tríade preponderante para as jovens está ordenada da seguinte maneira: família-educação-trabalho.

Elementos da tríade temática	Frequência de evocação para o 1º lugar	Frequência de evocação para o 2º lugar	Frequência de evocação para o 3º lugar
Família	10	1	2
Educação	1	9	3
Trabalho	2	3	8

Quadro 12- Frequência de evocação dos elementos da tríade considerando a ordem de importância anunciada pelas jovens.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Nos discursos das jovens, a família está em primeiro lugar, por ser um espaço de começo da vida, de conhecimento, de socialização, de apoio, de segurança, de relações afetivas e de provimento do sustento dos membros da família, conforme pode ser observado nas evocações seguintes: “... abrigo de tudo; “... contem as primeiras pessoas que se conhece

⁴⁰ Ver LEVIN, Jack. **Estatística aplicada a Ciências Humanas**. 2.ed. Tradução Sérgio Francisco Costa. São Paulo: HARBRA, 1987. 392p. Tradução de: Elementary Statistics in Social Research.

⁴¹ A palavra sujeito está no sentido mencionado por Charaudeau (apud RODRIGUES; LEOPARDI, 1999), a saber: pessoa que anuncia.

...”; “... começar por ela ...”; “... ser tudo que se tem na vida...”; “... sempre apoiar em tudo..”; “... colocar a gente no mundo...”; “... não existir outra igual...”.

As jovens têm razão quando se referem à família enquanto espaço de socialização, haja vista que nesse ambiente ocorre assimilação de conhecimento. Como lembra Davis (1968), a socialização é um processo de aprendizagem de uma determinada cultura. Abramovay et al. (2002) acrescentam que a família é um espaço social de encontro de gerações.

No que se refere à palavra educação, essa ficou em segundo lugar. As jovens consideram um meio de adquirir conhecimento e de conseguir trabalho. Por último, o trabalho, pois de acordo com suas evocações, tendo a família há a garantia de sustento.

Em relação aos jovens do gênero masculino, constatou-se que a família ficou em 1º lugar, com frequência 12, seguida de educação com frequência 10 e por último, o trabalho, com frequência 11, o que pode ser observado no **Quadro 13** a seguir. Com base nessas frequências, pode-se inferir que a tríade principal para o gênero masculino é a mesma da que foi mencionada pelas jovens.

Elementos da tríade temática	Frequência de evocação para o 1º lugar	Frequência de evocação para o 2º lugar	Frequência de evocação para o 3º lugar
Família	12	3	2
Educação	3	10	4
Trabalho	2	4	11

Quadro 13- Frequência de evocação dos elementos da tríade considerando a ordem de importância anunciada pelos jovens do gênero masculino.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Para a maioria dos sujeitos do gênero masculino, a família ficou em primeiro lugar por exprimir sentimentos, tais como de bem-estar, de afeição e de gratidão; ser um incentivo para o trabalho; por assumir um papel fundamental em suas vidas e por fazer parte de seu cotidiano. É relevante destacar que esse cotidiano está no sentido mencionado por Bustos (2005), ou seja, menor unidade de espaço e tempo com sentido.

Segundo esses informantes, a educação ficou em segundo lugar por também ser um meio de adquirir conhecimento, além de possibilitar a comunicação com outras pessoas e de se conseguir um trabalho/emprego/profissão. Por último, o trabalho, por ser um serviço que exige força e por poder contar com o apoio da família quando não se está trabalhando.

Em outras palavras, a família e a educação assumem, especialmente, conotação positiva. No entanto, o trabalho abrange dois pólos: o positivo e o negativo. Esse último ponto de vista ocorre devido à força física empregada para executar uma determinada tarefa, bem como aos fatores climáticos a que estão sujeitos, tais como: vento, chuva e sol, gerando, em certos casos, problemas de saúde.

Sendo assim, a família assume importante papel na vida dos jovens entrevistados, por motivo de ser freqüente a convivência familiar, ou seja, os jovens não têm que se ausentar de sua família por um tempo prolongado; eles estão juntos, na maioria das vezes, nas refeições, no trabalho e no descanso, o que acaba gerando uma forte ligação. Outro fator é o apoio material e afetivo conseguido por meio da família. Segundo os próprios informantes, a família “...é a base de tudo...”.

Esses resultados são semelhantes aos obtidos por uma pesquisa realizada com jovens de Brasília, que residem nas cidades periféricas de Ceilândia, Samambaia e Planaltina. Nessa pesquisa, comparada a outras instituições, a família foi a mais importante para a juventude investigada. Significa que os jovens encontram maior apoio em sua família, sobretudo, quando passam por situações difíceis. Portanto, o fator afetivo foi de fundamental relevância para a segurança na vida desses jovens (ABRAMOVAY et al., 2002).

Os jovens do assentamento possuem valores que se aproximam dos referencias de jovens que vivem em outras localidades, ou melhor, que residem em outros espaços geográficos e sociais tal qual o espaço urbano da pesquisa anteriormente citada.

Os dados do estudo em foco também sinalizam para o compromisso dos jovens para com a família, tal como observou Carneiro (apud SILVA, 2002) em sua pesquisa com jovens do Rio Grande do Sul. Nesta linha de raciocínio, Silva (2002, p.101) reforça que “é nesse laço afetivo-familiar tão estreito que os jovens vão medindo e formando suas personalidades, construindo suas identidades e suas maneiras de se verem e de se auto-representarem”.

Diante do exposto, com a finalidade de aprofundar a compreensão das expectativas dos sujeitos da amostra, investigaram-se os pontos de vista desses informantes sobre a família, a educação e o trabalho, o que pode ser visualizado na próxima seção.

2.2 OS SIGNIFICADOS DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO

“Família é um conjunto de pessoas que repassam para os filhos seus costumes, suas aprendizagens”.

(Jovem do gênero feminino, 15 anos)

Os sujeitos da amostra foram indagados sobre o que entendiam por família, por educação e por trabalho. Primeiramente quanto à palavra família, constatou-se que existem jovens com e sem pontos de vista sobre esse espaço social. Alguns jovens fizeram as seguintes evocações: base de tudo, união, estabelecimento de relações afetivas, conjunto de pessoas que transmitem sua cultura; outros jovens não responderem ou disseram não saber o significado dessa palavra.

Nos discursos dos jovens surgiram nuances de diferenças, pois se identificou, somente na visão dos sujeitos do gênero masculino, a família representando compromisso, assim como surgiu, apenas nas falas das jovens, a significação de futuro e ideal de vida. Ou melhor, a família possui significações comuns para a maioria dos jovens, o que pode ser visualizado no **Quadro 14**.

Entendimento sobre família	Frequência de resposta		Total
	Feminino	Masculino	
Base de tudo	3	4	7
União	1	4	5
Não respondeu / Não sabe	3	2	5
Compromisso	-	5	5
Estabelecimento de relações afetivas	2	1	3
Conjunto de pessoas que transmitem sua cultura	2	1	3
Futuro	1	-	1
Ideal de vida	1	-	1
Total	13	17	30

Quadro 14– Entendimento sobre família de acordo com o gênero.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Convenção: - (não existe)

Quanto à noção sobre educação, surgiram, na maioria das vezes, significações comuns nos discursos dos sujeitos da amostra, quais sejam: apreensão de conhecimento, formação profissional, base de tudo e transmissão de saber, conforme pode ser examinado no **Quadro 15**. Além dessas significações, constatou-se outras noções apenas nas evocações das jovens, tais como meio de sobrevivência e responsabilidade, bem como houve a ausência de significado apenas em algumas falas de jovens do gênero masculino.

Entendimento sobre educação	Frequência de resposta		Total
	Feminino	Masculino	
Apreensão de conhecimento	7	9	16
Formação profissional	2	2	4
Não respondeu / Não sabe	-	3	3
Base de tudo	1	2	3
Transmissão de saber	1	1	2
Meio de sobrevivência	1	-	1
Responsabilidade	1	-	1
Total	13	17	30

Quadro 15- Entendimento sobre educação de acordo com o gênero.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Convenção: - (não existe)

As falas seguintes revelaram esses significados, a saber: “... *é algo muito importante onde vai aprendendo a lidar com as pessoas, é fundamental na vida de qualquer um...*” (masculino, 19 anos); “... *uma pessoa sem educação, no sentido de estudar é mesmo que um cego. Hoje todo mundo precisa pelo menos do ensino médio pra ser alguém...*” (feminino, 15 anos).

Essas significações remetem ao entendimento de identidade expressa por De Luca (2002), ou seja, um sentido do “eu” na relação com o “outro” ou mesmo ao que Bustos (2005) visualiza na produção de identidade, isto é, um sentido percebido e dado por cada ator sobre si e sobre os outros.

Quanto ao entendimento de trabalho, constatou-se ausência e presença de significado. Emergiram significados comuns entre mulheres e homens, quais sejam: motivação, solução da questão financeira e meio de sobrevivência, conforme **Quadro 16** a seguir. Nas respostas apenas dos sujeitos do gênero masculino destacou-se a noção de esforço pessoal para melhorar de vida e desenvolvimento do Brasil, assim como se identificou, somente nas falas das jovens, independência financeira em relação à família de origem.

Entendimento sobre trabalho	Frequência de resposta		Total
	Feminino	Masculino	
Não respondeu/Não sabe	4	5	9
Motivação	3	3	6
Solução da questão financeira	3	2	5
Meio de sobrevivência	1	3	4
Esforço pessoal para melhorar de vida	-	3	3
Independência financeira em relação à família de origem	2	-	2
Desenvolvimento do Brasil	-	1	1
Total	13	17	30

Quadro 16-Entendimento sobre trabalho de acordo com o gênero.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Convenção: - (não existe)

Alguns desses significados são demonstrados nas falas seguintes: “... *ter recurso próprio, pois se ninguém precisasse ninguém trabalhava...*” (masculino, 21 anos) e “... *responsabilidade, qualquer trabalho que faça tem que ter responsabilidade ...*” (masculino, 22 anos).

Com base no **Quadro 16**, pode-se inferir que para os jovens da amostra, o trabalho possui um significado além do definido pelo IBGE (apud RIZZINI; RIZZINI; HOLANDA, 1996). Em outras palavras, o trabalho para o instituto é atividade de ocupação econômica remunerada ou não enquanto para o segmento juvenil investigado tem um significado para além de atividade de ocupação econômica, pois abrange desenvolvimento, capacidade e motivação.

A pesquisadora Torres (2002, p. 222) comenta que “o trabalho, nas sociedades modernas, é o grande indicativo do valor do indivíduo”. Reitera Fericgla (apud TORRES, 2002) apontando que a capacidade produtiva dada a um indivíduo na sociedade moderna (do momento que nasce até os 20 anos) significa um investimento que renderá benefícios mais adiante; atinge seu valor máximo aos 20 anos (considerando que nele esteja a totalidade da capacidade produtiva) e, decresce tornando-se zero aos 45 anos, tendo em vista que o que for produzido por ele a partir desse momento será também consumido posteriormente. Chama a atenção Torres para o fato de que:

o poder e o prestígio advindos da profissão e do trabalho fornecem significado e justificativa para a vida, fazem a pessoa exercer um forte autocontrole, tornando-se o trabalho um hábito tão intenso que a personalidade fica ameaçada quando se deixa de trabalhar (TORRES, 2002, p. 223).

Na próxima seção, as expectativas evocadas pelos jovens serão analisadas.

2.3 EXPECTATIVAS EVOCADAS PELOS JOVENS

Na fogueira do que faço por amor me queimo inteiro. Mas simultâneo renasço para ser barro do sonho e artesão do que serei. Do tempo que me devora me nasce a fome de ser [...]

(Memória da esperança, Thiago de Mello)

As esperanças dos sujeitos da amostra foram destacadas, a seguir, conforme a seqüência família-educação-trabalho.

2.3.1 Expectativas evocadas quanto à Família

Para subsidiar este eixo temático, os sujeitos da amostra foram investigados quanto à existência em suas vidas de uma companheira ou de um companheiro, bem como da presença ou ausência de filhos ou mesmo sobre suas pretensões de um dia casar e de ter filhos. O intuito foi de saber se esses jovens queriam constituir familiar.

Os resultados obtidos revelaram que 17 jovens ou 57% pretendem ter compromisso conjugal, 11 jovens ou 37% já possuem compromisso conjugal e 2 jovens ou 7% não têm esta intenção, conforme pode ser observado no **Quadro 17**.

Realização ou pretensão de casar	Frequência de resposta		Total
	Feminino	Masculino	
Pretende casar	5	12	17
Já está casada (o)	7	4	11
Não pretende casar	1	1	2
Total	13	17	30

Quadro 17– Realização ou pretensão de casar de acordo com o gênero.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Com base nos discursos dos sujeitos da amostra, verificou-se que 93% dos jovens (doze mulheres e dezesseis homens) nutrem, significativamente, a expectativa de assumir compromisso conjugal. Esses resultados revelam semelhança quando comparado aos dados da pesquisa de Sperry (1997) e de Zagury (2004). No estudo de Zagury, por exemplo, de novecentos e oitenta e três (983) jovens de capitais e cidades do interior (na faixa etária de 14 a 18 anos), cerca de 84% do grupo etário investigado responderam possuir o desejo de constituir família.

No que se refere à existência de filhos ou a pretensão de gerá-los, verificou-se que 19 jovens ou 63% pretendem gerar filhos e 11 jovens ou 37% já possuem filhos, conforme **Quadro 18** a seguir.

Realização ou pretensão de gerar filhos	Frequência de resposta		Total
	Feminino	Masculino	
Pretende gerar filhos	6	13	19
Já tem filho (a)	7	4	11
Não pretende gerar filhos	-	-	-
Total	13	17	30

Quadro 18– Realização ou pretensão de gerar filhos de acordo com o gênero.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Convenção: - (não existe)

No discurso dos jovens verificou-se que 94% de ambos os gêneros querem constituir família, ter companheira (o) e filhos; outros 6% querem constituir família, não ter companheira (o) e ter filhos, conforme pode ser observado nas **Figuras 30 e 31** a seguir:

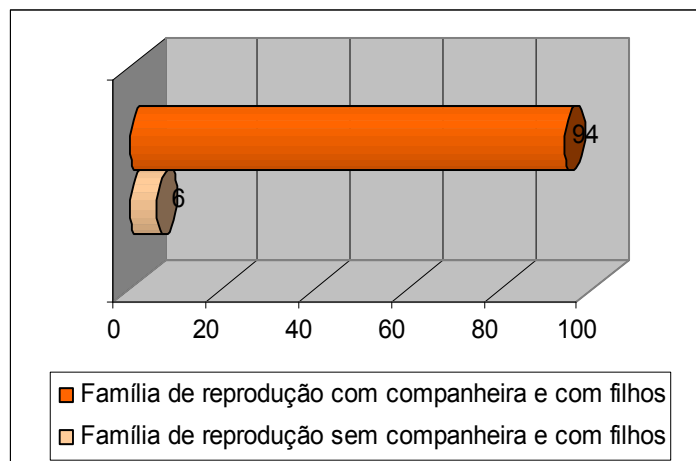


Figura 30- Constituição de família de acordo com o gênero masculino

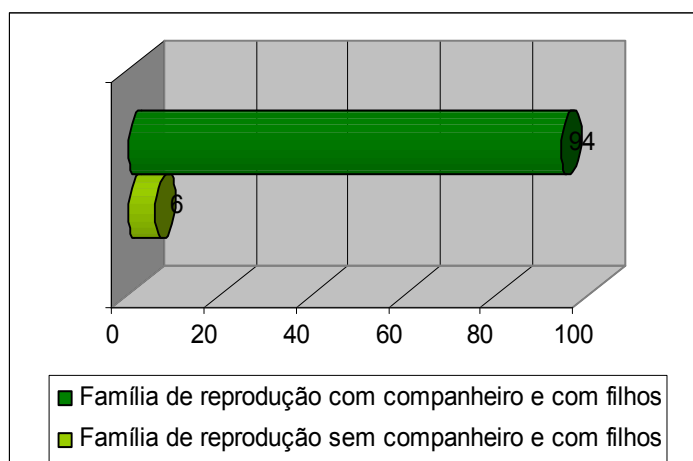


Figura 31- Constituição de família de acordo com o gênero feminino

2.3.2 Expectativas evocadas quanto à Educação

Quanto à educação que se obtém na família, por meio das seguintes orientações: quais os principais ensinamentos que recebeu ou recebe dos pais e quais os principais ensinamentos que passa ou gostaria de passar para os filhos, constatou-se que a maioria, 27 jovens ou 90%, já realiza ou pretende transmitir valores e regras sociais obtidos na família e 2 jovens ou 7% querem transformar os valores e regras sociais obtidos na família. Para 1 jovem ou 3% não foi possível identificar se o mesmo quer transmitir ou transformar, por ainda não ter pensado no assunto, conforme pode ser visualizado no **Quadro 19** a seguir. É importante frisar que a resposta transmitir/transformar concomitantemente não foi mencionada como desejo por parte dos jovens.

Valores e regras sociais obtidos no núcleo familiar	Frequência de resposta		Total
	Feminino	Masculino	
Realização ou pretensão de transmitir	11	16	27
Realização ou pretensão de transformar	1	1	2
Não identificado	1	-	1
Total	13	17	30

Quadro 19- Valores e regras sociais obtidos no núcleo familiar de acordo com o gênero.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Convenção: - (não existe)

Esses resultados são próximos dos obtidos por Arnauld de Sartre (2002), uma vez que o autor citado constatou em seu estudo na Região da Transamazônica que os jovens são vistos pelos seus pais como fontes de esperança por virem a reproduzir, de maneira geral, os valores da agricultura familiar (de se reproduzirem, por exemplo, enquanto grupo social).

Quanto à educação que se obtém na escola, primeiramente, destaca-se que o estabelecimento escolar é visto pelos jovens enquanto espaço físico, educacional e social. Nesse ambiente escolar, o gostar dos sujeitos da amostra está voltado para o espaço físico da biblioteca, do laboratório, da sala de vídeo e da sala de aula; volta-se para o espaço educacional, incluindo o conteúdo curricular, por exemplo, de matemática, de português, de física e de química; direciona-se para o fazer trabalhos e consultar assuntos em bibliotecas e, ainda, para o aspecto social, no sentido do estabelecimento de amizades e de namoros, conforme o **Quadro 20** a seguir.

O que mais gosta (gostava) na escola que estuda (estudava)	Frequência de resposta		Total
	Feminino	Masculino	
Conteúdo curricular	7	5	12
Metodologia de ensino	4	3	7
Convivência escolar	-	7	7
Espaço físico	2	1	3
Não respondeu	-	1	1
Total	13	17	30

Quadro 20- O que mais gosta (gostava) na escola que estuda (estudava) de acordo com o gênero.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Convenção: - (não existe)

Assim como o gostar, o não gostar dos jovens direciona-se para o conteúdo curricular de disciplinas, tais como de matemática, de química e de português, bem como para o ambiente de bagunça, para a metodologia de ensino (prova oral e trabalho oral), para o posicionamento assumido por determinados professores e diretores e para o espaço físico da sala de vídeo.

Das respostas evocadas, as comuns entre os sujeitos do gênero feminino e masculino foram: o conteúdo curricular, o ambiente de bagunça e a metodologia de ensino; houve ainda o caso comum de não haver resposta ou mesmo de não haver o que menos gosta, conforme pode ser observado no **Quadro 21** a seguir.

O que menos gosta (gostava) na escola que estuda (estudava)	Frequência de resposta		Total
	Feminino	Masculino	
Não respondeu/Não tem	5	4	9
Conteúdo curricular	3	4	7
Ambiente de bagunça	2	4	6
Metodologia de ensino	2	3	5
Posicionamento assumido por professores e diretores	-	2	2
Espaço físico	1	-	1
Total	13	17	30

Quadro 21- O que menos gosta (gostava) na escola que estuda (estudava) de acordo com o gênero.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Convenção: - (não existe)

Quanto à importância do estudo, os números da pesquisa realizada por Zagury (2004) apontam que 92,2%, dos quase mil jovens entrevistados, afirmaram estudar por considerar importante para suas vidas. Quando comparado aos discursos dos sujeitos deste estudo, verificou-se que a educação escolar também é importante na vida dos jovens do assentamento, tendo em vista que 23 jovens ou 77% estudaram ou estudam por opção própria de acordo com **Quadro 22**.

Condição de estudo	Frequência de resposta		Total
	Feminino	Masculino	
Opção do jovem	9	14	23
Os pais obrigaram e opção do jovem	4	2	6
Os pais obrigaram	-	1	1
Total	13	17	30

Quadro 22- Condição de estudo de acordo com o gênero.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Convenção: - (não existe)

Conforme Zagury (2004, p.33), “nas camadas populares, a escola e o estudo são vistos como elementos de ascensão”. Em outra pesquisa, qual seja: “Perfil da juventude brasileira”, de um total de 3.501, 76% dos jovens (urbanos e rurais) consideraram a escola muito importante para o futuro profissional, assim como 56% acharam muito importante conseguir trabalho hoje (ABRAMO; BRANCO, 2005).

Nas falas dos sujeitos da amostra foram identificadas expectativas favoráveis a continuar os estudos. Com a continuação nos estudos é possível ampliar suas “lentes” para

que possam ter consciência de se sentirem sujeitos de direito (à saúde, à educação, ao trabalho, ao divertimento, etc.).

Nos discursos dos jovens emanou conseguir trabalho/emprego/formação profissional e adquirir conhecimento, além de ausência de expectativa. Entre mulheres e homens, as evocações comuns foram: conseguir emprego/trabalho/formação profissional e adquirir conhecimento, conforme pode ser verificado no **Quadro 23**.

Expectativas quanto ao ensino escolar	Frequência de resposta		Total
	Feminino	Masculino	
Conseguir trabalho/emprego/formação profissional	10	15	25
Adquirir conhecimento	2	2	4
Não respondeu	1	-	1
Total	13	17	30

Quadro 23- Expectativas quanto ao ensino escolar de acordo com o gênero.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Convenção: - (não existe)

A pesquisadora Carneiro (2005) afirma, baseando-se na pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, que a educação, o emprego e, a cultura e lazer são os três assuntos que mais interessam à juventude rural, com destaque para a educação. A educação possibilita conseguir um emprego/trabalho. Em outra pesquisa, com jovens da cidade de São Paulo, a pesquisadora Nascimento (2002) encontrou preparação pela escola com aprendizagens que o qualifique, sobretudo, para sua formação acadêmica e profissional.

No assentamento, constatou-se também a emergência das expectativas destacadas anteriormente, uma vez que dos sujeitos da amostra, 25 jovens ou 83% (10 mulheres e quinze homens) esperam conseguir um trabalho/emprego/formação profissional.

Diante do exposto, pode-se inferir que nos discursos dos jovens as semelhanças foram destacadas, no entanto, não se pode deixar de mencionar que houve nuances de diferenças, uma vez que uma jovem não respondeu ao que esperava conseguir com o ensino escolar. Esta jovem afirmou que só quer estudar até a 5ª Série do Ensino Fundamental, haja vista que o trabalho ocupa a maior parte do seu tempo.

É importante destacar, nesse momento, que estudar na Escola Agrotécnica Federal de Castanhal (EAFC⁴²) é um sonho almejado por alguns jovens daquele assentamento, pois possuem vontade de concluir o Ensino Médio em uma escola profissionalizante voltada ao ensino agrícola⁴³. Outras profissões também foram citadas, o que pode ser examinado na próxima seção.

2.3.3 Expectativas evocadas quanto ao Trabalho

Quanto à pretensão dos jovens em continuar trabalhando no cultivo, na criação, na coleta de látex, no serviço doméstico e na construção civil, seis jovens (cinco homens e uma mulher) afirmaram que pretendem continuar; outros onze jovens (dez homens e uma mulher) declararam que não querem dar prosseguimento ao trabalho que realizam. Em relação aos jovens que responderam não trabalhar, os mesmos desejam exercer principalmente atividades distintas da agricultura. Então, pode-se apontar que existe uma parcela de jovens no assentamento que vislumbram exercer outras atividades econômicas.

Os jovens que desejam continuar nas mesmas atividades já desenvolvidas destacaram os seguintes motivos: prover o sustento da família, ser difícil conseguir emprego em outro lugar, gostar do serviço que realiza, ser o único trabalho que sabe fazer e não ter outra opção. Os jovens que não desejam continuar nas mesmas atividades mencionaram querer ter recurso financeiro próprio, ter um trabalho melhor, ser um serviço que exige muito esforço físico para o recurso financeiro obtido e por não conseguir retorno financeiro satisfatório.

Enfocando, mais especificadamente, os jovens que exercem atividades produtivas sobre o motivo de trabalhar e o futuro que vêem no serviço que realizam hoje, os resultados possibilitaram apontar que a visão de futuro de alguns jovens (onze jovens: oito homens e três

⁴² A referida escola, criada pelo Decreto Nº 15.149, de 1 de dezembro de 1921 (ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CASTANHAL - EAFC, 2004), localiza-se na Rodovia BR 316, Km 63, Município de Castanhal.

⁴³ Sobre o processo de desenvolvimento do ensino agrícola no Estado do Pará cf. SOUZA, Orlando Nobre Bezerra de. **Ensino agrícola**: do instituído aos novos horizontes profissionais. 1994. 212f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

mulheres) é positiva, outros jovens (seis jovens: cinco homens e uma mulher) possuem visão negativa. Os jovens que possuem visão positiva querem poder obter experiência e assim, poder prover o próprio sustento e o de sua família. A fala a seguir reforça essa visão positiva: “... a família não passa necessidade e dá pra ir se mantendo...” (masculino, 24 anos).

Para os jovens que possuem visão negativa, a atividade agrícola não oferece condições de melhorar de vida, o benefício do trabalho vai para terceiros e o retorno financeiro conseguido não é significativo, ou melhor, o esforço empregado não é compensado pelos bens adquiridos. Um dos sujeitos destacou que o seringal está “*mais para a decadência*”. Vale lembrar que o seringal é a área de trabalho onde a seringueira é cortada para a coleta do látex – no assentamento este recurso vegetal está em processo de escassez.

Então, há visões distintas por parte da juventude que trabalha na atividade agrícola quanto a continuar no mesmo trabalho. Enquanto alguns possuem perspectivas; outros estão desmotivados, pois se deparam com a ausência de recursos vegetais e econômicos.

Com base nos resultados observados, pode-se apontar que a visão daqueles jovens sobre o seu futuro, essencialmente na atividade agrícola, está condicionada ao retorno obtido, ou seja, quando a atividade agrícola não está dando um retorno financeiro desejável para a quantidade de força física empregada, essa condição possibilita que apenas as dificuldades enfrentadas neste serviço sejam visualizadas e, conseqüentemente, acabam por negar a prática agrícola.

A intenção dos sujeitos da amostra em criar bovinos também foi verificada, haja vista que no assentamento já existem agricultores que estão iniciando esta criação e a área é limitada para tal atividade – essa questão é relevante, uma vez que a área produtiva no assentamento não suporta a própria evolução do rebanho.

De um total de trinta jovens, constatou-se, que apenas dois sujeitos do gênero masculino nutrem a expectativa de um dia poder trabalhar com a bovinocultura; um deles por já ter tido experiência nesta atividade produtiva e o outro por avaliar ser um tipo de criação que “... *não dá muita doença*...”. Portanto, pode-se inferir que a criação de bovinos ainda não é uma atividade forte inserida no projeto de vida da maioria daqueles jovens.

O conjunto desses motivos remete a políticas públicas⁴⁴ que valorizem o espaço da vivência juvenil, ou seja, que disponibilizem espaços de cultura e de lazer, entre outros, para que esses jovens possam permanecer no espaço rural por vontade própria e não por falta de

⁴⁴ No sentido dado por Dorneles (apud KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 57), as políticas públicas são “os conjuntos de ações resultantes do processo de institucionalização de demandas coletivas, constituído pela interação Estado - sociedade”.

alternativa. Em outras palavras, motivar a juventude para que possa permanecer no campo com iniciativas que levem em consideração sua condição juvenil é de fundamental relevância para que haja desenvolvimento rural, no sentido enfatizado por Martinho (2005), ou melhor, para o processo de melhoria das condições de vida da população que vive em área rural.

Quanto à profissão que estão seguindo ou desejam seguir, surgiram casos de jovens que não conseguiram visualizar o que almejam profissionalmente, assim como foi possível registrar casos de jovens que desejam atividades ligadas ou distintas da agropecuária. No conjunto das expectativas dos sujeitos da amostra, 24 jovens ou 80% (11 mulheres e 13 homens) almejam atividades distintas da agropecuária, 5 jovens ou 17% (1 mulher e 4 homens) não visualizaram nenhuma profissão e 1 jovem ou 3% (1 mulher) pretende exercer atividade agropecuária, conforme pode ser visualizado no **Quadro 24** e **Figura 32** a seguir. Em outras palavras, a maioria das jovens (85% ou 11 mulheres do total da amostra) pretende exercer uma profissão. A mesma pretensão foi verificada por parte de 13 homens ou 76% do total da amostra. Esses resultados apontam para o mesmo sentido da noção de profissão expressa por Dubar e Tripier (apud ARNAULD DE SARTRE, 2002), uma vez que esses jovens almejam defender interesses (dimensão política), adquirir conhecimento técnico (dimensão econômica) e se identificam com determinada profissão.

Atividades		Frequência de resposta		Total
		Feminino	Masculino	
Atividade distinta da agropecuária	Motorista	-	4	4
	Enfermeira ou Técnica em Enfermagem	3	-	3
	Técnico agrícola ou Agrônomo	-	3	3
	Advogada	2	-	2
	Médica	2	-	2
	Professora	2	-	2
	Eletricista	-	2	2
	Militar	1	-	1
	Administradora	1	-	1
	Comerciante**	-	1	1
	Cabeleireiro	-	1	1
	Técnico (manutenção de computadores)	-	1	1
	Mecânico	-	1	1
Sub-total		11	13	24
Não respondeu/Não sabe		1	4	5
Atividade agropecuária	Agricultora*	1	-	1
Total geral		13	17	30

Quadro 24- Expectativa profissional de acordo com o gênero.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Convenção: - (não existe)

* Além de produzir quer também comercializar os produtos agrícolas em feira.

** Vendedor de mercadoria em taberna própria.

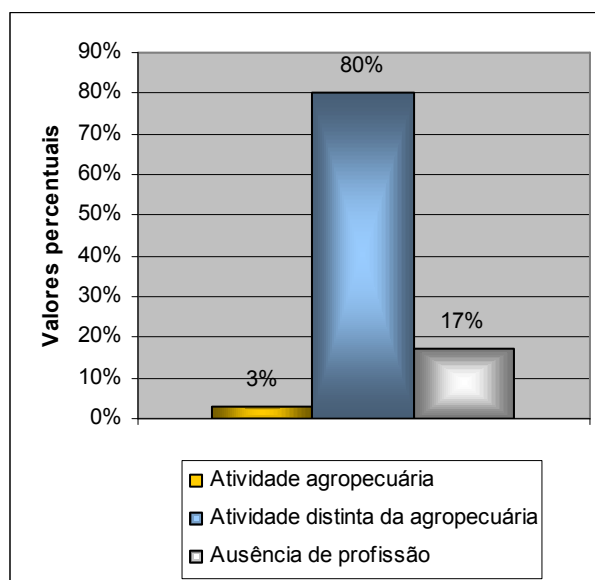


Figura 32- Expectativa profissional dos jovens da amostra

Esses resultados são em parte contrários aos obtidos por Abramovay et al. (1998), pois nos resultados de pesquisa dos referidos autores, vinte homens ou 64,52% de um total de trinta e um, responderam ter seu destino desejado e provável ligado à agricultura. Em relação às jovens, não foi verificado o mesmo destino; das 16 jovens entrevistadas, apenas 4 ou 25% disseram ter seu destino desejado ligado à atividade agrícola.

Neste estudo, a expectativa de estar na condição de agricultora evidencia o interesse por essa atividade, semelhante aos resultados da pesquisa de Sperry (1997) que apontam o desejo e a esperança de jovens entre 11 e 20 anos pela atividade agrícola. Segundo Abramovay et al. (1998), em torno da sucessão profissional, transferência hereditária e aposentadoria, é que se desenvolvem os processos sociais de formação de uma nova geração de agricultores. A sucessão profissional é a passagem da gestão do negócio para a próxima geração; a transferência é a legalidade, por exemplo, da propriedade da terra e a aposentadoria é quando termina o trabalho.

Os resultados obtidos no estudo em foco levam a entender que vir a exercer a atividade agropecuária não está presente nos planos de vida da maioria dos jovens investigados, o que acaba perdendo a naturalidade das vivências e aprendizagens na agricultura. Abramovay et al. (1998), em um estudo realizado sobre a agricultura familiar no sul do país, comentam:

(...) a partir dos anos 70 a agricultura familiar expõe-se a uma dupla ruptura: por um lado, as possibilidades objetivas de formação de novas unidades produtivas encontram-se cada vez mais limitadas, por outro, a idéia de que, na sua grande maioria, os jovens no campo destinavam-se a reproduzir os papéis de seus pais é cada vez menos verdadeira no interior das próprias famílias. É a partir disso que emerge aquilo que podemos chamar de questão sucessória na agricultura: é quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios e pela própria sociedade (1998, p.36).

O estudioso Guigou (1968, p.85), com base em seu estudo nos campos europeus, afirma: “duas séries de causas favorecem essa mutação dos papéis familiares tradicionais: o prolongamento da escolarização e o regime de salário”.

Já nos resultados do estudo de Abramovay et al., (1998), os autores constataram que a falta de partilha das responsabilidades na gestão do imóvel torna-se uma ameaça ao desenvolvimento da unidade produtiva, tendo em vista que impossibilita, para o caso dos jovens, por exemplo, a capacidade inovadora; o que leva, conseqüentemente, a que busquem outros meios de vida.

Em outra pesquisa, Arnauld de Sartre (2002) identificou que, na Região da Transamazônica, a juventude em vez de continuar na agricultura familiar está procurando outras opções de vida.

Neste estudo, com base na expectativa da maioria dos jovens investigados, pode-se dizer que a inserção futura da juventude do assentamento na agricultura familiar fica comprometida, pois há um hiato sócio-cultural entre o seu modo de vida e o que esperam ser profissionalmente. Em outras palavras, para a maioria dos sujeitos da amostra há uma ruptura entre o trabalho exercido diariamente e a profissão almejada.

O surgimento da expectativa de exercer atividade distinta da agropecuária revela a importância para uma parte da juventude do assentamento de perspectivas que possibilitem melhor qualidade de vida. A qualidade de vida, mencionada anteriormente, está no sentido definido pela OMS, a saber: “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (FLECK et al., 2006, p.3).

Rua e Abramovay (2000) encontraram resultados similares, tendo em vista que as pesquisadoras identificaram profissões ligadas, por exemplo, à área da medicina, da administração, da carreira militar, da informática e da engenharia.

Diante do exposto, vale ressaltar que estar ou não na condição de agricultora ou de agricultor diz respeito à oportunidade que aqueles jovens terão em um futuro próximo, assim como o que farão para contemplar suas expectativas. Nessa perspectiva, quando os sujeitos da

amostra que não estudam foram interrogados sobre o que pretendiam fazer para conseguir realizar o desejo de estudar, os jovens responderam primeiramente em trabalhar para depois continuar os estudos, evocaram deixar primeiro os filhos crescerem (quatro jovens que têm filhos), matricular-se na escola, se esforçar e fazer cursos, mas houve também o caso de jovens que ainda não pensaram nesta questão, o que pode ser observado no **Quadro 25** a seguir. As evocações comuns entre mulheres e homens foram as seguintes: trabalhar e depois estudar, deixar primeiro os filhos crescerem e matricular-se na escola.

Plano de ação para continuar os estudos	Frequência de resposta		Total
	Feminino	Masculino	
Trabalhar e depois estudar	2	3	5
Deixar primeiro os filhos crescerem	3	1	4
Matricular-se na escola	1	1	2
Não respondeu/Ainda não pensou	-	2	2
Se esforçar	-	1	1
Fazer cursos	-	1	1
Total	6	9	15

Quadro 25- Plano de ação para continuar os estudos de acordo com os sujeitos da amostra que não estudam.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Convenção: - (não existe)

Os jovens, em sua maioria, são equilibrados, solidários, com metas definidas e esforçados em atingir suas expectativas, porém a condição financeira desfavorável e a condição de maternidade/paternidade levam ao adiamento de seus desejos.

Quanto ao que pretendem fazer para atingir a profissão almejada, querem continuar estudando ou fazer cursos na área desejada, trabalhar e depois continuar os estudos, criar condições de trabalho (alugar uma banca em feira para a venda dos produtos agrícolas), sair do assentamento e aliar-se a um político, além de ausência de caminho visualizado. A unidade de sentido mais apontada nas falas dos jovens foi a seguinte: continuar estudando ou fazer cursos na área desejada, conforme pode ser examinado no **Quadro 26**.

Plano de ação para atingir a atividade almejada	Frequência de resposta		Total
	Feminino	Masculino	
Continuar estudando ou fazer cursos na área desejada	8	8	16
Não respondeu/Ainda não pensou	2	7	9
Trabalhar e depois continuar os estudos	2	-	2
Criar condições de trabalho	1	-	1
Sair do assentamento	-	1	1
Aliar-se a um político	-	1	1
Total	13	17	30

Quadro 26- Plano de ação para atingir a atividade almejada de acordo com o gênero.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Convenção: - (não existe)

2.4 OS SENTIDOS DAS EXPECTATIVAS

Os amores na mente, as flores no chão
a certeza na frente, a história na mão
caminhando e cantando e seguindo a canção
aprendendo e ensinando uma nova lição.

(Pra não dizer que não falei de flores, Geraldo Vandré)

Com o objetivo de compreender os sentidos das expectativas evocadas pelos sujeitos da amostra, foram analisadas subcategorias a partir das categorias elaboradas. No total, quatro categorias e oito subcategorias constituem o eixo temático deste estudo, conforme pode ser observado no **Quadro 27** a seguir.

Triáde temática	Categorias elaboradas	Subcategorias
Família	Realização ou desejo de constituir família por meio de compromisso conjugal com ou sem a presença de filhos	Realização ou desejo de constituir família, ter uma (um) companheira (o) e filhos Desejo de constituir família, não ter uma (um) companheira (o) e ter filhos
Educação	Realização ou desejo de transmitir/transformar valores e regras sociais obtidos na família Educação escolar direcionada para a sua aspiração	Realização ou desejo de transmitir valores e regras sociais Desejo de transformar valores e regras sociais Conseguir trabalho/emprego/formação profissional Adquirir conhecimento
Trabalho	Realização ou desejo profissional	Atividade agropecuária Atividade distinta da agropecuária

Quadro 27- Categorias e subcategorias do eixo temático trabalho-educação-família.

2.4.1 Realização ou desejo de constituir família por meio de compromisso conjugal com ou sem a presença de filhos

Esta categoria significa que jovens do assentamento já constituíram ou desejam constituir família de reprodução. Sendo assim, torna-se importante salientar que a família de reprodução de acordo com Prado (1981) é constituída por um indivíduo com outro e os filhos decorrentes dessa união.

A expectativa dos jovens quanto à família se estruturou em duas subcategorias, a saber: a) realização ou desejo de constituir família, ter uma (um) companheira (o) e filhos e b) desejo de constituir família, não ter uma (um) companheira (o) e ter filhos.

2.4.1.1 Realização ou desejo de constituir família, ter uma (um) companheira (o) e filhos

Esta subcategoria significa que existem jovens do gênero masculino ou feminino vivendo ou com a pretensão de viver com uma outra pessoa e com a presença de filhos. Pode-se mencionar que, uma vez que a família para esses jovens representa, por exemplo, um espaço social, afetivo e educacional e que, tendo como experiência suas vivências na família de origem, torna-se fundamental para esses jovens, em seus planos de vida, reproduzir o mesmo modelo de família vigente. Um modelo que prima pela divisão de responsabilidades do casal na educação dos filhos.

É relevante evidenciar que fica na entrelinha a expectativa de mulheres e homens em cumprir papel de pai ou de mãe, o que possibilita a formação de novas unidades familiares de produção no campo. Portanto, essa subcategoria possui um sentido comum para mulheres e homens, qual seja: reproduzir o modelo de família vigente.

Nos discursos desses jovens, constatou-se que a maioria não consegue visualizar o motivo pelo qual quer assumir compromisso conjugal; os demais mencionaram motivos, tais como ter uma companhia, estabelecer relações afetivas e exprimir sentimentos de bem-estar. O único motivo comum entre mulheres e homens incidiu sobre ter uma companhia. As diferenças de resposta entre o gênero não foram acentuadas, o que pode ser visualizado no **Quadro 28**.

Motivo de compromisso conjugal	Frequência de resposta		Total
	Feminino	Masculino	
Não respondeu / Não sabe	9	8	17
Ter uma companhia	3	5	8
Estabelecer relações afetivas	-	2	2
Exprimir sentimentos de bem-estar	-	1	1
Total	12	16	28

Quadro 28– Motivo de compromisso conjugal de acordo com o gênero.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Convenção: - (não existe)

A subcategoria em questão representa o resultado da unidade de sentido que se destacou nos discursos de jovens com as seguintes características: a) estão na faixa etária de

15 a 18 anos, pertencem ao gênero feminino, estudam no ensino fundamental ou médio ou pararam de estudar no ensino fundamental e estão inseridas em uma família de origem; b) estão na faixa etária de 19 a 21 anos, pertencem ao gênero feminino ou masculino, estudam no ensino fundamental ou médio ou então pararam de estudar no ensino fundamental ou médio e estão inseridos em uma família de origem ou de reprodução e c) estão na faixa etária de 22 a 24 anos, pertencem ao gênero masculino, estudam no ensino médio ou pararam de estudar no ensino fundamental ou ensino médio e estão inseridos em uma família de origem ou de reprodução.

Dentre os jovens com as características citadas anteriormente, a concentração maior desta representatividade incidiu sobre os sujeitos do gênero masculino, que estão na faixa etária de 19 a 24 anos, que estudam no ensino médio ou pararam de estudar no ensino fundamental ou médio e estão inseridos em uma família de origem ou de reprodução.

2.4.1.2 Desejo de constituir família, não ter uma (um) companheira (o) e ter filhos

Esta subcategoria significa que existem jovens, do gênero masculino ou feminino, com a pretensão de viver sem uma (um) companheira (o) e com a presença de filhos. Pode-se dizer que esses jovens nutrem esperanças de reproduzir um modelo de família distinto daquele que viveram em suas histórias de vida até então. Esse “novo modelo de família” inclui apenas uma pessoa na gestão da educação dos filhos e no provimento do sustento da unidade familiar.

Os motivos destacados quanto à expectativa de constituir família sem companheira (o) e com a presença de filhos, considerando os discursos desses jovens, abrangeram uma situação financeira desfavorável e a falta de partilha, isto é, no fato de não se conseguir conviver com outra pessoa. Portanto, tem um sentido de reprodução da unidade familiar com um modelo de família distinto do vigente.

Essa subcategoria representa o resultado da unidade de sentido que se destacou no discurso de jovens com as seguintes características: a) está na faixa etária de 22 a 24 anos, pertence ao gênero masculino, estuda no ensino médio e está inserido em uma família de

origem e b) está na faixa etária de 22 a 24 anos, pertence ao gênero feminino, parou de estudar no ensino médio e está inserida em uma família de origem.

2.4.2 Realização ou desejo de transmitir/transformar valores e regras sociais obtidos na família e educação escolar direcionada para a sua aspiração

Esta categoria significa que jovens do assentamento, de ambos os gêneros, já educam ou desejam educar os filhos a partir dos saberes que receberam de seus pais, bem como esperam receber educação pela escola direcionada para a sua aspiração.

As expectativas dos sujeitos da amostra quanto à educação se constituíram em quatro subcategorias, ou seja, quando se trata da educação obtida por meio da família, identificou-se realização ou desejo de transmitir valores e regras sociais e desejo de transformar valores e regras sociais; quando a educação é adquirida por meio da escola, destacaram-se duas subcategorias, quais sejam: conseguir trabalho/emprego/formação profissional e adquirir conhecimento.

2.4.2.1 Realização ou desejo de transmitir valores e regras sociais

A subcategoria realização ou desejo de transmitir valores e regras sociais significa que os sujeitos da amostra já estão realizando ou têm a pretensão de transmitir valores e regras sociais adquiridos na família de origem. Esses jovens apropriam-se do conhecimento adquirido no seio familiar para, posteriormente, empregá-lo na educação dos filhos. Um conhecimento que está centrado em um padrão cultural que abrange um conjunto de saberes sobre valores e regras. Valores como o respeito, o estabelecimento de uma boa relação com o seu semelhante, o estudo, o trabalho, a religião, além dos conselhos para as escolhas da vida. Em relação às regras, estas estão na direção de comportar-se diante de determinada situação.

Desta forma, uma rede de saberes está sendo construída para a orientação do modo de vida futura.

No discurso desses jovens constatou-se, em sua maioria, que os mesmos querem transmitir valores e regras. Os motivos centram-se em sua própria cultura, ou melhor, no desejo de preservar a tradição da família de origem. Portanto, os jovens transmitem ou querem transmitir valores e regras objetivando dar continuidade aos saberes adquiridos na família de origem.

Essa subcategoria representa o resultado da unidade de sentido que se destacou nos discursos de jovens com as seguintes características: a) estão na faixa etária de 15 a 18 anos, pertencem ao gênero feminino, estudam no ensino fundamental ou pararam de estudar no ensino médio e estão inseridas em uma família de origem ou de reprodução; b) estão na faixa etária de 19 a 21 anos, pertencem ao gênero feminino ou masculino, estudam no ensino fundamental ou médio ou pararam de estudar no ensino fundamental ou médio e estão inseridos em uma família de origem ou de reprodução e, c) estão na faixa etária de 22 a 24 anos, pertencem ao gênero masculino, estudam no ensino médio ou pararam de estudar no ensino fundamental ou médio e estão inseridos em uma família de origem ou de reprodução.

Dos jovens com essas características, a concentração maior desta representatividade incidiu sobre aqueles jovens que estão na faixa etária de 19 a 24 anos e que pertencem ao gênero masculino, assim como sobre aqueles jovens que estão na faixa etária de 15 a 21 anos e que pertencem ao gênero feminino. Ambos os gêneros estudam (no ensino fundamental ou médio) ou pararam de estudar no ensino médio e estão inseridos em uma família de origem ou de reprodução.

2.4.2.2 Desejo de transformar valores e regras sociais

A subcategoria desejo de transformar valores e regras sociais significa que há jovens que têm a pretensão de transformar valores e regras sociais obtidos na família. Para um determinado número de jovens da amostra (um homem e uma mulher), torna-se necessário reelaborar valores e regras sociais na educação dos filhos, uma vez que almejam para os filhos uma educação menos rígida e melhor daquela que receberam de seus pais.

Os motivos da emergência desta subcategoria estão centrados em um padrão cultural distinto daquele que adquiriram em suas histórias de vida até o momento. Desejo de transformar valores e regras sociais possui um sentido de estabelecimento de relações horizontais, em outras palavras, de relações igualitárias entre pais e filhos.

Essa subcategoria representa o resultado da unidade de sentido encontrada nos discursos de jovens com as seguintes características: a) está na faixa etária de 19 a 21 anos, pertence ao gênero masculino, parou de estudar no ensino fundamental e está inserido em uma família de origem e b) está na faixa etária de 22 a 24 anos, pertence ao gênero feminino, parou de estudar no ensino médio e está inserida em uma família de origem.

2.4.2.3 Conseguir trabalho/emprego/formação profissional

Esta subcategoria revelou a expectativa dos sujeitos da amostra quanto à educação escolar. Significa que jovens do assentamento, de ambos os gêneros, querem conseguir um trabalho/emprego/formação profissional, porque faz parte de sua condição juvenil. No passado, o trabalho e o estudo estiveram presentes em suas vidas; no presente continua a ser relevante. Sendo assim, almejam que o trabalho e o estudo também estejam em seus projetos de vida. Vale lembrar que os projetos de vida, segundo Nascimento (2002), são aspirações, desejos de realizações que são vistos como uma forma antecipada de acontecimentos. Esse resultado leva a entender que há jovens no assentamento que desejam estar inseridos no mundo do trabalho, em alguns casos, com uma profissão qualificada.

Esses jovens querem melhorar de vida não apenas no plano econômico, mas também elevar seus estudos e assim poder realizar seus ideais. Nesse aspecto, conseguir um trabalho/emprego/formação profissional por meio da educação escolar tem um sentido que vai além do econômico, em outras palavras, que dá um sentido a própria vida.

Essa subcategoria representa o resultado da unidade de sentido que se destacou no discurso de jovens com as seguintes características: a) estão na faixa etária de 15 a 18 anos, pertencem ao gênero feminino, pararam de estudar no ensino fundamental ou estudam no ensino fundamental ou médio e estão inseridas em uma família de origem ou de reprodução; b) estão na faixa etária de 19 a 21 anos, pertencem ao gênero feminino ou masculino, pararam

de estudar no ensino fundamental ou médio ou estudam no ensino fundamental ou médio e estão inseridos em uma família de origem ou de reprodução e c) estão na faixa etária de 22 a 24 anos, pertencem ao gênero masculino, pararam de estudar no ensino fundamental ou médio ou estudam no ensino fundamental e estão inseridos em uma família de origem.

Dos jovens com as características mencionadas anteriormente, a concentração maior dessa representatividade incidiu sobre jovens do gênero masculino, que estão na faixa etária de 19 a 24 anos, assim como sobre jovens do gênero feminino, que estão na faixa etária de 15 a 21 anos. Ambos os gêneros estudam ou pararam de estudar no ensino fundamental e estão inseridos em uma família de origem.

2.4.2.4 Adquirir conhecimento

Esta subcategoria emergiu trazendo questões que giram ao redor da apreensão de conhecimento, ou seja, aprender a ler e escrever faz revelar mundos até então desconhecidos para jovens de ambos os gêneros. Esses resultados demonstram que o conhecimento adquirido no processo ensino-aprendizado é uma das expectativas recorrentes para uma parcela da juventude do assentamento. Possui um sentido de ser capacitado para atingir objetivos.

Essa subcategoria representa o resultado da unidade de sentido que se destacou nos discursos de jovens com as seguintes características: a) estão na faixa etária de 19 a 24 anos, pertencem ao gênero masculino, pararam de estudar no ensino fundamental e estão inseridos em uma família de origem e b) estão na faixa etária de 19 a 24 anos, pertencem ao gênero feminino, estudam no ensino médio e estão inseridas em uma família de origem.

Dos jovens com as características já mencionadas, a concentração maior dessa representatividade incidiu sobre jovens do gênero masculino ou feminino, que estão na faixa etária de 22 a 24 anos, pararam de estudar no ensino fundamental ou estudam no ensino médio e estão inseridos em uma família de origem.

2.4.3 Realização ou desejo profissional

Esta categoria significa atividades que já estão sendo exercidas pelos jovens ou que o segmento juvenil deseja vir a exercer. De acordo com os resultados obtidos, essa categoria se estruturou em duas subcategorias, a saber: atividade agropecuária e atividade distinta da agropecuária.

2.4.3.1 Atividade agropecuária

Esta subcategoria significa que existe jovem exercendo e com desejo de continuar a desempenhar a atividade de produção vegetal e animal; a mesma pode ser praticada dentro ou fora do assentamento. A partir da experiência que adquiriu no trabalho agropecuário, quer continuar desempenhando práticas agrícolas e assim, garantir o seu próprio sustento e o de sua família.

Uma das jovens mencionou o motivo de querer vender produtos agrícolas por um preço maior do que vende aos marreteiros⁴⁵ e, conseqüentemente obter um dinheiro a mais; quer comercializar pessoalmente os produtos agrícolas e não somente participar do processo de produção. A atividade agropecuária tem um sentido de melhorar sua condição de vida.

Essa subcategoria representa o resultado da unidade de sentido que se destacou no discurso de uma jovem com a seguinte característica: está na faixa etária de 22 a 24 anos, pertence ao gênero feminino, estuda no ensino fundamental e está inserida em uma família de reprodução.

⁴⁵ Agente mercantil intermediário que compra produtos agrícolas de culturas de ciclo curto (mandioca, milho, caupi, etc.), bem como culturas de ciclo muito curto, a exemplo de hortaliças (maxixe, pimentinha, etc.) por um preço baixo para vendê-las por um valor maior.

2.4.3.2 Atividade distinta da agropecuária

A subcategoria atividade distinta da agropecuária significa atividades que os sujeitos da amostra desejam desempenhar, é distinta da produção vegetal e animal, ou seja, a obtenção de renda não depende do fator terra. São atividades que podem ser desenvolvidas fora ou dentro do assentamento e estão inseridas, por exemplo, nas áreas da saúde, da administração, da advocacia, da pedagogia e da engenharia.

Os motivos de escolha dessa subcategoria, comum entre mulheres e homens, reportam a vontade de aprender e ter um serviço leve/fácil (que não exija esforço físico excessivo no desempenho de uma determinada função). Além dos motivos citados anteriormente, surgiram outras razões, somente mencionadas pelos sujeitos do gênero masculino, quais sejam: costume (prática exercida freqüentemente), gostar, geração de renda melhor, conhecer os estados do país, ter futuro, diversão, comunicação por meio da informática e desempenhar a mesma atividade do pai. Os motivos somente encontrados nos discursos das jovens foram: auxílio ao semelhante, interesse a partir de curso realizado, ter atividade de qualidade, identificar-se e por necessidade, conforme o **Quadro 29** a seguir.

Motivos de escolha da profissão	Frequência de resposta		Total
	Feminino	Masculino	
Não respondeu/Não sabe	1	5	6
Vontade de aprender	1	2	3
Auxílio ao semelhante	3	-	3
Costume	-	2	2
Serviço leve/fácil	1	1	2
Interesse a partir de curso realizado	2	-	2
Atividade de qualidade	2	-	2
Gostar	-	1	1
Geração de renda melhor	-	1	1
Conhecer estados do país	-	1	1
Ter futuro	-	1	1
Diversão	-	1	1
Comunicação por meio da informática	-	1	1
Desempenhar a mesma atividade do pai	-	1	1
Identificar-se	1	-	1
Necessidade	1	-	1
Total	12	17	29

Quadro 29- Motivos de escolha da profissão de acordo com o gênero.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Convenção: - (não existe)

Apesar das razões citadas serem diversas, esses motivos abrangem, em sua maioria, aspectos sócio-culturais e econômicos, o que remete a um sentido comum, qual seja: melhoria de suas condições de vida.

Essa subcategoria representa o resultado da unidade de sentido identificada nos discursos de jovens com as seguintes características: a) estão na faixa etária de 15 a 18 anos, pertencem ao gênero feminino, estudam no ensino fundamental ou médio ou pararam de estudar no ensino fundamental e estão inseridas em uma família de origem ou de reprodução; b) está na faixa etária de 15 a 18 anos, pertence ao gênero masculino, parou de estudar no ensino médio e está inserido em uma família de origem; c) estão na faixa etária de 19 a 21 anos, pertencem ao gênero feminino ou masculino, estudam no ensino fundamental ou médio ou pararam de estudar no ensino fundamental ou médio e estão inseridos em uma família de origem ou de reprodução e d) estão na faixa etária de 22 a 24 anos, pertencem ao gênero masculino, estudam no ensino fundamental ou médio ou pararam de estudar no ensino fundamental ou médio e estão inseridos em uma família de origem ou de reprodução.

Dentre os jovens com essas características, a concentração maior desta representatividade incidiu sobre os sujeitos do gênero masculino (na faixa etária de 19 a 24 anos) e sobre as jovens (na faixa etária de 15 a 21 anos). Ambos os gêneros estudam ou pararam de estudar no ensino fundamental ou médio e estão inseridos em uma família de origem ou de reprodução.

Em síntese, a partir da articulação das categorias e subcategorias apresentadas emergiram unidades de sentido comuns no discurso da maioria dos sujeitos da amostra. Baseando-se no grupo etário investigado, a concentração de representatividade incidiu sobre jovens com as seguintes características: estão na faixa etária de 22 a 24 anos, pertencem ao gênero masculino, estudam ou pararam de estudar no ensino médio e estão inseridos em uma família de origem.

Diante do exposto, este capítulo possibilitou compreender a posição que o trabalho, a educação e a família assumem na vida dos jovens do assentamento, bem como seus significados e sentidos. De modo geral, as esperanças daquela juventude se direcionam para a esfera de ações que contemplem suas aspirações.

CAPÍTULO 3 LEIS, PROJETOS, PROGRAMAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES PARA A JUVENTUDE

Andar só e não estar só.
Sonhar o sonho dos ausentes
para reparti-lo na chegada.
Compor a imagem do que não vê
e vislumbrar outros caminhos
Que nos levarão.

Pedro Munhoz

Neste terceiro capítulo, com o objetivo de assinalar temáticas pertinentes à juventude pretende-se apontar, de um modo geral, leis, projetos, programas e políticas públicas que podem auxiliar o processo de produção juvenil, bem como citar ações que envolveram jovens do assentamento Luiz Lopes Sobrinho em prol de suas esperanças.

3.1 LEIS, PROJETOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PERTINENTES À TEMÁTICA JUVENIL

Fica decretado que a maior dor
sempre foi e será sempre
não poder dar-se amor a quem se ama
e saber que é a água
que dá à planta o milagre da flor.

(Os Estatutos do Homem, Thiago de Mello)

No Brasil existem leis, projetos, programas e políticas públicas que estão direcionados, por exemplo, para a área da segurança, da saúde, da educação e do trabalho. A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, nos seus artigos 7, 14, 24, 226 a 230, trata da competência para legislar sobre a juventude. Na referida Constituição, encontra-se o seguinte texto: “compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção à infância e à juventude” (BRASIL, 2005, p.32).

Outra legislação é a Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA dispõe sobre os direitos fundamentais da criança e do adolescente, direitos de que um ser humano necessita, tais como: direito à vida, à convivência familiar, à saúde, à liberdade, à dignidade e ao respeito (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2005).

Existem ainda outras leis e programas que podem ser mencionados, tais como: a Lei Nº 8.680, de 13 de julho de 1993, que institui a Semana Nacional do Jovem e dá outras providências; a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Lei Nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que limita o comércio de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências; a Lei Nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior; a Lei Nº 10.748, de 22 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os jovens – PNPE (BRASIL, 2004) e a Lei Nº 11.129 de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM), o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional da Juventude.

O PROJOVEM, regulamentado pelo Decreto Nº 5.557, de 5 de outubro de 2005 está sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República juntamente com a parceria dos seguintes ministérios: Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Esse programa destina-se a jovens na faixa etária de 18 a 24 anos de idade, que terminaram a 4ª Série do Ensino Fundamental, porém não concluíram a 8ª Série do Ensino Fundamental, bem como não possuem vínculos formais de trabalho. A elevação de escolaridade, a qualificação profissional e o planejamento e execução de ações comunitárias de interesse são os objetivos desse programa (PROJOVEM, 2005).

No que se refere à Secretaria Nacional de Juventude, a mesma visa elaborar, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude, assim como articular, promover e executar programas de cooperação com órgãos, nacionais, internacionais, públicos e privados, direcionados para a efetivação de políticas para o segmento juvenil.

Quanto ao Conselho Nacional de Juventude, esse faz parte da Secretaria-Geral da Presidência da República enquanto órgão colegiado. Entre outros objetivos do Conselho, podem ser citados: assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na elaboração de diretrizes de atuação do Governo Federal e incentivar pesquisas sobre o contexto socioeconômico dos jovens (PROJOVEM, 2005).

Além das leis que foram destacadas há também resoluções, a exemplo da Resolução Nº 339, de 10 de julho de 2003, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador (CODEFAT) que institui linha de crédito especial (PROGER – Jovem empreendedor), no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER – Urbano), bem como da Resolução Nº 12, de 2003, que dispõe sobre a criação do “Parlamento Jovem Brasileiro” no âmbito da Câmara dos Deputados e dá outras providências (BRASIL, 2004).

Projetos e Programas da esfera educacional voltados para a juventude rural

Quanto aos projetos e programas voltados para a juventude que vive no espaço rural há, por exemplo, na esfera educacional, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). O PRONERA, coordenado desde 1998 pelo INCRA, envolve a parceria de instituições federais e estaduais.

Esse programa tem por objetivo fortalecer a educação de jovens e adultos a partir de 18 anos, nos acampamentos⁴⁶ e assentamentos de reforma agrária. No Caso do EJA, o mesmo também visa a alfabetização de jovens e adultos.

Em se tratando da oferta de educação, encontra-se o seguinte texto no artigo 28 da Lei Nº 9.394/96:

na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (CURY, 2002, p.93).

Tendo por base a Lei Nº 9.394/96, a educação básica compõe um dos níveis da educação escolar (o outro nível diz respeito à educação superior), constitui-se pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, bem como abrange a educação de jovens e adultos e integra a educação profissional.

Na Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de abril de 2002, estão as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo a serem levadas em consideração nos projetos das instituições que estão inseridas nos sistemas de ensino. Com base na legislação educacional, essas diretrizes constituem em seu artigo segundo:

um conjunto de princípios e de procedimentos que visam a adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC, 2002, p.37).

A aprovação das Diretrizes Operacionais foi uma conquista das organizações e movimentos sociais, bem como a entrada da educação do campo, em número crescente, na pauta de reivindicação dos movimentos sociais e sindicais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2002).

O debate sobre a educação do campo teve início por ocasião do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (I ENERA) que ocorreu em julho de 1997, em Brasília. Esse encontro foi promovido pelo MST, UNB, UNICEF, UNESCO e CNBB. O

⁴⁶ Os acampamentos dão origem frequentemente aos assentamentos (RUA; ABRAMOVAY, 2000). As autoras acenam que “acampar corresponde à seleção de uma estratégia de ocupação coletiva e organizada, visando à conquista da terra” (2000, p. 257).

aprofundamento da discussão sobre a educação do campo pelas entidades promotoras do I ENERA ocorreu a partir desse evento.

Posteriormente, realizou-se em Luziânia - GO, nos dias 27 a 30 de julho de 1998, a I Conferência Nacional: por uma educação básica do campo (I CNEC). Essa Conferência foi promovida pela CNBB, MST, UNICEF, UNESCO e UNB; possibilitou reflexões, trocas de experiências e mobilizações em prol da educação básica do campo. Era consenso desde aquele momento que essa educação contemplasse, por exemplo, o processo de formação humana, a qualidade e a especificidade para a contemplação das necessidades e dos sonhos das pessoas que trabalham e vivem no espaço rural. Na luta pela educação básica, busca-se integrar as experiências de educação não-formal, ou seja, de caráter popular.

Neste sentido, é relevante destacar que a educação básica é distinta da educação rural. Os estudiosos, Kolling, Nery e Molina (1999, p.44), apontam que a escola no espaço rural possui vários problemas, a saber:

falta de infra-estrutura necessária e de docentes qualificados; falta de apoio a iniciativas de renovação pedagógica; currículo e calendário escolar alheios à realidade do campo; em muitos lugares, atendida por professores/professoras com visão de mundo urbano, ou com visão de agricultura patronal; na maioria da vezes, esses profissionais nunca tiveram uma formação específica para trabalhar com aquela realidade; deslocada das necessidades e das questões do trabalho no campo; alheia a um projeto de desenvolvimento; alienada dos interesses dos camponeses, dos indígenas, dos assalariados do campo, enfim do conjunto dos trabalhadores, das trabalhadoras, de seus movimentos e de suas organizações; estimuladora do abandono do campo por apresentar o urbano como superior, moderno, atraente; e, em muitos casos trabalhando para sua própria destruição, é articuladora do deslocamento dos estudantes para estudar na cidade, especialmente por não organizar alternativas de avanço das séries em escolas do próprio meio rural.

A promoção da educação no espaço rural depende, necessariamente, da visão de educação e prática daqueles que estão na condição de educadores.

Os autores citados anteriormente acrescentam que:

(...) muitos professores/professoras no meio rural costumam fazer parte de um círculo vicioso e perverso: são vítimas de um sistema educacional que desvaloriza o seu trabalho, que coloca o meio rural como uma penalização e não uma escolha, que não viabiliza a sua qualificação profissional, que rebaixa sua auto-estima e sua confiança no futuro; como vítimas, na medida em que realizam um trabalho desinteressado, desqualificado e sem ânimo (1999, p.70).

Na perspectiva de reflexão sobre a educação no espaço rural, a educação do campo amplia essa discussão, pois uma das principais diferenças em relação à educação rural ou para o meio rural baseia-se em quem está elaborando esse projeto. Em outras palavras, em vez de

iniciativas elaboradas e executadas pelo Estado, o que vem acontecendo historicamente, luta-se por um outro projeto político educacional construído pelos sujeitos do campo. Nessa perspectiva, a educação do campo é distinta da educação rural.

A educação do campo caracteriza-se pela construção de um projeto político-pedagógico pelos trabalhadores do campo, por levar em consideração a realidade social desses sujeitos e por dialogar com a teoria pedagógica. De um modo geral, as concepções e os princípios pedagógicos de uma escola do campo envolvem os seguintes elementos: formação de identidade; educação para a liberdade; projeto educativo contextualizado; educação combinada com outros processos como ações políticas, econômicas e culturais; compromisso ético e moral com pessoas humanas que tem, por exemplo, necessidades e desejos; compromisso com a cultura do campo, resgatando seus valores; tomada de decisão pela população no processo de gestão escolar; currículo que atenda a relação com o trabalho na terra; estabelecimento da relação educação e cultura, ou seja, a escola passa a ser um espaço de valorização cultural tanto dos estudantes quanto da comunidade; valorização da história de vida dos sujeitos; qualificação dos educadores e das educadoras para o ensino na escola do campo (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999).

No processo de continuidade da mobilização por uma educação do campo, as entidades promotoras da I CNEC organizaram a II Conferência Nacional: por uma educação do campo (II CNEC). Esse evento foi realizado em Luziânia (GO), no período de 2 a 6 de agosto de 2004. Participaram do II CNEC representantes de movimentos (sociais e sindicais), organizações sociais de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da educação, universidades, ONG's e Centros Familiares de Formação por Alternância, entre outros, totalizando 1.100 participantes. (CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2004).

A partir da II CNEC, o debate em torno da educação do campo vem sendo estabelecido por um conjunto de entidades e interessados no assunto, nos vários estados brasileiros. Para a consolidação e o fortalecimento dessa discussão, realizaram-se, por exemplo, no Estado do Pará, dois seminários no ano de 2005, quais sejam: o I Seminário de Educação do Campo do Nordeste Paraense e o II Seminário Estadual de Educação do Campo.

O I Seminário de Educação do Campo do Nordeste Paraense ocorreu nos dias 21 e 22 de maio, no Município de Castanhal - PA. O evento foi promovido pela UFPa- Campus Universitário de Castanhal, pelo Fórum Estadual de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural e pelo PRONERA. Os encaminhamentos retirados deste evento foram dois, são eles: composição da Comissão de Educação do Campo do Nordeste Paraense, formada pela UFPa- Campus Universitário de Castanhal, MST, FETAGRI e Centro de Educação/UFPa, bem como

foi deliberado que esse grupo de trabalho tem por objetivo a ampliação do número de entidades participantes das atividades em prol da educação do campo.

O II Seminário Estadual de Educação do Campo foi realizado de 11 a 13 de junho de 2005 no Município de Ananindeua - PA. Este evento foi coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e uma série de entidades parceiras. Os eixos centrais desse seminário foram: as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e os Projetos de Educação Profissional.

A programação desse seminário contou, entre outras atividades, com um painel, com duas mesas redondas, com quatro grupos de trabalho (GT's) e com socializações de experiências. O painel foi sobre “Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na Amazônia”; os temas das mesas redondas foram: “Diretrizes para Educação do Campo e Bases para a Construção de uma Política para Educação do Campo” e “Política Estadual de Educação do Campo”; os GT's foram, por exemplo, sobre “Currículo, Identidade e Diversidade” e “Valorização dos Profissionais da Educação” e as socializações de experiências abrangeram os seguintes temas: Educação étnico-racial; Educação e Juventude; Educação e Povos das Águas; Pedagogia da Alternância; Educação e Reforma Agrária; Educação e Infância; Educação e Trabalho no campo; Gênero e Educação e Educação e Povos da Floresta.

Cabe destacar ainda que a educação do campo está estritamente relacionada com a agroecologia. Neste sentido, para um melhor entendimento da importância da agroecologia faz-se necessário mencionar que, de um modo geral, a modernização da agricultura no Brasil possibilitou o aumento de produtividade das culturas⁴⁷ destinadas ao mercado externo, mas por outro lado provocou, entre outros processos, danos ambientais, concentração de terras e desemprego. Essa estratégia de modernização da agricultura passou a ser contestada no País na década de 1970, principalmente pelo surgimento de problemas sociais, ambientais e econômicos.

No Município de Santarém, localizado na Microrregião Oeste do Pará, ocorre um exemplo típico do que ainda acontece como consequência desse processo de modernização em diversas regiões da Amazônia. No referido município, a expansão da monocultura mecanizada de grãos como a soja (*Glicine max* (L.) Merrill) tem provocado problemas sociais, ambientais e econômicos, tais como a expulsão de populações rurais para áreas urbanas, a

⁴⁷ A produtividade das culturas corresponde à produção/área, a exemplo de uma produtividade fictícia de 20 kg/ha.

concentração fundiária, a grilagem de terras, a violência, o desmatamento, a diminuição da diversidade biológica, o desequilíbrio de ecossistemas, entre outros.

A oposição à agricultura moderna desdobrou-se, no âmbito da ciência e tecnologia, na agroecologia (EHLERS, 1999). Para Gliessman (2001, p.54), a agroecologia é uma ciência que “é definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desempenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis”. Já na opinião de Hecht (2002), o termo agroecologia tem vários sentidos e tem por base disciplinas como a antropologia, a economia e a ecologia. Para a autora citada anteriormente, a agroecologia representa “uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção” (HECHT, 2002, p.260).

Diante do exposto, torna-se fundamental que possa haver a apreensão de novos valores pela juventude. Nessa linha de raciocínio, duas experiências que envolveram a participação de jovens foram destacadas, a seguir, como exemplos de trabalhos educativos com a juventude. A primeira experiência ocorre no Rio Grande do Sul e a segunda na Bahia.

De acordo com Cicconetto et al. (2005), a Pastoral da Terra orientou agricultores da região da Serra do Rio Grande do Sul (durante o período de 1970 a 1980) sobre as causas de sua pobreza e exploração, além da realização de práticas que envolviam desde hábitos de higiene e alimentação à diversificação de culturas e formas de comercialização. Atualmente, nesta região, existe um projeto denominado Centro Ecológico. Esse projeto tem como objetivo mostrar a viabilidade técnica e econômica deste tipo de agricultura que está baseada na preservação ambiental e justiça social.

A Pastoral da Terra aliando-se a esse projeto iniciou junto aos agricultores da região um trabalho de difusão da agricultura ecológica, incentivada majoritariamente pelos jovens da pastoral. Desse processo, resultou a valorização da auto-estima dos jovens, possibilitando uma nova forma de se ver ao mesmo tempo como jovem e agricultor ou agricultora. Assim, a estratégia de trabalho adotada para o trabalho educativo com os jovens dessa região foi por meio da agricultura ecológica.

O outro exemplo que leva em consideração à apreensão de novos valores pela juventude encontra-se nas microrregiões do Sisal e Vale do Jacuípe, semi-árido baiano. Nesses locais teve início desde 2004 um projeto denominado “Projeto Juventude e Participação Social (PJPS)”. O projeto envolve jovens na faixa etária de 16 a 29 anos; tem como objetivo organizar a juventude e elaborar políticas públicas setoriais (SOBRINHO, 2005).

Programas da esfera econômica direcionados para a juventude rural e Políticas Públicas almejadas por esse segmento juvenil

Quanto a outros programas voltados para a juventude rural existe, na esfera econômica, o Crédito Fundiário. Esse financiamento está inserido no Plano Nacional de Reforma Agrária e faz parte das políticas de desenvolvimento regional do Governo Federal enquanto mecanismo de promoção do desenvolvimento rural, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Jovem Rural.

O PRONAF Jovem Rural possui um limite de investimento de até 6 mil, inclui as linhas de crédito A, A/C, B, C, D e E, com custeio associado de até 35%, encargos de 1%, prazo de até 10 anos e carência de até 3 anos. Esse crédito está voltado para jovens (homens e mulheres) de 16 a 25 anos que tenham concluído ou que estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio, em centros familiares de formação por alternância ou feito curso de formação profissional de acordo com os requisitos definidos pela Secretaria de Agricultura Familiar - SAF/MDA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, 2006).

O referido crédito somente poderá ser obtido se os pais dos jovens que estão pleiteando esse financiamento tiverem algum tipo de crédito do PRONAF já liberado. É importante destacar que até o momento de finalização deste estudo não houve nenhum financiamento do PRONAF Jovem Rural disponibilizado pelo Banco da Amazônia de Castanhal⁴⁸ aos jovens do assentamento (informação verbal); nem pelo Banco do Brasil de São Francisco do Pará.

No momento, programas de apoio aos jovens do assentamento estudado não estão chegando a atingi-los. Apesar do PRONAF Jovem Rural ser do conhecimento daquela juventude, até a finalização da coleta de dados apenas dois jovens do gênero masculino estavam aptos a acessá-lo, tendo em vista que são formados por uma escola agrícola. Ou seja, existem políticas públicas para a juventude do campo, mas com limitações para seu acesso, sendo necessário de fato estarem voltadas para a melhoria da qualidade de vida de quem vive no espaço rural. Uma das maneiras de se ter políticas públicas mais eficazes está em saber quais são as reivindicações de determinada juventude.

Nesta linha de raciocínio, a juventude do campo à luz de seu protagonismo está iniciando um debate sobre políticas públicas a fim de superar problemas que a aflige mais

⁴⁸ Informação fornecida por Sorlange Sousa, responsável técnico pelos projetos do PRONAF na jurisdição de Castanhal, no Banco da Amazônia de Castanhal em 14 de fevereiro de 2006.

diretamente. No ano de 2003, por exemplo, foram realizados dez seminários regionais apoiados pela CONTAG e pela Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit und Entwicklung (GTZ), Agência de Cooperação Técnica Alemã (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA - CONTAG, 2003).

Os seminários envolveram centenas de jovens de vinte e seis Estados da Federação. Os temas abordados foram referentes à Reforma Agrária; ao Programa “Nossa 1ª Terra” do Crédito Fundiário; à Agricultura Familiar; aos Assalariados e Assalariadas Rurais; a Agroecologia e Meio Ambiente; à Organização da Produção Rural; à Educação do Campo; à Saúde Reprodutiva, DST, AIDS e Combate à Violência no Campo; à Organização das Comissões de Jovens do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e a sua Inserção nas Políticas Públicas. As proposições do movimento sindical foram sintetizadas pelos jovens líderes, representantes das comissões municipais e estaduais, bem como da comissão nacional.

Nos seminários surgiram propostas da juventude para a Reforma Agrária, das quais mencionaram, entre outras, disponibilizar e facilitar o acesso a terra aos jovens, filhos e filhas de agricultores familiares; proporcionar assentamentos de reforma agrária com infraestrutura adequada, tais como moradia digna, estradas, saneamento, eletricidade, recursos hídricos, esporte, lazer e saúde; facilitar o acesso ao crédito; aumentar o valor de financiamento e oferecer assistência técnica permanente.

Em relação às propostas para o Programa “Nossa 1ª Terra” do Crédito Fundiário, foi proposto, por exemplo, que o Governo Federal disponibilize recursos financeiros para esse Programa, em escala nacional, sendo a faixa etária de acesso entre 18 e 32 anos e que se verifique também casos de jovens de 16 anos; que os juros sejam de 2% ao ano, com desconto de 50% sobre o capital; que a comprovação de atividade rural seja de dois anos; que haja orientação durante a obtenção do crédito e capacitação na atividade a ser desenvolvida.

Para a Agricultura Familiar foram apontadas propostas, tais como: garantir a valorização da agricultura familiar; viabilizar mais recursos financeiros para o PRONAF – Estrutura; disponibilizar recursos e acesso ao PRONAF – Agroecologia; formação de redes de negócios da juventude para a comercialização de produtos; garantir assistência técnica permanente de qualidade e gratuita; desenvolver tecnologias voltadas para a produção agrícola; criação de pequenas agroindústrias e selo da agricultura familiar; diversificação de culturas e garantia do trabalho sobre cadeia produtiva.

As propostas para os assalariados e assalariadas rurais foram, dentre outras, o acesso livre à posse da terra pela juventude assalariada rural; capacitação em: direitos trabalhistas, previdenciários, negociação, contratos coletivos de trabalho e equipamentos de trabalho; seguro desemprego na entressafra e ações para a emissão de documentos, a exemplo da carteira de trabalho e Cadastro de Pessoa Física.

Para a agroecologia e meio ambiente, foram mencionadas o desenvolvimento de políticas de crédito para a promoção da agroecologia; incentivo a organização e comercialização de produtos agroecológicos; levantamento de experiências em agroecologia e preservação ambiental com enfoque na participação de jovens e posterior divulgação em cartilhas; reaproveitamento de águas e reciclagem de lixo; incentivo ao reflorestamento; reativação de banco de sementes; campanhas de conscientização para a eliminação de agrotóxicos e promoção da agroecologia na agricultura familiar.

As propostas para a organização da produção rural foram, entre outras, o debate sobre cooperativismo de crédito e seu fortalecimento; a capacitação em organização e comercialização da produção e, gestão da produção e tecnologia, além do incentivo a formação de cooperativas de comercialização de produtos agrícolas.

Para a educação do campo, emergiram propostas de efetivação das diretrizes operacionais para a educação básica do campo; construção de Escolas Famílias Agrícolas (EFA's) e Casas Famílias Rurais (CFR's) em áreas de assentamento e em comunidades rurais; promoção nas escolas do campo de formação sobre agroecologia, preservação ambiental, saúde reprodutiva, DST, AIDS e violência; inclusão das disciplinas associativismo, cooperativismo e meio ambiente no ensino fundamental e o resgate da auto-estima da juventude rural.

Em relação à saúde reprodutiva, DST, AIDS e combate à violência no campo, mencionaram, por exemplo, que o Ministério da Saúde incentive projetos que ampliem a participação da juventude rural em eventos sobre a temática de saúde e violência; que haja o fortalecimento do programa de saúde familiar dentro do município e que tenha a promoção da capacitação de profissionais de saúde em dar palestras aos jovens rurais.

Das sugestões da juventude para a sua inserção nas políticas públicas destacaram-se: a valorização da medicina alternativa, da cultura popular, da educação do campo, do esporte e do lazer no espaço rural; a promoção da valorização da juventude trabalhadora rural e a valorização de seu trabalho e a capacitação de jovens em políticas públicas.

Considerando as propostas mencionadas pela juventude rural, aquele segmento juvenil reivindica direitos que possibilitem uma melhor qualidade de vida no campo, no

sentido de se ter condições favoráveis à obtenção de terra, habitação, saúde, educação, lazer, cultura e tantas outras necessidades. Como bem aponta Spósito (apud SILVA, 2002), nos segmentos juvenis surgem necessidades que se voltam tanto para projetos futuros quanto cada vez mais para o momento presente. A seguir, apontam-se iniciativas que envolveram jovens do assentamento Luiz Lopes Sobrinho em processo de formação educacional.

3.2 AÇÕES QUE ENVOLVERAM JOVENS DO ASSENTAMENTO

A mão que pega no lápis e
desenha o pensamento é
a mesma mão que semeia
um novo assentamento.

(Terra em movimento, Gilvan Santos)

Na perspectiva de incentivo à permanência da juventude no espaço rural, identificou-se o envolvimento de jovens do assentamento Luiz Lopes Sobrinho em uma discussão sobre propostas de serviços ambientais, por meio da formação de um pré-pólo do PROAMBIENTE. Esse pré-pólo envolveu noventa jovens dos Municípios de Maracanã, Igarapé-Açu e São Francisco do Pará.

O PROAMBIENTE é um programa de estímulo ao uso sustentável dos recursos naturais; prioriza o emprego de sistemas de produção que incorporem tecnologias que minimizem os impactos ambientais; o preparo de roças sem o uso do fogo e, a recuperação e utilização de áreas alteradas/degradadas com implantação de sistemas alternativos de uso da terra.

Seu processo histórico teve início no ano de 2000, por ocasião do Grito da Amazônia. A idéia surgiu das Federações dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura dos Estados da Amazônia Legal (FETAG's da Amazônia). O processo de fortalecimento desse programa ocorreu nesse mesmo ano, por meio de parcerias entre as FETAG's da Amazônia e entidades interessadas nessa discussão (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL - PROAMBIENTE, 2003).

Nos anos de 2001 a 2003 várias atividades foram realizadas, tais como: as FETAG's da Amazônia estabeleceram parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e com a Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), o que culminou com a criação do PROAMBIENTE; houve uma oficina para esclarecimentos do programa em escala regional; propostas para o programa foram elaboradas; foi criada a Secretaria Executiva do PROAMBIENTE; convênios foram celebrados e executados; aconteceram encontros, entre eles, “Agricultura Familiar e Extrativismo”, “Pesca Artesanal”, “Indígena” e da “Sociedade Civil”; o Grupo de Trabalho Interministerial do PROAMBIENTE ampliou-se; a proposta do programa foi entregue ao Governo Federal; o PROAMBIENTE foi inserido como um programa da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do MMA no Plano Pluri Anual (PPA) 2004-2007. Por fim, esse programa está incluído no MDA.

Retomando a discussão da formação de um pré-pólo do PROAMBIENTE, pode-se dizer que a construção do pré-pólo foi uma iniciativa dos próprios atores locais para terem acesso a essa política. O grupo (formado por agricultores familiares dos Municípios de Maracanã, Igarapé-Açu e São Francisco do Pará) realizou várias atividades de mobilização, tais como: articulações com associações, sindicatos e cooperativas dos agricultores familiares dos municípios citados, além de contatos com os seguintes órgãos: Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI -PA), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Banco da Amazônia e Instituto Agroecológico da Amazônia (IAAM), no sentido de obter apoio para a formação e consolidação de um pólo do PROAMBIENTE (informação verbal)⁴⁹.

Outras atividades também foram cumpridas, a exemplo de três cursos de capacitação para os futuros agentes de desenvolvimento rural. O primeiro curso foi para esclarecimentos sobre o PROAMBIENTE; o segundo sobre o uso de agrotóxicos (inseticidas, fungicidas e herbicidas) e o terceiro sobre a agroecologia. O propósito desses cursos era de mostrar a diferença da prática da agricultura moderna para uma agricultura que respeite a natureza.

Em conversa informal com um jovem de 17 anos de idade que vive no assentamento Luiz Lopes Sobrinho, o mesmo relatou que o conhecimento proporcionado pelos cursos, no que se refere ao conteúdo ministrado, é diferente das práticas agrícolas que

⁴⁹ Informação fornecida por Tonildes Ataíde, na época coordenador do pré-pólo, no dia 25 de agosto de 2005 no Município de Igarapé-Açu.

seus pais o ensinaram – o jovem quer continuar desenvolvendo as mesmas atividades agrícolas que seu pai e outras pessoas do assentamento realizam, no entanto quer melhorar a maneira de obter os produtos agrícolas. Outro jovem (25 anos de idade) relatou ter vontade de aprender mais sobre a agroecologia.

Essas expectativas são semelhantes aos resultados de pesquisa desenvolvida por Abramovay et al. (1998), uma vez que 45,16% dos jovens do gênero masculino que foram entrevistados nutriam a esperança de continuar com as mesmas explorações praticadas por seus pais, porém melhorariam a tecnologia e o gerenciamento.

No momento, o processo de efetivação desse pré-pólo está paralisado, tendo em vista alguns fatores, dentre eles, a falta de recurso financeiro alegada pelo Governo Federal para a criação de outros pólos.

Outra atividade de relevância, diz respeito à atividade realizada pela Assessoria Técnica Social e Ambiental – ATES junto com os professores do assentamento. Vale lembrar que a ATES corresponde à equipe do INCRA que presta serviço de orientação técnica aos assentados.

Essa atividade foi desenvolvida no dia 26 de novembro de 2005 junto a crianças, jovens e adultos, por meio de um seminário⁵⁰. A preservação do meio ambiente foi o tema central desse evento, uma vez que no assentamento está ocorrendo processo de desmatamento de uma área de 600 ha de vegetação primária. A referida área é considerada a maior do Nordeste Paraense; a segunda maior possui 200 ha e localiza-se no Município de Capitão Poço.

Para a maioria dos assentados, a mata “é vista como fonte para a exploração de madeira, ou até mesmo para o desmatamento direcionado para a criação de gado ou para a abertura de roçados” (MELO; VIGÁRIO JÚNIOR, 2003, p.10). Enfoca-se essa questão, haja vista que existem jovens no assentamento que também estão retirando esse recurso vegetal. Então, quando há ações que podem gerar novas perspectivas de educação no assentamento, torna-se importante que sejam registradas.

Vale destacar que a ATES levou para o local do seminário mudas de espécies frutíferas, essências florestais e medicinais com o objetivo de que os participantes tomassem conhecimento das espécies e de que fossem plantadas próximas a um recurso hídrico (ver **Figura 33**).

⁵⁰ Parte desta elaboração foi apresentada aos participantes desse seminário.



Figura 33- Açude existente no assentamento Luiz Lopes Sobrinho (Oliveira, 2006)

Em um estudo realizado por Melo e Vigário Júnior (2003) sobre as potencialidades e perspectivas da implementação do ecoturismo no assentamento, os autores explanam que a existência de potenciais naturais, tais como: nascentes, igarapés, açudes e mata primária; a infra-estrutura; a organização da comunidade em associações e cooperativas e suas tradições possibilitam a prática de atividades do ecoturismo. O ecoturismo, ramo do turismo sustentável, é atividade que propicia desenvolvimento, geração de renda às comunidades, bem como, reforça a cultura local e gera consciência ambiental por parte dos habitantes.

Nesse aspecto, pode ser trabalhada uma nova possibilidade de atuação no estabelecimento agrícola, que leve em consideração não somente a questão econômica, mas essencialmente os valores que os jovens estão assimilando, em um contínuo processo de aprendizagem.

O referido seminário deu início a ações conjuntas entre os profissionais que atuam na área, configurando-se em perspectivas de formação de uma rede de apoio à juventude do assentamento. Ou seja, assim como teve essa ação conjunta da ATES e dos professores, outras iniciativas poderiam ser realizadas envolvendo outros profissionais (da área de saúde, por exemplo), formando e fortalecendo uma rede de apoio educacional aos jovens.

Portanto, a efetivação de um programa como o PROAMBIENTE e as ações conjuntas de profissionais que atuam no espaço rural servem de ferramenta na construção de novos valores pela juventude. Outra ferramenta é a política pública que envolve

concomitantemente a família, a escola e o trabalho, pois são centrais para resgatar a valorização da mulher e do homem do campo, para o uso de práticas agrícolas que degradem menos o solo, enfim para possibilitar a auto-estima dos jovens que vivem no espaço rural.

Em síntese, a juventude do assentamento está ávida por apreender, por conhecer e (fazendo uso da expressão de Freire) ansiosa por *ser mais*, por um *quefazer educativo*. Diante do exposto, a seguir, destacam-se as aproximações conclusivas deste estudo.

APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

O trabalho, a educação e a família fazem parte dos projetos de vida da juventude. De um modo geral, esses projetos direcionam um modo de viver. Neste sentido, os jovens do assentamento Luiz Lopes Sobrinho, localizado no Município de São Francisco do Pará, também almejam trilhar caminhos que passam pelo cruzamento do eixo trabalho-educação-família.

Nesta perspectiva, diante do problema de pesquisa, qual seja: quais as expectativas de jovens que vivem no assentamento Luiz Lopes Sobrinho quanto ao trabalho, à educação e à família? e no intuito de compreender essas expectativas a partir do contexto sócio-cultural e econômico que determinam as condições de existência dessa juventude, constatou-se que os jovens do assentamento que estão na faixa etária de 15 a 24 anos apresentam, de uma maneira geral, as seguintes características: a) são originados da Mesorregião do Nordeste Paraense; b) no momento existe uma concentração maior de jovens do gênero masculino; c) os jovens do gênero feminino e masculino possuem distintas concepções sobre juventude, trabalho, educação e família; d) a juventude encontra-se inserida, em sua maioria, em uma família de origem (família de seus pais); e) a renda familiar variou entre menos de 1 salário a 11 salários mínimos mensais; f) a maioria desses jovens não tem compromisso conjugal e filhos e g) a juventude do assentamento possui sua vida centrada em torno dos grupos familiar, religioso e de amigos, bem como do trabalho, do estudo e do lazer.

Essa caracterização é própria da condição material de existência juvenil no assentamento, o que remete a uma segunda inferência, a saber: a juventude do assentamento almeja, significativamente, atividades distintas da agropecuária, no sentido de melhoria das condições de vida; deseja transmitir valores e regras sociais, objetivando dar continuidade aos saberes adquiridos na família de origem, espera conseguir um trabalho/emprego/formação profissional, buscando um sentido a própria existência, bem como quer constituir família, ter uma (um) companheira (o) e filhos para reproduzir o modelo de família vigente. Essas esperanças, em seu conjunto, reportam para a esfera de políticas que possibilitem desenvolvimento rural.

Por fim, uma terceira inferência, qual seja: a ação conjunta da Assistência Técnica Social e Ambiental e dos professores e o pré-pólo do PROAMBIENTE foram iniciativas que

auxiliaram jovens do assentamento na direção de suas expectativas; os primeiros no sentido da formação educacional e o último na interação trabalho-educação-família.

Diante desses resultados, faz-se necessário dizer que os discursos dos jovens remetem às políticas de desenvolvimento na perspectiva de integração de eixos temáticos, a exemplo do eixo trabalho-educação-família, bem como de outras dimensões que estão articuladas e que fazem parte do projeto de vida de jovens que vivem em assentamento de reforma agrária.

Essa interação é a chave para que a juventude possa estar no campo por escolha própria, uma vez que com essa perspectiva há maior possibilidade de se ter qualidade de vida e, fundamentalmente de contemplação de suas expectativas.

Neste sentido, esta elaboração foi plena de apreensão de conhecimento ao longo de todo o percurso deste trabalho, uma vez que possibilitou, sobretudo, compreender que a juventude é construída socialmente; que em cada contexto sócio-cultural, político e econômico há a produção de uma juventude que expressa expectativas diversificadas; que os jovens podem atuar enquanto protagonistas de seu tempo; que o espaço rural sempre esteve em construção e que em especial, a juventude do assentamento Luiz Lopes Sobrinho quer construir um modo de vida que possa aliar os saberes obtidos na família de origem com outros conhecimentos adquiridos por meio de suas relações com o mundo em seu entorno.

Sendo assim, lutar para aproximar as aspirações da juventude de sua realidade é assegurar que haja processo de desenvolvimento rural, no sentido dado por Martinho, ou seja, de melhoria das condições de vida em diversas dimensões (social, econômica, cultural e política, entre outras). Então, saber sobre as especificidades da juventude é relevante para se ter políticas de desenvolvimento mais eficazes.

Diante do exposto, espera-se que este estudo proporcione a profissionais, a atores sociais, bem como a entidades governamentais e não governamentais, informações, reflexões e estímulos a debates a fim de se pensar em ações que conduzam a formulação e implementação de políticas públicas condizentes com todas aquelas pessoas que constroem suas identidades no espaço rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p.37-72.

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. 447p.

ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virginia de; SPOSITO, Marília Pontes (Org.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.136p.

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998. 104p.

ALMEIDA, Arlete Silva de Almeida. **Dinâmica da paisagem e ecologia de florestas primárias remanescentes e sucessionais do Município de São Francisco do Pará**. 2000. 100f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, Belém, 2000.

ARNAULD DE SARTRE, Xavier. **Entre condição de agricultor e profissão: reproduções e construções sociais de jovens agricultores numa frente pioneira amazônica**. 2002. Disponível em: <http://halshs.ccsd.cnrs.fr/docs/oo/o3/24/19/pdf/X_Arnauld_ALASRU.pdf> Acesso em: 7 jun. 2006.

BADOUIN, Robert. **Economie et aménagement de l'espace rural**. Paris: Universitaires de France, 1979. 235p.

BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MARTINEZ, Francesc. **Introdução à Estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2004. 255p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 116p. (Coleção Primeiros Passos, 20).

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a juventude. **Relatório Preliminar**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004. 160 p. (Série Ação Parlamentar; n. 256).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 37 ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2005. 432p. (Coleção Saraiva de legislação).

BUSTOS, Roberto. **Identidad territorio – desarrollo local**. Belém, 19 out. 2005. Palestra.

CACCIA-BAVA, Augusto; COSTA, Dora Isabel Paiva da. O lugar dos jovens na história brasileira. In: CACCIA-BAVA, Augusto; PAMPOLS, Carlos Feixa; CANGAS, Yanko Gonzáles (Org.). **Jovens na América Latina**. Tradução Augusto Caccia-Bava, São Paulo: Escrituras; CEBRIJ, 2004. cap.2, p. 63 - 114.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. 1999. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0621.pdf>> Acesso em: 6 dez. 2004.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 243-261.

_____. **O ideal rurbano**: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. 1998. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/download>> Acesso em: 7 jun. 2006.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil**. 13ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1995. 224p.

CICCONETTO, Celso et al. Juventude e Agricultura Ecológica no Rio Grande do Sul. **Agriculturas: experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 6-9, abr. 2005.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA - CONTAG. **Carta Proposta da Juventude do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. 2003. Disponível em: <http://www.contag.org.br/carta_ju.htm>. Acesso em: 3 mar. 2005.

CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Luziânia: [s.n.], n. 2, 2004. 15p.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 117p.

DAVIS, Allison. A socialização e a personalidade juvenil. In: BRITO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da juventude, II: por uma sociologia diferencial**. Tradução Esperança Lourdes de Franco Netto. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. cap. 3, p.29-51. Tradução de: Forty-Third Year Book of the NSSE, Part I: Adolescence.

DE LUCA, Mônica Maria Barbosa Leiva. **Histórias de identidade num assentamento rural**. 2002. Disponível em: <<http://www.bibli.fae.unicamp.br/etd/AR02.pdf>> Acesso em: 14 nov. 2005.

DIAS, José Francisco Silva. **O envelhecimento no contexto nacional**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/antartica/palestra%206.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2006.

DOIMO, Ana Maria. Movimento Social: a crise de um conceito. In: _____. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação**. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1995. cap. 1, p. 37-50.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2 ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. 157p.

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CASTANHAL - EAFC. **Histórico**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.eafc-pa.gov.br/histórico.htm>> Acesso em 4 nov. 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 789p.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Pará e seus municípios**. Belém: [s.n.], 2003. p. 634-635.

FLECK et al. **Aplicação da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL-100)**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 24 mar. 2006.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. 2003. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br>> Acesso em: 2 mar. 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 150p.

_____. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 93p.

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

GARCIA JR., Afrânio Raul. **O sul-caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, 1989. 285p.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002. cap. 3, p. 64-89. Tradução de: Qualitative Researching with Text, Image and Sound: a Practical Handbook.

GEERTZ, Clifford. “Ethos”, Visão do Mundo e a Análise de Símbolos Sagrados. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. cap.5, p. 93-103.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade da UFRGS, 2001. 653p.

GOIS, Antônio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 dez. 2004. Folha Cotidiano, Caderno 1. p.1.

GOVERNO DO PARÁ. Coordenadoria de Comunicação Social do Governo. **Município de São Francisco do Pará**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br/conhecaopara/saofrancisco.asp>> Acesso em: 4 mai. 2004.

GUIGOU, Jacques. Problemas de uma sociologia da juventude rural. In: BRITO, Sulamita de. **Sociologia da juventude, II: por uma sociologia diferencial**. Tradução Narciso José de Melo Teixeira e Luís Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968. p.74. Tradução de: Approche sociologique des jeunes ruraux.

HECHT, Susana B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. p. 21-51.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/censo2000/default.shtm?c=1>>. Acesso em: 27 mar. 2006.

_____. **Tendências Demográficas**. 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/tendência-demografica/tabela17.shtm>>. Acesso em: 6 jul. 2006.

IIDAC; UNICEF. Políticas Públicas e Adolescência. **E você?**, Curitiba, nov. 2002. p.4.

JERSILD, Arthur Thomas. **Psicologia da adolescência**. Tradução José Severo de Camargo Pereira. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1967. 590p.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Ir.; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação básica do campo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. 98p.

LAMARCHE, Hughes (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. Tradução de: L'agriculture familiale.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 15 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 117p.

LEITE, Sérgio et al. (Coord.). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/NEAD; São Paulo: UNESP, 2004. 392 p. (Estudos NEAD; n.6).

LEVIN, Jack. **Estatística aplicada a Ciências Humanas**. 2 ed. Tradução Sérgio Francisco Costa. São Paulo: HARBRA, 1987. 392p. Tradução de: Elementary Statistics in Social Research.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, M. E. D. A. Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In:_____. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. cap. 2, p. 11-24.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. 2. ed. Goiânia: AB, 1998.

MARTINHO, Vitor João Pereira. **Reflexões sobre o desenvolvimento rural nacional**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millennium/19spec10.htm>> Acesso em: 19 jan. de 2005.

MELO, Acácio Tarciso Moreira; VIGÁRIO JÚNIOR, Álvaro Bernardes. **Estudo das possibilidades e perspectivas da implementação do ecoturismo no assentamento Luis Lopes Sobrinho em São Francisco do Pará**. 2003. 77f. Monografia (Especialização em Ecoturismo) – Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Primeira Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária-PNERA**. 2006. Disponível em: <http://www.Inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news05_12.htm>. Acesso em: 12 jul. 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**: resolução CNE/CEB Nº 1. Brasília: SECAD, 2002. 42p.

_____. O programa e missão. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/secie/estrut/serv/programa/default.asp>> Acesso em: 5 dez. 2005.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente; CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069/1990)**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.mj.gov.Br/sedh/conanda/index.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Condições do Crédito Rural do Pronaf**: modalidades e grupos. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0807810152.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2006.

_____. Secretaria da Agricultura Familiar. Grupo de Trabalho ATER. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**: versal final. Brasília: [s.n.], 2004. 25p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Bolsa Família**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/bolsafamilia01.asp>> Acesso em: 5 dez. 2005.

MOURÃO, Patrícia de Lucena. Os impactos dos projetos financiados pelo FNO - Especial nos sistemas de produção familiar no estado do Pará. In: TURA, Leticia Rangel; COSTA, Francisco de Assis (Org.). **Campesinato e Estado na Amazônia**: impactos do FNO no Pará. Brasília: Brasília Jurídica; FASE, 2000. 382p.

NASCIMENTO, Ivany Pinto. **As representações sociais do projeto de vida dos adolescentes**: um estudo psicossocial. 2002. 209f. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação”: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.188-232.

NEVES, Delma Pessanha. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4. 2001, Belém. **Mesa Redonda**....Belém, 2001. 21p.

_____. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista Reforma Agrária**. [S.I.], v. 25, n. 2 e 3, p.21-36, maio/dez. 1995.

NOVAES, Regina R. **Juventude e participação social**: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virginia de; SPOSITO, Marilia Pontes (Org.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000. cap. 2, p. 41-69.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 10 ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2004. 124p. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

PÂMPOLS, Carlos Feixa. A construção histórica da juventude. In: CACCIA-BAVA, Augusto; PÂMPOLS, Carlos Feixa; CANGAS, Yanko Gonzáles (Orgs.). **Jovens na América Latina**. Tradução Augusto Caccia-Bava. São Paulo: Escrituras; CEBRIJ, 2004. Cap.5, p. 257 - 327.

PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos, 50).

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL - PROAMBIENTE. **Proposta definitiva da sociedade civil organizada entregue ao Governo Federal**. [S.l: s.n.], 2003. 32p.

PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM. **O Programa**. 2005. Disponível em: <<http://www.projovem.gov.br/html/programa.html>>. Acesso em: 7 jun. 2006.

PROGRAMA PARA PREVENÇÃO E ELIMINAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI. **O que é o PETI**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.peti.gov.br>>. Acesso em: 5 dez. 2005.

PROJETO JUVENTUDE. Instituto Cidadania. **Documento de conclusão**: versão inicial para discussão, complementação e ajustes. São Paulo, 2004. 120 p.

PROTESTO, DIVERSÃO e CIDADANIA. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.livropronto.com.br/livro/pdf/HipHop.pdf>> Acesso em: 3 jan. 2006.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irmã; HOLANDA, Fernanda Rosa Borges de. **A criança e o adolescente no mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, Amais, 1996. (Série Banco de Dados, 4).

RODRIGUES, Maria Socorro Pereira; LEOPARDI, Maria Tereza. **O método de análise de conteúdo**: uma versão para enfermeiros. Fortaleza: Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, 1999. 118 p.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painelas”?**: as relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000. 347p.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: SESSÃO TEMÁTICA, 17. Migrações internas: a necessidade de novos paradigmas. **Anais...** São Paulo, 1992. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/T92V0A07.PDF>> Acesso em: 21 fev. 2005.

SANTOS, Joel Rufino dos. Educação e cultura: juntas ou separadas. In: ALMEIDA, Cândido José Mendes de; ZYLBERSTAJN, José Leon; SOUSA, Madalena Mendes de Almeida; DIREITO, Paulo Roberto (Org.). **Cultura brasileira ao vivo**: cultura e dicotomia. Rio de Janeiro: Imago, 2001. cap. 15, p. 139-147.

SCHMIDT, Benício Viero; MARINHO, Danilo Nolasco C.; ROSA, Sueli L. Couto (Org.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 306 p.

SILVA, Ana Lúcia Ribeiro da. Confira os grupos do Pronaf e veja em qual deles você pode entrar. **Jornal da Agricultura Familiar**. Brasília: MDA, 2004. p.5

SILVA, Lúcia Isabel da Conceição; VIANA, Rosely Risuenho. **Juventude Brasileira: participação, esferas e políticas públicas**. Belém: [s.n.], 2005. 67p. (Relatório Final - Região Metropolitana de Belém).

SILVA, Lúcia Izabel. **Juventude e democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Belém, 29 nov. 2005. Palestra.

SILVA, Vanda. **Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência**. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v22n57/12005.pdf>> Acesso em: 3 jan. 2006.

SILVESTRO, M. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/MDA, 2001. 120 p.

SILVESTRO, Milton Luiz; CORTINA, Nelson. Desenvolvimento rural sem jovens?. **Agropecuária Catarinense**, v.11, n.4, p. 5-8, dez.1998.

SOBRINHO, Emanuel Mendonça. Juventude e fortalecimento da agricultura familiar no semi-árido da Bahia. **Agriculturas: experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.27-29, abr. 2005.

SOUSA, R. da P. **Granja Marathon: a luta pela terra e a organização do trabalho em um assentamento rural no nordeste do Pará**. 2002. 121f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

SOUZA, Maria Luiza de. A comunidade – componente conceitual do DC. In: _____. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1993. cap. 4, p. 59-78.

SOUZA, Orlando Nobre Bezerra de. **Ensino agrícola: do instituído aos novos horizontes profissionais**. 1994. 212f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

SPERRY, Suzana. **Os filhos, um futuro além do agricultor: facilidade dos jovens para comunicar inovações ao grupo**. Planaltina: EMBRAPA - CPAC, 1997. 25p. (Documentos, 64).

TORRES, Vera Lúcia Scaramuzzini. Velhice: dentro e fora do mundo do trabalho. IN: COUTO, Rosa Carmina; DE CASTRO, Edna Ramos; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Saúde, Trabalho e Meio Ambiente: Políticas Públicas na Amazônia**. Belém: NAEA, 2002. p. 221-235.

VARELLA, Marcelo Dias. **Introdução ao direito à reforma agrária**: o direito face aos novos conflitos sociais. [S.l.: s.n., s.d].

VIEIRA, Maria de Nazareth Figueiredo et al. Introdução à conservação do solo. In: _____. **Levantamento e conservação do solo**. 2 ed. Belém: FCAP. Serviço de Documentação e Informação, 2000. cap. 3, p. 130-141.


ZAGURY, Tânia. **O adolescente por ele mesmo**. 14 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 272p.

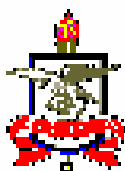
APÊNDICES

APÊNDICE A - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO 2004-2006

ATIVIDADES	Período (2004)									
	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Aquisição de créditos										
Elaboração do projeto de pesquisa										
Revisão Bibliográfica										
Contato com público alvo no assentamento Luiz Lopes Sobrinho										
Início da coleta de dados										
ATIVIDADES	Período (2005)									
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set - Nov	Dez
Aquisição de créditos										
Elaboração do projeto de pesquisa										
Revisão Bibliográfica										
Coleta de informações										
Apresentação da Qualificação										
Tratamento, análise e interpretação dos dados coletados										
Elaboração da dissertação										
ATIVIDADES	Período (2006)									
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	
Coleta de informações										
Análise, interpretação e ajustes de dados coletados										
Apresentação da dissertação										

Convenção:

 Atividade realizada



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS**

APÊNDICE B – FORMULÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO DE JOVENS DO ASSENTAMENTO LUIZ LOPES SOBRINHO

Formulário N°:	Data: / /
Entrevistador (a):	
Endereço do entrevistado:	
Início da entrevista:	Término da entrevista:
Duração da entrevista:	

- 1) Qual o seu nome? _____
- 2) Você tem apelido? Qual? _____
- 3) Quantos anos você tem? _____
- 4) Onde você nasceu? _____

6) Você estuda? Por quê?

7) Caso não estude: você pretende estudar algum dia? Por quê?

8) Caso estude: faz que série? Onde fica a escola que estuda?

9) Para você é difícil ou não estudar? Por quê?

10) Que atividades costuma fazer na companhia de sua família? (Tipo: passeio, reza...)

11) Atualmente você trabalha? Por quê?

12) Caso trabalhe: que tipo de trabalho realiza? Onde fica?

13) Como você aprendeu o trabalho que desenvolve hoje?

14) Com quem você mais aprendeu o trabalho que realiza hoje?

15) Atualmente você trabalha junto com os seus pais? Numa mesma área?

16- Renda agrícola de culturas consorciadas ou não, pomar, horta, extrativismo, lenha etc. do ano de 2004

Especificação	área	atividade	Contratação de mão de obra e Pagamento de serviços	Consumo intermediário (adubo, óleo diesel, sementes, agrotóxicos, lubrificante)		Capital fixo (máquina, trituradeira, debulhadeira, ferramenta, km de cerca, instalações)		
				Qde	valor de compra	Qde	Valor de compra ou custo de instalação	Idade
		Preparo de área						
		Plantio						
		Tratos culturais						
		Colheita						
		Beneficiamento						
		Comercialização						
						Qde	Valor de compra ou custo de instalação	Idade
		Preparo de área						
		Plantio						
		Tratos culturais						
		Colheita						
		Beneficiamento						
		Comercialização						
						Qde	Valor de compra ou custo de instalação	Idade
		Preparo de área						
		Plantio						
		Tratos culturais						
		Colheita						
		Beneficiamento						
		Comercialização						

17- Renda da criação:

Criação	Nº de animais	Valor unitário (verificar quantos quilos e depois valorizar)	Compra de medicamentos	Valor unitário	Instalações (cerca, curral...)	Custo de instalação	Idade

18- Para culturas, extrativismo e criações:

Cultura ou criação	Quantidade produzida em Kg, Sc ou unidade	Quantidade consumida	Quantidade vendida	Valor unitário (R\$)

19- De quem veio a idéia de criar boi? Por que está criando?

20- Renda extra:

Renda extra	Valor (R\$)
Aposentadoria	
Pensão	
Bolsa-escola	
Aluguel de terra	
Venda de mão-de-obra	
Aluguel de implementos	
Outros	

21) O que você costuma comprar por mês com o dinheiro que ganha?

22) Você ajuda ou não na despesa? Quanto por mês?

23) Caso não trabalhe: você pretende trabalhar algum dia? Por quê? Em que gostaria de trabalhar?

24) Ajuda seus pais ou companheiro (a) em quê?

25) Existe algum outro tipo de trabalho que você realiza? Qual? Onde Fica?

26) O trabalho, ajuda aos pais ou ao companheiro que você realiza é difícil ou não? Por quê?

27) Além do estudo e do trabalho, o que geralmente costuma fazer?

28) O que costuma fazer para se divertir? (televisão, jogo de bola, festa ou outras formas de lazer identificadas pelos jovens).

30) Atualmente o que mais gosta de fazer?

31) Atualmente existe algo que deixa você triste?

32) Onde você acha que é melhor para morar? Por quê?

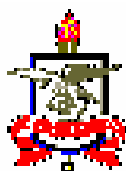
33) O que você pensa da vida?

34) O que é ser jovem para você?

35) É ou não difícil ser jovem para você? Por quê?

36) Fale um pouco sobre o que acha de você mesmo.

37) Fale um pouco sobre o que seus colegas dizem a seu respeito.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS**

APÊNDICE C – ROTEIRO PARA O APROFUNDAMENTO DA COMPREENSÃO SOBRE AS EXPECTATIVAS DE JOVENS DO ASSENTAMENTO LUIZ LOPES SOBRINHO QUANTO À TRIÁDE TRABALHO-EDUCAÇÃO-FAMÍLIA

Grupo A- TEMÁTICA TRABALHO

A.1- Presente:

A.1.1- Verificar se trabalha ou não.

A.1.2- Caso trabalhe, identificar:

A.1.2a- Em que atividade;

A.1.2b- Se gosta de realizar as atividades do trabalho atual e motivo.

A.1.3- Caso considere que não trabalha, identificar:

A.1.3a- Em que ajuda seus pais ou companheiro (a).

A.1.4- O que ele (a) entende por trabalho.

A.2- Futuro:

A.2.1- Caso não trabalhe, saber:

A.2.1a - Pretensão de trabalhar algum dia;

A.2.1b- Motivo de querer trabalhar;

A.2.2- Caso trabalhe, conhecer:

A.2.2a- Se vê algum futuro no trabalho que realiza hoje e motivo.

A.2.2b- Pretensão de continuar trabalhando na mesma atividade e motivo.

A.2.3- Perceber se existe alguma profissão que deseja seguir.

A.2.4- Motivo de escolha da profissão desejada.

A.2.5- O que ele (a) pretende fazer para atingir a profissão desejada.

Grupo B- TEMÁTICA EDUCAÇÃO**B.1- Passado/Presente:**

B.1.1- Saber se estuda ou não.

B.1.2 - Qual a série que estuda ou parou de estudar.

B.1.3 - Estudar é (foi) uma opção do (a) jovem ou estuda (estudou) devido os pais obrigarem.

B.1.4 - O que mais gosta (gostava) na escola que estuda (estudava) e motivo.

B.1.5 - O que menos gosta (gostava) na escola que estuda (estudava) e motivo.

B.1.6 - O que ele (a) entende por educação.

B.1.7 - Quais os principais ensinamentos que recebeu ou recebe dos pais.

B.1.8 - Quais os principais ensinamentos que passa ou gostaria de passar para os filhos.

B.2- Futuro:

B.2.1- Caso não estude, compreender:

B.2.1a- A pretensão de estudar algum dia e motivo;

B.2.1b- O que pretende fazer para conseguir realizar o desejo de estudar.

B.2.2- Caso estude, entender:

B.2.2a- A pretensão de continuar os estudos;

B.2.2b- Até que série pretende estudar (fundamental, médio e graduação);

B.2.3- Saber se o estudo pode ou não ajudá-lo (a) futuramente e de que forma.

Grupo C- TEMÁTICA FAMÍLIA**C.1- Passado/Presente:**

C.1.1) Identificar qual o tipo de família (origem ou reprodução).

C.1.2) Saber o que ele (a) entende por família.

C.2- Futuro:

C.2.1) Verificar até quando ele (a) pretende morar com os pais e motivo.

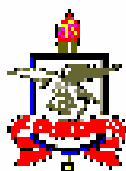
C.2.2) Se não tiver companheiro (a), pretensão de casamento e motivo.

C.2.3) Se não tiver filhos, pretensão de gerar.

Grupo D- TRÍADE TRABALHO-EDUCAÇÃO-FAMÍLIA

D1- Ordem de importância das palavras família, educação e trabalho.

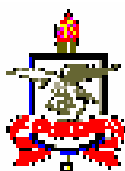
D2- Motivo da respectiva ordem de importância.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES AMAZÔNICAS

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O LEVANTAMENTO DE
INFORMAÇÕES JUNTO AOS PROFESSORES

- 1- Nome da escola.
- 2- Verificar existência e quantidade de banheiro, sala de aula, biblioteca, sala de vídeo etc.
- 3- Se há merenda escolar
- 4- Frequência de fornecimento da merenda escolar para os alunos e quem fornece.
- 5- Saber se o ensino é multiseriado.
- 3- Quantas séries/sala e em que horário funciona.
- 4- Qual a faixa etária dos alunos.
- 5- Se existe o Programa de Educação de Jovens e Adultos e como funciona na escola.
- 6- Que atividades a escola já desenvolveu e desenvolve com os alunos e a família.
- 7- Se a escola leva em consideração a valorização do trabalho do homem e da mulher do campo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES AMAZÔNICAS

**APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O PRÉ-PÓLO DO
PROAMBIENTE**

- 1- Histórico do Pré-Pólo do PROAMBIENTE formado pelos Municípios de Igarapé - Açu - São Francisco do Pará e Maracanã.
- 2- Situação atual do Pré-Pólo.